

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

VIVIANE ROCHA DE SANTANA

“Aceitar Jesus, porque o Satanás atenta...”:
As conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe

São Cristóvão
2013
VIVIANE ROCHA DE SANTANA

“Aceitar Jesus, porque o Satanás atenta...”:
As conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia da Religião.

Orientador: Dr. Péricles Morais Andrade Júnior.

São Cristóvão

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica Elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

S231a Santana, Viviane Rocha de
"Aceitar Jesus, porque Satanás atenta..." : as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe / Viviane Rocha de Santana ; orientador Péricles Moraes Andrade Júnior. -- São Cristóvão, 2013.
126 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Religião e Sociologia. 2. Prisão. 3. Prisão feminina. 4. Neopentecostalismo. 5. Sergipe (SE). I. Andrade Júnior, Péricles Moraes, orient. II. Título.

CDU 316.74:2(813.7)

SANTANA, V. R. de. **“Aceitar Jesus, porque o Satanás atenta...”**: as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe. Dissertação apresentada ao Program Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: . _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. . _____ Instituição: _____

Julgamento: . _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. . _____ Instituição: _____

Julgamento: . _____ Assinatura: _____

Aos meus filhos, Bruno e Eduardo, por representarem a minha força para seguir adiante.

Ao final dessa jornada, uma miscelânea de sentimentos afloram à alma, alívio, ansiedade, felicidade, e, principalmente, a sensação de dever cumprido. Mas, certamente, isso não seria possível sem a contribuição significativa de algumas pessoas a quem dirijo os meus sinceros agradecimentos:

A Deus, por ter me permitido vivenciar esse momento tão especial, essa oportunidade rara na vida de poucas pessoas e por ter me possibilitado, uma aproximação com o Divino.

Aos meus pais, pela presença constante, não teria o caráter, a honestidade, a garra e a vontade de vencer na vida se não fosse vocês.

Ao meu marido, meu amor, por ter me tornado uma pessoa melhor depois que conheci uma alma tão humana, simples, companheira. Por termos constituído uma família tão unida. Pelo exemplo de determinação e empreendedorismo. Sou sua fã. Te amo.

Aos meus filhos, que tem quase a idade da minha dissertação, por representarem minha alegria, a razão do meu viver.

Às minhas irmãs, mulheres de fibra, guerreiras, minha inspiração para ser o que sou hoje.

Aos meus sobrinhos, amáveis, carinhosos, estudiosos, confio em vocês e sei que vocês serão profissionais brilhantes.

Aos meus cunhados, na realidade, verdadeiros irmãos.

Ao meu orientador, por ter me possibilitado essa oportunidade ímpar, por estar sempre presente, acessível, amigo.

A todos os professores do Núcleo, fiquei maravilhada com tamanha sabedoria, preparo e dedicação.

A todos os colaboradores do Núcleo, sempre tão acessíveis e dispostos a ajudar.

O meu muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar a religiosidade evangélica no presídio feminino de Sergipe, buscando compreender as condições sociais peculiares a esse contexto que contribuem para um alto índice de conversão. Para isso, nos focaremos na observação das mudanças de práticas (discursos e ações) decorrentes da conversão, isto é, objetivamos identificar o que muda na vida desses atores sociais, a saber, as detentas, as quais se envolveram/envolvem na prática delitiva, e nem sempre rerepresentaram o papel de “protagonistas” de suas vidas, mas sim o de “coadjuvantes” de seu próprio destino. Assim, elas são consideradas “marginais”, um termo que talvez seja apropriado no sentido de que as mesmas sempre estiveram à margem da sociedade, enfim, de tudo aquilo que assegure a dignidade da pessoa humana. Uma vez detidas, essas mulheres buscam mecanismos que representem uma possível alternativa para tantas incertezas, sofrimento, angústia. Uma dessas alternativas pode ser a religião.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Prisão. Gênero. Neopentecostalismo.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the religious evangelical women's prison in Sergipe, understand the social conditions peculiar to this context that contribute to a high rate of conversion, and in particular, to analyze the changes in practices - speeches and actions - as a result of conversion in the lives of social actors who engage in the practice criminal offense, which is not always reintroduced the role of "protagonists" of their lives, but usually acted as "adjuncts" of their own destiny, and today are considered "marginal" a term that may be appropriate in the sense that they were always on the fringes of society, everything that ensures the dignity of the human person. Once arrested, these people seek mechanisms that represent a possible alternative to many uncertainties, suffering, distress. One such alternative may be the religion.

KEYWORDS: Religion. Prison. Gender. Neo-Pentecostalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ITINERÁRIO DA PESQUISA E ANÁLISE ETNOGRÁFICA DO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO	40
CAPÍTULO II – A PRESENÇA FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SERGIPANO	45
CAPÍTULO III – PANORAMA GERAL DA RELIGIÃO EVANGÉLICA E SISTEMA CARCERÁRIO	77
CAPÍTULO IV – A RELIGIÃO NEOPENTECOSTAL NO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	
APÊNDICE	119

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01.....	20
FIGURA 02.....	22
FIGURA 03.....	48
FIGURA 04.....	50
FIGURA 05.....	52
FIGURA 06.....	63
FIGURA 07.....	64
FIGURA 08.....	69
FIGURA 09.....	70

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – PERFIL SOCIAL E RELIGIOSO DAS DETENTAS DO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO.....	41
QUADRO 02 – UNIDADES PRISIONAIS NO ESTADO DE SERGIPE.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – IDADE DOS PRESOS POR UNIDADE PRISIONAL, SERGIPE, 2009.....	55
TABELA 2 – ESTADO CIVIL DOS PRESOS, SERGIPE, 2009.....	56
TABELA 3 – NÚMERO DE FILHOS DOS PRESOS, SERGIPE, 2009.....	56
TABELA 4 – ESCOLARIDADE DOS PRESOS, SERGIPE, 2009.....	57
TABELA 5 – GRAU DE INSTRUÇÃO DAS DETENTAS.....	68

LISTA DE SIGLAS

ADHONEP – Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno
CCHN – Comitê Cristão de Homens de Negócios
CDA – Casa de Detenção de Aracaju
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
COPEMCAN – Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DESIPE – Departamento do Sistema Penitenciário de Sergipe
GIP – Grupo de Informações sobre as Prisões
HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITP – Instituto de Tecnologia e Pesquisa
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
MJ – Ministério da Justiça
PEAB – Presídio Estadual de Areia Branca
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PREMABAS – Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza
PRESLEN – Presídio Regional Senador Leite Neto
PROBIC/UNIT – Programa de Bolsas de Iniciação Científica / Universidade Tiradentes
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto analisar em que medida a subjetividade da experiência religiosa na instituição prisional feminina de Sergipe consegue objetivar-se socialmente em práticas e discursos¹, com destaque para a conversão² à religião neopentecostal.

De acordo com Ricardo Mariano (2005), os pentecostais estariam divididos em *pentecostais tradicionais* e *neopentecostais*. Entre estes últimos, há um rompimento com a ideia da busca da salvação pelo ascetismo de rejeição do mundo, isto é, a existência terrena do verdadeiro cristão seria dominada pela pobreza material e pelo sofrimento da carne. Apresenta certo grau de rompimento com o ascetismo contracultural e consequente sintonização progressiva à sociedade e à cultura de consumo. Ainda de acordo com esse autor, o prefixo “neo” justifica-se pela sua capacidade de agregar à expressão, simultaneamente, os aspectos de continuidade e novidade. As Igrejas neopentecostais se distinguem pela exacerbação do tema da “guerra espiritual”, ênfase na pregação da prosperidade material, liberalização de estereotipados usos e costumes de santidade e estruturação empresarial da instituição (MARIANO, 2005).

A expressão “religiões pentecostais”, portanto, busca representar todas as religiões que descaracterizaram os fatos fundadores cristãos e os substituíram pela centralidade do Pentecostes, constituindo a nova referência fundadora. Sociologicamente, o cristianismo caracterizou-se por definir suas origens em torno das doutrinas sobre Jesus Cristo. O protestantismo remetia-se ao mesmo fato fundador através da Bíblia. Já no pentecostalismo, opera-se uma mudança radical na referência ao fato fundador. O acontecimento de

¹ Vale lembrar que para Pierre Bourdieu “a subjetividade da experiência religiosa consegue objetivar-se socialmente em práticas e discursos na medida em que responde a uma demanda social, ou seja, é capaz de coletivamente dar sentido à existência dos que integram um dado grupo”

² Para Hervieu-Léger, em sua obra “O Peregrino e O convertido”, converter-se é, em princípio, abraçar uma identidade religiosa em sua integralidade (2005, p. 131). “O convertido manifesta e cumpre esse postulado fundamental da modernidade religiosa segundo o qual uma identidade religiosa ‘autêntica’ tem que ser uma identidade escolhida” (2005, p.116)

Pentecostes ocupa o lugar fundamental, e as doutrinas em torno de Jesus Cristo são relegadas. Os pentecostalismos contemporâneos representam uma radicalização desse distanciamento das religiões cristãs. A principal preocupação teológica do pentecostalismo é o Espírito Santo e seus dons. A declaração de fé da Igreja Quadrangular ilustra este reducionismo doutrinário. Ele se preocupa pouco com os grandes temas teológicos clássicos. Estão ausentes vocábulos como “trindade”, “encarnação”, “procedência do Espírito” e outros, sem negar, contudo, as doutrinas por eles representadas. Modifica, significativamente, a tradicional formulação protestante da “justificação pela fé” para justificação por “arrependimento e aceitação”. Toda a ênfase cai nos quatro “ângulos”: salvação em Cristo, o batismo no Espírito Santo, a cura divina e a iminente vinda de Cristo e suas consequências. (ROMEIRO, 2005, p. 20)

Ao tomar como objeto a religião, Durkheim tenta estabelecer que esta não denota necessariamente a crença em um Deus transcendente. Ela é, antes de tudo, um “sistema de crenças e de práticas”. Para ele, a religião é um fenômeno coletivo, não podendo haver crenças morais coletivas que não sejam dotadas de um caráter sagrado. Sua existência baseia-se numa distinção essencial entre fenômenos sagrados e profanos. É um conjunto de práticas e representações que vemos em ação tanto nas sociedades modernas quanto nas sociedades primitivas. Portanto, a sociologia da religião, em Durkheim, refere-se a uma teoria do conhecimento e à questão da coesão social. A dualidade sagrado x profano faz da religião uma realidade intelectual e os rituais fazem dela uma força moral: uma entidade que define os limites entre o certo e o errado e os faz operar na medida em que recompensa quem está certo e pune quem está errado. Trata-se de promover sentimentos de inclusão e de exclusão. Durkheim definiu a religião como um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditadas, crenças e práticas que unem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que aderem a ela.

Seguindo essa perspectiva durkheimiana, de que a religião “é um sistema de crenças e de práticas”, na presente pesquisa, visa-se a entender a importância da religião no contexto prisional, as condições peculiares ao presídio que levam à conversão, com destaque para as mudanças de práticas ocorridas em decorrência da conversão. Isto é, busca-se analisar a religião como fenômeno social estabelecendo uma relação de sentido entre a adesão religiosa e o contexto prisional, a capacidade dessas Igrejas de atrair fiéis nesse contexto, as condições peculiares à prisão que levam a essa conversão, e, em especial, quais as na mudança na vida das detentas.

Com efeito, o estudo da religião cristã nas prisões é sobremaneira intrigante e instigante, mormente em face de suas finalidades *a priori* ambíguas. Isso porque, *grosso modo*, a prisão visa a **punir** alguém pela prática delitiva, ao passo que a citada religião visa a **perdoar** as pessoas de suas falhas e pecados. No presídio, a religião representa uma possibilidade de contato com um mundo diferente daquele vivenciado nesse contexto, com pessoas diversas das encarceradas e uma sensação de pertencimento a um grupo que não o estigmatizado³ pelas grades.

Nunca é demais esclarecer que as religiões cristãs têm como base a fé em Jesus Cristo, e se dividem em três vertentes principais: o Catolicismo, a Ortodoxia Oriental (separada do catolicismo em 1054, após o Grande Cisma do Oriente) e o protestantismo (que surgiu durante a Reforma Protestante do século XVI). Por outro lado, constituem religiões não cristãs: Judaísmo, Islamismo, Hinduísmo e Budismo. O povo brasileiro é, em geral, muito religioso, e, para ele, uma religião é pouco, razão pela qual pertence, muitas vezes, a duas ou três de maneira simultânea, "para ampliar sua proteção contra o infortúnio", explica à AFP Fernando Teixeira, especialista em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

Tendo em vista que o presídio uma instituição total⁴, e segundo E. Goffman, um local cujas interações sociais são diminutas – ou seja, as detentas são obrigadas a conviver com as mesmas pessoas diariamente, com quem realizam as mais diversas atividades, tais como: se alimentar, dormir, tomar banho, fazer suas necessidades fisiológicas –, os papéis que elas podem representar encontram-se imensamente restritos. Isto porque tais mulheres se tornam impossibilitadas de desempenhar os variados papéis de outrora, na vida extramuros. Assim, o enveredamento delas pela religião, que as possibilitam “ouvir palavras de esperança”, conviver com pastores e outras pessoas de fora, fazendo com que “se sintam acolhidas”, “filhas de Deus” e não, simplesmente, criminosas, infratoras da Lei, apresenta uma relevância muito grande na vida dessas detentas.

O próprio Peter Berger, que, em sua obra *O Dossel Sagrado*, defendeu e definiu a secularização como sendo “processo pelo qual se suprime o domínio das instituições e os

³ Para Goffman estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 07).

⁴ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. (GOFFMAN, 1974, p. 11).

símbolos religiosos de alguns setores da sociedade e da cultura” (BERGER, 1971a, p. 134), numa interpretação mais recente, passou a sustentar que não há razão para pensar que o mundo do século XXI será menos religioso do que o mundo anterior, apesar de não negar a existência de alguns efeitos secularizantes da modernidade:

O mundo de hoje, com algumas exceções que logo mencionarei, é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares. Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de “teoria da secularização” está essencialmente equivocada. (BERGER, 2001, p. 27).

Assim, o que está na ordem do dia não é mais a extinção e, sim, a efervescência da religião. Entretanto, prossegue Berger,

[...] na cena religiosa internacional, são os movimentos conservadores, ortodoxos ou tradicionalistas que estão crescendo em quase toda parte. Esses movimentos são justamente aqueles que rejeitaram o *aggiornamento* à modernidade tal como é definida pelos intelectuais progressistas. Inversamente, as instituições e os movimentos religiosos que muito se esforçaram para se ajustar ao que veem como modernidade estão em declínio em quase toda parte. Nos Estados Unidos, isso foi muito comentado e exemplificado pelo declínio das denominações protestantes tradicionais e o crescimento concomitante do evangelismo. E os Estados Unidos não são absolutamente uma exceção (BERGER, 2001).

É diante desse contexto que estudaremos a religião em um ambiente muito peculiar, o presídio, mais especificamente, o **Presídio Feminino Sergipano**, o qual constitui, portanto, nosso objeto empírico. Optamos pelo recorte quanto ao gênero, tanto no tocante ao encarceramento quanto no tocante à religião:

[...] a introdução da perspectiva de gênero como instrumento para observar as mulheres no sistema punitivo, ou seja, para entender o sistema (e o cárcere) como construção social que pretende reproduzir as concepções tradicionais sobre a natureza e os papéis femininos e masculinos, segundo instituídos na modernidade (ESPINOZA, 2004, p.74).

Para operacionalizar o nosso ingresso e a pesquisa no campo acima escolhido, obtivemos autorização da Secretária de Justiça do Estado de Sergipe, através de ofício, observados os trâmites legais.

Os poucos trabalhos que existem sobre o submundo do cárcere, em regra, dão ênfase ao gênero masculino, sendo as mulheres renegadas ao segundo. A invisibilidade das mulheres presas é destacada por diversos/as pesquisadores/as do tema, a exemplo de Olga Espinoza e Julita Lemgruber, uma das pioneiras do tema, tendo desenvolvido a primeira pesquisa entre os anos de 1976 e 1978, a qual deu origem ao livro *Cemitério dos vivos*:

análise sociológica de uma prisão de mulheres. Talvez isso se deva ao fato de que a população feminina encarcerada é imensamente inferior à masculina, correspondendo a 7% do total⁵. Ademais, no ano de 1970, já alertava Michel Foucault no manifesto do GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões):

[...] publicam-se poucas informações sobre as prisões; é uma das regiões escondidas do nosso sistema social, uma das caixas-preta de nossas vidas. Temos o direito de saber, nós queremos saber [...] Propomo-nos a fazer saber o que é uma prisão: quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros, e igualmente, a do pessoal da vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funcionam o regulamento interno, o controle médico, os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu. (FOUCAULT, 1970).

Obviamente, faz-se necessário contextualizar, no tempo e no espaço, a brilhante reflexão do filósofo: tratava-se do ano de 1970 e na Europa. O que diria Foucault acerca da realidade dos cárceres brasileiros em plena era dos Direitos Humanos? Fazemos nossa a inquietação do filósofo e, de igual modo, estamos ansiosos por mostrar o que é uma prisão, como é a vida desses atores sociais, e, principalmente, como essa instituição incide na vida, nos corpos e na mente dessas pessoas.

Dentro desse universo, um aspecto muito importante é o papel da religião nos presídios, atrelada à significativa expansão das igrejas neopentecostais no Brasil, a população carcerária constitui um campo fértil para o crescimento dessa vertente religiosa.

A partir de entrevistas realizadas com as detentas e da análise dos dados levantados pela Direção do Presídio Feminino, constatamos que mais de 90% das detentas em Sergipe se declaram evangélicas. Desse modo, é relevante destacar a presença maciça de mulheres seguidoras dessa vertente religiosa. Conforme o pesquisador Rubem César Fernandes: “gênero é uma variável decisiva para as pesquisas sobre a religião pentecostal”. Em sua pesquisa, cujo título é *Novo Nascimento*, realizada na grande Rio de Janeiro, constatou-se que existem, nesse Estado, duas mulheres para cada homem entre os evangélicos, logo, segundo esse autor, “se os evangélicos continuam crescendo tanto no Brasil, isto se deve, sobretudo à participação feminina” (FERNANDES, 2010, p. 21):

⁵ Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{C37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>, Acesso: 10 de outubro de 2012.

Ao adentrarmos uma das muitas igrejas ou templos que se espriam nesse Brasil de religiosidade plural e forçadamente ecumênico, notamos de imediato a forte presença feminina. As mulheres compõem, de fato, a maioria da população de fiéis. 'Em nome de Deus', tornam-se ativistas, freiras, obreiras, pastoras, bispas, mães-de-santo, políticas... Na sombra ou nos palcos e altares, grande parte das fiéis carrega para a igreja o marido, os filhos, a família, o círculo social e profissional onde atuam.

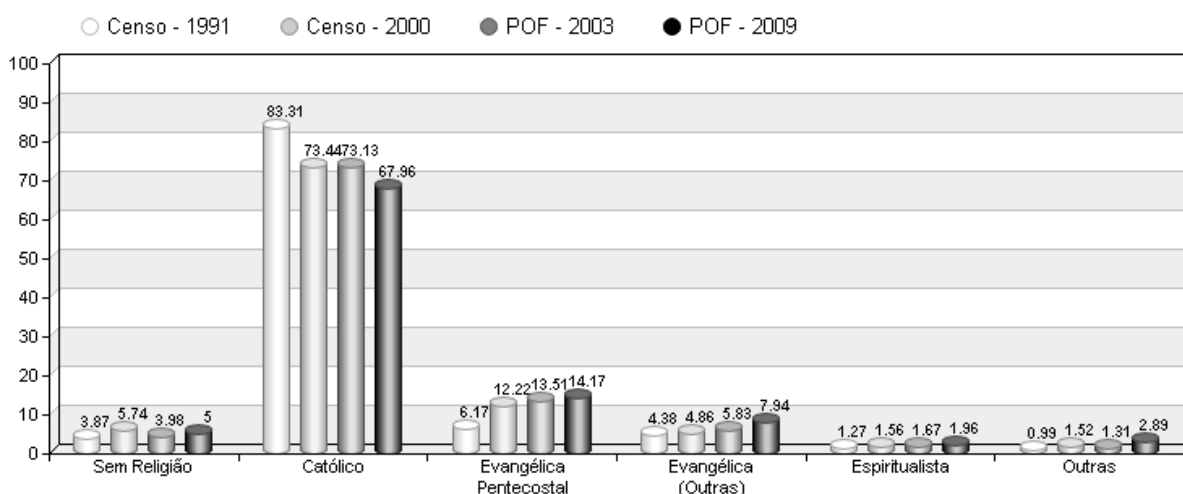
Diante desta constatação, podemos elencar algumas indagações: Por que há tantas mulheres 'em busca de Deus'? O que as religiões dão às mulheres e o que elas dão às religiões? Como explicar o forte apelo que o âmbito religioso provoca nas mulheres? Sua presença modifica o projeto religioso no qual se inserem? E de que forma isso ocorre? (MACHADO, 2004, p. 56).

Não podemos esquecer ainda uma característica típica das Igrejas Evangélicas que as diferencia nitidamente em relação à Igreja Católica quanto ao gênero, pois, nesta, o sacerdócio é permitido apenas a celibatários, ao passo que, naquelas, as mulheres são aceitas como pastoras, ou até mesmo é permitido que cheguem ao cargo de Bispo.

Fazendo uma análise do panorama em âmbito nacional, constatamos que, estatisticamente, está comprovado que nos últimos anos (1991/2009) a participação feminina na religião, especificamente na religião evangélica, vem aumentando vertiginosamente, conforme gráfico que segue:

FIGURA 01

Feminino



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados do IBGE

Analisando o gráfico, podemos constatar o seguinte: enquanto, na religião católica, a participação feminina entre os anos de 1991 a 2009 caiu de 83,31% para 67,96%, na religião evangélica pentecostal, aumentou mais que o dobro, saindo de 6,17% para 14,17%. Isso reflete não apenas o aumento da participação da mulher em diversos setores da sociedade, inclusive no aspecto religioso, tendo expandido, assim, do âmbito privado para o âmbito público, como também segue a tendência mundial de crescimento da religião evangélica. Outro ponto digno de destaque no Censo de 2000 é que, do total de 26,2 milhões de evangélicos brasileiros, 17,7 milhões são pentecostais, ou seja, 67% (IBGE, 2010).

Oportuno esclarecer algumas denominações apresentadas no gráfico acima. Nele, vemos os “sem religião”, que *grosso modo*, são aqueles que não são adeptos a uma denominação religiosa específica. Entretanto, não ter religião não significa, necessariamente falta de religiosidade: alguns podem ser ateus, mas há também católicos não praticantes e evangélicos que não têm práticas religiosas institucionalizadas, ou espíritas – seguidores do francês Allan Kardec – que consideram o espiritismo como uma doutrina, e não uma religião, além dos neoesotéricos. No Brasil, as religiões e os conteúdos religiosos se combinam e cada um cria “seu próprio menu individual”, sustenta Ronaldo de Almeida, professor da Unicamp, o qual investiga o fenômeno do “trânsito religioso”. “Há muitas formas de ser católico no Brasil”, afirma Teixeira, citando um estudo que sugere que cerca da metade dos católicos brasileiros acredita na reencarnação. “Aqui há muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”, conclui, referindo-se à enorme quantidade de católicos não praticantes e ao costume de venerar santos católicos ou afrobrasileiros – às vezes, todos ao mesmo tempo – e de tratá-los como se fossem membros da família” (ALMEIDA, 2010).

Temos, ainda, os evangélicos pentecostais e os demais evangélicos, sendo esses últimos os “evangélicos não determinados”, os quais, para a socióloga Cristina Vital (2013),

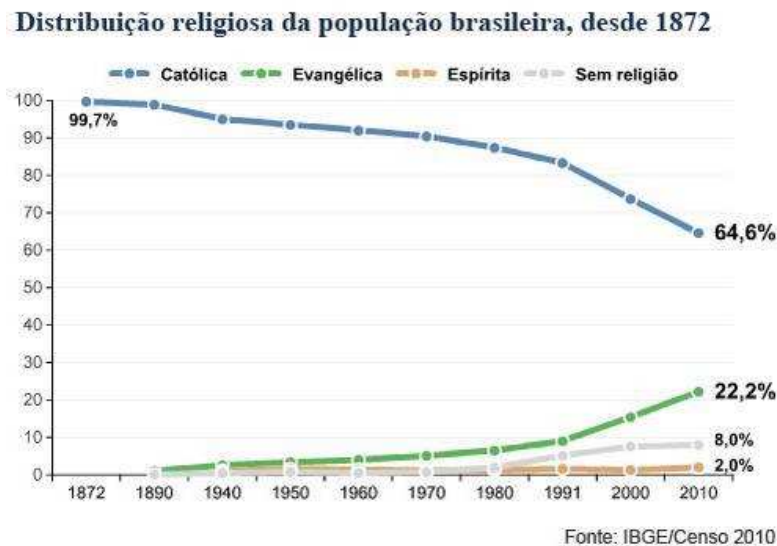
[...] podem indicar que o fluxo de entrada e saída de fiéis das denominações evangélicas é muito acentuado. Isto poderia, por seu turno, indicar que tanto os fiéis estão mudando quanto podem estar sendo mais flexíveis as próprias igrejas evangélicas na relação com o seu público alvo. Por outro lado, observamos um crescimento das igrejas históricas renovadas, que seria o movimento pentecostal entre as denominações ditas tradicionais ou históricas. Este crescimento poderia sinalizar, como alguns sociólogos da religião vem defendendo, um modo de viver a fé pentecostal sem se expor à imagem controversa que desfrutam os evangélicos pentecostais. Uma imagem negativa por vezes ligada à intolerância, ao baixo nível educacional, ao enriquecimento ilícito dos líderes religiosos.

Por outro lado, por espiritualista, entende-se um grupo que absorve as interpretações mais radicais e pessoais do espiritismo e a mistura com tradições orientais do budismo e do

hinduísmo. Também invoca espíritos por meio de práticas como a cromoterapia e o uso de cristais. Há, ainda, dentro do espiritismo, o kardecista, que é o espiritismo tradicional, pregado pela Federação Espírita Brasileira com base nos ensinamentos do francês Alan Kardec, e a umbanda, que é um ramo do kardecismo, surgido como uma opção para quem concordava com as premissas básicas de Kardec, mas não se via representado por sua pesada tradição europeia. Se, no kardecismo, as referências espirituais são médicos e escritores, na umbanda, são o preto velho e o caboclo⁶.

Mais recentemente, o Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, apresenta dados importantes acerca do crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil. A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4%, em 2000, para 22,2%, em 2010, conforme vemos no gráfico abaixo. Entre os que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal; 18,5%, evangélicos de missão e 21,8%, evangélicos não determinados.

FIGURA 02



Na observação desses dados, o número de evangélicos chama a atenção. Atualmente, eles correspondem a mais de 42 milhões de pessoas em nosso País! Em 30 anos, o percentual de evangélicos passou de 6,6% para 22,2%, representando um aumento correspondente a mais que o triplo! Entretanto, vale ressaltar que esse aumento é menor do

⁶ Disponível na Revista *Isto É*, edição de 05 de Junho de 2013.

que o detectado no Censo anterior, entre 1991 e 2000, quando o número de evangélicos havia aumentado 71,1%, conforme visto no gráfico anterior.

Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010, chegou a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). Em 1991, este percentual era de 9,0% e em 1980, 6,6%. Quanto à faixa etária, entre os evangélicos, os maiores percentuais foram verificados entre as crianças (25,8% na faixa de 5 a 9 anos) e adolescentes (25,4% no grupo de 10 a 14 anos). No que tange ao recorte por cor ou raça, a maior proporção de evangélicos era de pardos (45,7%). A maior representatividade de pretos foi verificada na umbanda e candomblé (21,1%). No grupo dos sem religião, a declaração de cor mais presente também foi parda (47,1%).

As cifras mencionadas indicam que, nesse período, as igrejas pentecostais souberam aproveitar e explorar eficientemente, em benefício próprio, os contextos socioeconômico, cultural, político e religioso do último quarto de século no Brasil. Nesse sentido, cabe destacar, em especial, a agudização das crises social e econômica, o aumento do desemprego, o recrudescimento da violência e da criminalidade, o enfraquecimento da Igreja Católica, a liberdade e o pluralismo religiosos, a abertura política e a redemocratização do Brasil, a rápida difusão dos meios de comunicação de massa (MARIANO, 2008).

Mas qual a peculiaridade dos evangélicos pentecostais em relação aos evangélicos de missão, que, inclusive, levou o primeiro grupo a crescer e o segundo a decrescer? Respondendo a essa indagação, e confrontando com os dados do último Censo, Pierre Sanchis, afirmou que:

[...] o fato de que os evangélicos de missão, em outros termos, mas analogamente ao catolicismo, representam uma tradição. Em muitos casos até étnica. Ora, vimos que é da tradição, do dado, da identidade recebida, que o moderno “indivíduo” tende a se liberar. Ou pelo menos a reencontrar suas grandes linhas para recriá-las numa versão sua. Por outro lado, o neopentecostalismo parece em muitos casos colar à realidade cotidiana, tanto dos jovens (já falamos da música) quanto das camadas populares. Por sua inserção direta e agressiva na cosmovisão das religiões afro, muito presentes no imaginário popular (exorcismos); por seu cultivo do milagre – até ritual – que atende às preocupações de saúde; por sua insistência na compensação econômica (teologia da prosperidade), que permite até a constituição de uma versão empresarial de classe média, abrindo assim estas igrejas a camadas sociais que não lhes pareciam afins.⁷

Desse modo, é possível afirmar que o crescimento evangélico no Brasil é pentecostal, particularmente neopentecostal. Em algumas denominações de missão (Batista, Luterana, Presbiteriana), o índice de evasão tem sido próximo ou maior que a própria

⁷ Entrevista publicada nas Entrevistas do Dia, de 30-11-2006, disponível em <http://migre.me/apqfO>, acesso em 25 de janeiro de 2013.

“sangria católica”. As igrejas evangélicas históricas também têm perdido adeptos para as neopentecostais. Algumas, inclusive, estão aos poucos se pentecostalizando, adotando a expressão “renovada” como um diferenciador da sua matriz. (ANDRADE; MENESES, 2013).

O episódio do “chute na santa”, quando bispo Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida no dia 12 de outubro (dia dedicado pela Igreja Católica à santa), é emblemático no sentido de destacar um momento de grande expansão das igrejas evangélicas no Brasil. Aliás, cumpre destacar que é quase impossível, sem risco de exagerarmos na afirmativa, estudar as Igrejas Evangélicas sem destacar o imenso e abrupto crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus.

Fundada em 1977, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, onde antes funcionava uma pequena funerária, em menos de três décadas, a Igreja Universal do Reino de Deus se transformou no mais surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso do país, atuando de forma destacada no campo político e na mídia eletrônica. Nenhuma outra igreja evangélica cresceu tanto em tão pouco tempo no Brasil. Se fosse possível resumir as principais razões de tamanho sucesso levando em conta tão somente o lado da oferta e, com isso, desconsiderando o contexto social, cultural, religioso e político abrangente, *grosso modo*, poder-se-ia afirmar que a extraordinária expansão numérica e institucional da Igreja Universal resulta do desempenho de sua liderança eclesiástica e administrativa à frente do governo denominacional, do trabalho religioso em período integral e da eficiência de seu clero, do ativismo militante dos obreiros, do poder de atração de sua mensagem, do investimento em redes de comunicação e da acentuada eficácia das técnicas e estratégias de proselitismo eletrônico, da oferta sistemática de serviços mágicos adaptados aos interesses materiais e ideais de estratos pobres da população, do sincretismo de crenças e práticas mágico-religiosas em continuidade com a religiosidade popular (MARIANO, 2009).

Seguindo essa tendência nacional, quiçá mundial, nos presídios brasileiros também é marcante a presença da religião evangélica, mormente a vertente *neopentecostal*. Nesse contexto intramuros, a religião assume um papel estratégico na construção de um novo sentido a ser seguido por essas pessoas e que dê legitimidade à precariedade de um mundo composto por desespero, sofrimento, abandono. Em um universo onde há carência dos mais diversos bens materiais, desde os mais básicos – *uma das entrevistadas relatou que o que mais a incomodava era a falta de papel higiênico* – sem falar dos bens sentimentais, morais, etc., a religião ocupa uma posição de destaque no cotidiano das detentas.

Assim, embora a expansão das igrejas neopentecostais no Brasil constitua tema já sobejamente abordado nas ciências sociais, ainda nos deparamos com muitas divergências acerca do seu sentido e das consequências sociais advindas desse crescimento, sobretudo, dentro do contexto prisional, especificamente nos presídios femininos, o que justifica a escolha do objeto da presente pesquisa.

É notável o crescimento das igrejas neopentecostais dentro das camadas pobres da sociedade, isto é, com baixa instrução escolar, ocupadas em trabalhos de baixa remuneração e que exigem pouca qualificação, habitantes das periferias ou favelas são os alvos preferenciais do proselitismo religioso dessas igrejas:

As camadas sociais positivamente privilegiadas utilizam a religião para legitimar sua situação na sociedade e as negativamente privilegiadas vêm a religião como uma forma de refúgio e busca da salvação do sofrimento. Esses indivíduos despertados pela promessa religiosa se ancoram na crença de que haverá uma retribuição de toda situação vivida nesse mundo. Essa concepção diferenciada entre as camadas sociais permite a utilização da religião como mecanismo de domesticação das massas. O fiel aprofunda sua participação absorvendo a idéia do mundo como algo imperfeito criado por Deus, mas que contempla apenas uma existência provisória. A verdadeira vida será contemplada em outra esfera, no além. Lá, o indivíduo será retribuído plenamente de todo sofrimento e dificuldade vivida em sociedade. (SOFIATI, 2009, p.14).

De acordo com a pesquisadora Diana Nogueira de Oliveira Lima,

[...] o expressivo crescimento da conversão dos pobres brasileiros ao neopentecostalismo que autoriza o direito dos indivíduos a uma existência terrena de "prosperidade" incentivando seus fiéis ao trabalho empreendedor, justamente na década de 1990, e o fenômeno do elogio ao "sucesso" que despontou no horizonte da "economia de mercado" estão intimamente relacionados. A partir de etnografia em uma congregação carioca da IURD a pesquisadora chegou a algumas conclusões: de acordo com a teologia da prosperidade, adotada por algumas Igrejas, os crentes estão destinados a serem "prósperos", "saudáveis", "felizes" e "vitoriosos" em todos os seus empreendimentos terrenos. De acordo com essa doutrina, por meio da confissão positiva o fiel terá acesso a tudo de bom que a vida pode oferecer (saúde perfeita, harmonia conjugal, riqueza material, poder para subjugar o Demônio etc.), e a relação entre o cristão e Deus se mantém nos termos da reciprocidade: para receber a graça do Senhor ele deve "viver de acordo com a fé", entregar regularmente o dízimo e fazer suas ofertas. A mensagem da Prosperidade liberta os fiéis das exigências ascéticas determinadas pelo protestantismo histórico e pelas denominações pentecostais tradicionais, e não apenas legítima como estimula uma vida aqui e agora de plenitude.⁸

Seguindo esse raciocínio indaga a pesquisadora:

⁸ Relig. soc. vol. 27 nº. 1. Rio de Janeiro. July 2007.

É certo que, no mundo da adesão pentecostal, as pessoas costumam afirmar terem buscado a religião para o alívio de suas aflições. É certo também que, nos últimos tempos, a sociedade brasileira tem sido exposta a uma série de ameaças e carências de toda ordem e que a aposta nos instrumentos racionais de intervenção política para a transformação do país perdeu a força. Mas por que uma grande parte dos pobres deste país tem procurado soluções para os males que os atingem especificamente na Teologia da Prosperidade? Como esses sujeitos sociais representam sua experiência de fé? (LIMA, 2002, p. 57).

Para Ricardo Mariano, depois de um século de presença no país, o pentecostalismo prossegue crescendo majoritariamente na base da pirâmide social, isto é, na pobreza. Embora contenha um contingente de classe média, recruta a maioria de seus adeptos entre os pobres das periferias urbanas. Um de seus principais desafios, portanto, consiste em tornar-se atraente para as classes médias e mais escolarizadas. Nesse terreno, porém, enfrenta uma série de adversários religiosos mais bem-sucedidos, uma vez que as preferências religiosas das classes médias recaem sobre o catolicismo, o kardecismo, o protestantismo histórico, o esoterismo, entre outras. Sua estreita base social circunscrita às classes populares faz com que o pentecostalismo, não obstante sua vertiginosa expansão numérica e seu crescente poder político e midiático, mantenha-se numa posição claramente subordinada no campo religioso brasileiro. Seu baixo prestígio social deriva igualmente de seu relativo sectarismo e de sua crença na posse exclusiva do monopólio dos bens de salvação ou da verdade divina. Modos de ser e de pensar que se chocam com traços básicos da modernidade.

Acrescente-se ainda que as igrejas neopentecostais obtêm relativo sucesso no que se refere à conversão daqueles cujas trajetórias pessoais são marcadas pela ilegalidade, pelo crime ou por comportamentos considerados transgressores da moral e dos bons costumes. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, existem vários casos de bandidos, traficantes que têm o corpo tatuado com alguma passagem bíblica e que são, muitas vezes, conhecidos na comunidade como sendo “traficantes evangélicos”. Existem vários casos até de pessoas famosas que, ao serem presas, “*tiveram um encontro com Deus*” e se converteram, a exemplo do cantor “Belo”, que chegou até a gravar uma música com o padre Marcelo Rossi. O filho pródigo volta à casa do Pai.

Ademais, a pregação neopentecostal, tida por alguns estudiosos como mais “carismática”, mais benevolente com as falhas humanas, cujas pregações são realizadas em uma linguagem acessível ao seu “público”, que fala dos seus problemas diretamente (doenças, desgraças, infortúnios). Tal vertente religiosa apresenta soluções imediatas supostamente advindas de algum “milagre” e tem ainda como traço marcante a luta contra o Diabo, e tudo isso atrai muitas fiéis no contexto prisional.

Logo, não é de se espantar que o crescimento da vertente neopentecostal concentre-se nos estratos mais pobres da população, a exemplo da população carcerária:

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar um sentido, alento, esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros, menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes políticos – têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material. (MARIANO, 1999, p. 12).

Mais recentemente, afirmou Mariano (2004) que a corrente neopentecostal exerceu papel crucial na transformação do pentecostalismo nacional nas últimas três décadas: implantou e disseminou a Teologia da Prosperidade; abandonou e desprezou antigos usos e costumes de santidade; reduziu, por princípio e estratégia, o ascetismo e o sectarismo; adotou crenças da teologia do domínio; enfatizou a guerra espiritual contra o diabo; hipertrofiou e sistematizou a oferta de soluções mágico-religiosas nos cultos e na mídia; forjou gestão denominacional em moldes empresariais; investiu pesado no tele-evangelismo, na música gospel e na aquisição e arrendamento de emissoras, assim como na formação de redes de rádio e TV; encarou a pluralização religiosa e sociocultural como um desafio evangelístico e de mercado e, tal como a Assembleia de Deus, ingressou na política partidária na Constituinte. No caso da Igreja Universal, além de eleger bancadas parlamentares, fundou um partido político, o Partido Republicano Brasileiro.⁹

Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal, haja vista que suprimiu características sectárias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contracultural tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados. Desse modo, seus fiéis foram liberados para vestir roupas da moda, usar cosméticos e demais produtos de embelezamento, frequentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer para times de futebol, praticar esportes variados, assistir a televisão e vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais, práticas que, nos últimos anos, também foram sendo paulatinamente permitidas por igrejas pentecostais das vertentes precedentes, com exceção da Deus é Amor, que manteve incólume a velha rigidez ascética. Em todas as vertentes permanece, porém, a interdição ao consumo de álcool, tabaco e drogas e ao sexo extraconjugal e homossexual. (MARIANO, 2004).

⁹ Disponível em www.ihu.unisinos.br, acesso em 12 de novembro de 2012.

E a mulher? Como a vertente neopentecostal enxerga a mulher? Existe algum diferencial em relação às outras religiões quanto ao tratamento dispensado às mulheres? A primeira autora a pesquisar a posição da mulher no quadro de relações e representações pentecostais no Brasil foi Eliane Gouveia, em sua dissertação de mestrado. Segundo Gouveia, na Congregação Cristã do Brasil, por exemplo, caberia às mulheres “viver no silêncio, restritas ao universo doméstico, autodiferenciando-se, ‘naturalmente’ dos homens”. A mulher é colocada na condição de subordinada e seu dever é cumprir as ordens emanadas da palavra de Deus (GOUVEIA, 1986). Ser uma *mulher crente* para a autora é:

[...] sair do anonimato, num espaço social que tenta livrá-la deste estigma milenar e penetrar em uma comunidade que constantemente a lembra deste discurso reforçados da desigualdade. Sua identidade como mulher pentecostal deve ser reposta a cada momento. Ser mulher crente é ser definida não por si mesma, mas em relação aos homens e não ser considerada como ser autônomo. (GOUVEIA, 1986, p. 23).

Muitas mulheres procuram a religião como solução para problemas familiares, domésticos:

[...] elas podem ‘domesticar seus cônjuges’, que uma vez convertidos abandonam o consumo de bebidas alcoólicas, as visitas às prostitutas e o vício do cigarro, canalizando o dinheiro para a família e suas demandas. E mais: ao condenar o orgulho, a arrogância e o uso da violência e reforçar a passividade, a generosidade, a humildade em homens e mulheres, a doutrina pentecostal ajuda a mudar o poder relativo dos esposos, criando um mundo alternativo para a tradicional família patriarcal ou um ‘novo *ethos* familiar’ (MACHADO, 1996, p. 122, aspas da autora).

Tradicionalmente as grandes religiões do mundo enxergam a mulher a partir de uma perspectiva de subordinação. No Novo Testamento, lê-se: “as mulheres devem guardar silêncio nas igrejas. Não lhes é permitido falar, mas elas devem permanecer submissas como a própria lei estabelece. Se houver algo que desejem saber, que perguntem a seus maridos em casa, pois é vergonhoso para uma mulher falar na igreja.” (Carta de São Paulo aos Coríntios). No Alcorão, lê-se: “as mulheres virtuosas são devotadamente obedientes [...] quanto àquelas mulheres das quais você teme deslealdade ou má conduta, repreenda-as, recuse-se a compartilhar de suas camas, bata nelas.”.

Por seu turno, as Igrejas Neopentecostais, a exemplo da Igreja Renascer em Cristo, possui forte liderança feminina, na figura da episcopisa Sonia Hernandez, que desenvolve atividades nitidamente diferenciadas quanto à questão de gênero, tais como: chás beneficentes, desfiles de moda, cursos de maquiagem, moda, beleza. Outro ponto digno de

destaque é o fato de que essas Igrejas admitem a liderança a partir de uma mulher, o que é proibido em outras religiões, a exemplo da religião católica, na qual o sacerdócio somente é permitido aos homens.

E dentro do contexto prisional, como se dá a participação das mulheres na religião?

Em primeiro lugar, cumpre salientar que a liberdade de consciência e de crença está prevista no art. 5º da Constituição Federal, dotada de *status* de Direito e Garantias Fundamental, sendo assegurado a todos os brasileiros e brasileiras, inclusive aquelas que se encontram presas: “VI. é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”. A legislação infraconstitucional também prevê que as presas possuem direito à assistência religiosa, conforme se vê na Lei de Execução Penal, “Art. 24 - A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa”¹⁰.

Recentemente, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), vinculado ao Ministério da Justiça (MJ), *baixou resolução que normatiza a prática de cultos e assistência religiosa dentro de presídios brasileiros*. As normas orientam as secretarias estaduais, reafirmando o direito à prática religiosa. Seja qual for a crença, todas elas são comuns nos presídios brasileiros. A citada norma proíbe o recolhimento de dízimos e venda de material religioso e prevê o cadastro das instituições, que devem comprovar um ano de existência, e também dos agentes religiosos, que passam a ser isentos de revista íntima. Também fica autorizado o uso de objetos para os cultos, desde que não apresentem risco para a segurança.

Em nosso trabalho de campo, percebemos que no Presídio Feminino Sergipano esse direito à assistência religiosa é plenamente assegurado. Importante ressaltar que a participação nos cultos é facultativa, conforme assegura a Lei, entretanto, apesar dessa facultatividade, 90% das internas participam destas atividades religiosas. É um número deveras significativo e que nos despertou para a presente pesquisa e deu nascedouro a algumas hipóteses: existem condições sociais peculiares ao presídio feminino que maximizam a conversão nesse contexto – a saber: ócio, solidão, carência –; algumas igrejas neopentecostais possuem mais adeptas, considerando os público específico constituído por

¹⁰ BRASIL, Presidência da República. Lei n. 9475, de 22 de julho de 1997. Brasília, 1997. Disponível em: www.presidencia.gov.br/sedh. Acesso em 16 de maio de 2008.

presidiárias, “vez que no cenário atual, as religiões que fazem sucesso são aquelas que se adaptam às necessidades e desejos de um público alvo. A religiosidade institucionalizada tradicionalmente (catolicismo e evangélicos de missão) sofre hoje um profundo esvaziamento” (ANDRADE; MENEZES, 2013).

Mas, sobretudo, na presente pesquisa objetiva-se ir além, por isso apresentamos como hipótese central que a conversão ao neopentecostalismo no contexto institucional do presídio feminino sergipano representa uma mudança de práticas (discurso e ações) para as detentas. Em outras palavras, o “*novo ser*” convertido ao neopentecostalismo passa a apresentar um comportamento e uma identidade reestruturada a partir de um *habitus* compartilhado e apreendido durante o período da prisão. Alguns estudiosos do tema afirmam que o fenômeno da conversão religiosa promove mudanças de comportamento e de cosmovisão. Mas será que em um universo tão “profano”, quanto um presídio, onde se encontram as principais mazelas humanas, o “sagrado” incide na vida dessas pessoas da mesma maneira como ocorre fora desse contexto, promovendo mudanças em decorrência da fé?

Haveria uma “ruptura” com o mundo do crime e uma adesão a uma “vida nova”, pois a conversão teria o poder de transformação e organização do mundo.

A religião cria uma realidade dotada de significado, distinta do homem, mas, que dá ordem à sua vida. Sob o dossel sagrado da religião, o homem encontra proteção contra o caos e contra o terror da anomia. A religião tem o poder de transformar as ações e construções humanas em algo que transcende a própria humanidade” (BERGER, 1985. p. 15).

Diante do “*anseio humano por transformar a desordem em ordem, o caos em cosmos*” (ELIADI, 1992, p. 56), o presídio consiste um campo fértil para arrebatam novos fiéis, *ovelhas desgarradas*, ansiosas por mudar de vida, romper com o mundo do crime e “*aceitar Jesus*”. O filho pródigo volta a casa do Pai.

Dentro desse contexto, a Igreja neopentecostal surge como uma “tábua de salvação”, pois, em suas pregações é ofertada aos “irmãos” essa possibilidade de “mudança de vida” e, ainda, a Igreja se apresenta como detentora dos “bens sagrados” e da possibilidade de concedê-los ou recusá-los. Entretanto, o “*aceitar Jesus*” implica numa série de mudanças de comportamento, exigências, orações, manter-se fiel aos dogmas da Igreja, e visa-se investigar que “mudanças seriam essas”, afinal: “Não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas, sim, a religião como possibilidade de

ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural” (PIERUCCI; PRANDI apud OROZCO, 2000, p. 9).

Com o intuito de investigarmos a rotina enfrentada pelas detentas e a importância da religião nesse contexto, analisamos o cotidiano, suas principais atividades, horários a serem cumpridos, quais as instituições religiosas que lá atuam, os motivos apontados para a busca pela religião, especialmente a vertente neopentecostal, bem como a postura que passa a ser adotada pelas detentas convertidas e que, em tese, as contrapõe às demais, como elas passam a enxergar o mundo após a conversão, o que elas entendem como proibido ou permitido.

Os principais passos metodológicos dessa investigação são: 1) pesquisa documental; 2) entrevistas semiestruturadas; 3) observação. Na pesquisa documental, analisamos os dados relativos à população carcerária em Sergipe a partir dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Estado da Justiça. Além disso, esse primeiro momento serviu para o aprofundamento da temática, no exercício da constituição do objeto e da crítica teórica, destacando conceitos acerca da religião, prisão, detentas, detentas evangélicas, neopentecostalismo, noções utilizadas pelos diferentes autores, aprofundando seus pressupostos teóricos.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com algumas detentas “convertidas”, detentas “não convertidas”, funcionários do presídio e agentes religiosos. Em seguida, foi feita a transcrição de dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas e a sistematização de dados qualitativos de acordo com os temas e conceitos relevantes orientadores da pesquisa (conversão e *habitus*).

A observação foi feita a partir de algumas visitas à unidade prisional escolhida. Isto nos proporcionou um contato direto com os atores sociais (religiosos e detentas). Buscamos, nessas visitas, perceber as interações entre os agentes religiosos e as detentas convertidas e não convertidas, levando em consideração os bens simbólicos que compõem essas dramatizações sociais e cenas, tais como gestos, vestimentas, palavras, músicas, cenário, entre outros.

O acesso ao Presídio Feminino se deu através de autorização do Secretário de Justiça, obtido mediante Ofício devidamente encaminhado e observados os trâmites legais. Mesmo sendo advogada e tendo acesso aos presídios em decorrência da profissão, fiz questão de manter uma postura neutra, buscando atender os requisitos da atividade de pesquisadora.

Nossa participação foi muito bem aceita tanto pela Direção do Presídio quanto pelas detentas, as quais, pelo que pudemos perceber, enxergaram nossa presença como uma atividade diferenciada – o que quebrou um pouco a rotina –, bem como gostaram de serem ouvidas, de modo que se sentiram à vontade para desabar e, inclusive, chorar. Aliás, todas se emocionaram durante as entrevistas e nos esforçamos para que elas se sentissem bem confortáveis com nossa presença. Não enfrentamos os obstáculos comuns à maioria das pesquisas em que se utiliza a entrevista enquanto método, a saber: a falta de tempo dos entrevistados, o receio em participar das entrevistas, a dificuldade em encontrá-los, nada disso ocorreu na presente pesquisa. As entrevistadas se encontravam em um local determinado, acessível, sem pressa para concluir as entrevistas, as quais foram longas e bem aprofundadas.

Na presente pesquisa, adotamos a perspectiva interacionista, que se concentra na comunicação interpessoal em ambientes microssociais, tal qual o presídio. Desse modo, não poderia deixar de compor nosso quadro teórico o autor Erving Goffman, um dos ícones do interacionismo.

Tendo em vista que nosso objeto empírico é o Presídio Feminino, o qual se caracteriza como sendo uma instituição total, definida por Goffman (1992) como um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”, percebemos que o presídio apresenta várias características, as quais são apontadas pelo autor como típicas de uma instituição total:

A primeira característica diz respeito a:

[...] fechamento, ou caráter total, simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, águas, florestas ou pântanos (GOFFMAN, 1992, p. 16).

De fato, a partir das observações constata-se que o presídio feminino está localizado num lugar totalmente isolado, no Município de Nossa Senhora do Socorro, distante do núcleo urbano, de difícil acesso, longe de qualquer transporte público, o que até constitui mais um obstáculo para visitas às detentas; possui muros bem altos cerceados com arame farpado, além das grades internas que separam as detentas em celas.

A segunda característica é que

[...] todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade [...] cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto [...]. Todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários (GOFFMAN, 1992, p. 17-18).

Assim, as detentas têm horários para acordar, tomar café, tomar banho, tomar banho de sol, trabalhar, frequentar os cultos, almoçar, jantar, assistir televisão, dormir, enfim, tudo exercido sob vigilância constante, na companhia de diversas pessoas, sob a autoridade das agentes penitenciárias e com pouca maleabilidade, tolhendo praticamente por completo a autonomia individual, o que gera um processo de deterioração da identidade.

A terceira característica está relacionada à chegada de um novo detento:

[...] o novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições estáveis no seu mundo doméstico [...] começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado [...] os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada “as boas vindas”. (GOFFMAN, 1992, p. 27).

Chegando ao presídio, a detenta tem os seus pertences recolhidos: a roupa que vestia no momento da prisão, celular, documentos de identificação, dinheiro, enfim, tudo o que portava antes da prisão. A seguir, ela é obrigada a tomar banho, cortar as unhas, *desinfetar* os cabelos, com veneno contra piolhos e vestir uma farda que é utilizada por todas as detentas, composta por uma blusa branca com o nome **INTERNO**, uma bermuda laranja e uma sandália de dedo branca. Esse processo de admissão Goffman afirma que pode ser caracterizado como uma despedida e um começo:

A roupa da prisão é anônima. Os bens de uma pessoa se limitam à escova de dentes, pente, cama superior ou inferior, metade do espaço numa mesa pequena, uma navalha. Como no cárcere, o desejo de colecionar bens adquire extensão absurda. Pedras, anéis, facas – tudo que é feito pelo homem é proibido numa instituição humana – qualquer coisa, um pente vermelho, um tipo diferente de escova de dentes, um cinto, tudo isso é procurado, ciumentamente escondido ou triunfante exibido (GOFFMAN, 1992, p. 248).

Compõe ainda o arcabouço teórico dessa pesquisa Pierre Bourdieu, tendo em vista que a análise sociológica da religião requer, sobretudo, a busca da sua função social, não no sentido leigo de religião enquanto ‘refrigério para a alma’, mas no sentido bourdieusiano,

segundo o qual, a religião “*fornece justificativas sociais de existir enquanto ocupantes de uma determinada posição na estrutura social*”:

Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificativas de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes *forneça justificativas de existir em uma posição social determinada*, em suma, de existir como de fato existem, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes (BOURDIEU, 1992, p. 57)

Assim, o renomado sociólogo francês vê uma ligação entre religião e posição social. Ele chega a afirmar que

[...] as demandas religiosas tendem a organizar-se em torno de dois grandes tipos que correspondem a dois grandes tipos de situações sociais, ou seja, as *demandas de legitimação* da ordem estabelecida próprias das classes privilegiadas, sentimento de dignidade prendido a convicção da própria excelência e perfeição de conduta de vida, e as *demandas de compensação* próprias das classes desfavorecidas (religiões de salvação) [...] [que se funda na promessa de salvação do sofrimento] e no apelo da providência capaz de dar sentido ao que são a partir do que virão a ser (BOURDIEU, 1992, p. 34).

Levando em consideração que nosso campo investigado se destaca particularmente pela posição desprivilegiada social e economicamente dos atores sociais que o compõe, a leitura bourdiesiana nessa seara se faz relevante.

Aplicaremos o conceito de *habitus*, definido por Bourdieu como

[...] um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada como estrutura internalizada, sistema de disposições duráveis e transferíveis, matriz de percepções, apreciações e de ações individuais e coletivas.

Dito de outro modo, *habitus* representa um conjunto de “traços” distintivos (gestos, comportamentos, símbolos, vestimentas, linguagem, etc.) de um determinado grupo social, em oposição a outros grupos ou segmento, o que será analisando em relação às detentas convertidas. No tocante à concorrência no campo religioso Bourdieu afirma:

[...] monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos, impondo-lhes e inculcando-lhes um *habitus* religioso particular, isto é, uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir e de pensar conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência (BOURDIEU, 1992, p. 88).

O *Habitus* surge, então, como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. É capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. O *habitus* é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992, p. 101).

Assim, o conceito de *habitus*, aqui, é utilizado para analisar a interferência do fenômeno da conversão ao neopentecostalismo na rotina prisional das detentas convertidas. Para isso, estabelecemos como objetos a serem observados: os cultos, a visão acerca das drogas, do sexo, a linguagem adotada pelas detentas convertidas, como pertencentes ao *capital simbólico*: o qual, de acordo com Bourdieu, compreende, além do *capital econômico* (renda, salários, imóveis), a compreensão de *capital cultural* (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), e do *capital social* (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação).

O *habitus* é o terreno comum em meio ao qual se desenvolvem os empreendimentos de mobilização coletiva cujo êxito depende forçosamente de um certo grau de coincidência e acordo entre as disposições dos agentes mobilizadores e dos grupos ou classe cujas aspirações, reivindicações e interesses são empalmadas e expressas pelos primeiros através de uma conduta exemplar ajustada às exigências do *habitus* e através de um discurso “novo”, que reelabora o código comum cimentando tal aliança. (BOURDIEU, 1992, p. 104). Assim, busca-se analisar se essa aliança realmente se sedimenta entre as detentas convertidas e se elas passam a se ajustar as exigências do *habitus* do qual decorreria esse discurso novo.

De igual modo, compõe nosso arcabouço teórico a socióloga francesa Danièle Hervieu Léger, que traz profundas reflexões acerca da religião na ‘modernidade’, ou, para outros autores, ‘ultramodernidade’, ‘pós-modernidade’, ‘modernidade tardia’, abordando a questão da expansão da religião, que se contrapõe ao retraimento previsto anteriormente diante da secularização, o que, *grosso modo*, significa para a autora, a perda da religião no mundo moderno. Enquanto se destaca o processo de desencantamento do mundo como sendo o da “racionalização da religião”, o processo de secularização refere-se a perdas para religião e emancipação em relação a ela (PIERUCCI, 2000, p. 27). Note-se que são processos distintos, porém, frutos de uma racionalização exacerbada.

A renomada autora francesa aborda o fenômeno da conversão a partir de uma maior liberdade individual para erigir sistemas de fé, ou seja, o sujeito é o principal agente da construção de crenças, a religiosidade passa a ser inteiramente centrada no indivíduo e sua

realização pessoal. Essa construção da identidade religiosa a autora denomina de *trajetórias de identificação*, demonstrando seu caráter de movimento e fluidez.

O que temos, então, é o fato de que as identidades religiosas não são mais herdadas, fazendo agora parte de uma *‘trajetória de identificação’* que se dá ao longo do tempo. Portanto, uma análise profunda da relação do ser humano com uma linhagem de crença só é possível quando articulamos três elementos: a dinâmica interna do crer, as interferências externas ligadas às instituições de socialização e o ambiente móvel onde se dá o processo.

Para Hervieu-Léger, existem três modelos principais de convertidos: o sujeito que muda de religião (rejeita a tradição herdada), o sem religião (a partir da trajetória individual, o sujeito descobre certa tradição religiosa e integra-se a ela), e o refiliado ou convertido de dentro (aqueles que vivem de maneira conformista determinada religião herdada por tradição, até que passam a enxergá-la como geradora de um sentido).

Essa concepção de conversão talvez se coadune com o que Bauman (2001) denomina de modernidade líquida que se “instaura em contraposição a um mundo sólido e pesado, delimitado, estruturado com regras claras e posturas definidas”. A reflexão acerca das “consequências da modernidade” e a contextualização da religião são importantes, na medida em que o fenômeno religioso também sofre influência das mudanças socioculturais e na forma de cosmovisão de determinada sociedade, em época e contexto determinados, o que se coaduna com a acepção de conversão como processo que se dá individualmente, conforme entendimento da autora Danièle Hervieu-Léger (2008, p. 64), a qual, conforme vimos, entende tal fenômeno como uma escolha e não mais como uma obrigação, ou participação conformista em determinada modalidade religiosa: “Os crentes modernos reivindicam seu direito de bricolar¹¹, e, ao mesmo tempo, o *de escolher sua crença*”. Para autora, “o convertido se apresenta como a prova da autenticidade da *escolha pessoal* na construção da identidade religiosa; caminho este que leva o indivíduo a uma radicalidade religiosa e a formação da religião de voluntários, substituindo a religião de obrigação.” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 134).

¹¹ O termo bricolagem, oriundo do francês *bricolage*, foi utilizado pela primeira vez por Thomas Luckmann na sociologia da Religião, embora tenha sido criado pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, em sua obra *O Pensamento Selvagem* (1962). Por bricolagem se entende a mistura elementos de diferentes religiões e diferentes elementos ficam integrados numa espécie de religião *personalizada, customizada*, numa espécie de Religião “à la carte” (termo utilizado por Hervieu-Léger).

Claro que essa escolha individual sofre reflexos do contexto no qual a pessoa está inserida, ou seja, do social, do coletivo como um todo, pois são indissociáveis. Assim, pretendemos confrontar o fenômeno da conversão ocorrida no contexto prisional com o conceito de conversão apresentado por Hervieu-Léger. Segundo esta autora,

[...] a religião não pode pretender nem mudar o mundo, nem regular a sociedade, mas ela pode transformar os indivíduos. Isto vale, inicialmente, para o próprio convertido: a reorganização de sua vida pessoal antecipa, a seus olhos, (e com ainda maior força pelo fato de que sua vida anterior era dissoluta, caótica e desestruturada), a reorganização global de um mundo do qual ele se desapega com sua entrada em uma nova identidade religiosa. Mas essa ruptura, que fez uma reviravolta em sua vida, demonstra conjuntamente o poder divino de transformação e organização do mundo. 'Deus me escolheu' (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 128).

Assim, na presente pesquisa, utilizaremos esse conceito para analisar a conversão após o encarceramento e de que forma se apresenta esse processo de “ruptura”, essa “reviravolta” na vida das detentas, bem como para analisar se a conversão tem esse poder de transformação e organização do mundo, a partir do “*chamado divino*”.

Nesse sentido, os conceitos ora empregados são compatíveis, pois, apesar da autonomia do sujeito crente na escolha de sua crença, apontada no conceito de conversão por Hervieu-Léger, a conversão, tida pelos envolvidos como a experiência mais íntima e mais privada que seja, é um ato social e socialmente determinado, cuja lógica depende tanto de disposições sociais e culturais dos convertidos quanto de seus interesses e aspirações – é o que aponta a autora, baseando-se em estudos tipológicos.

De acordo com a pesquisadora Diana Nogueira de Oliveira Lima (2007, p. 14):

[...] os depoimentos sobre pertencimento religioso, que obtive em uma congregação da Zona Sul do Rio de Janeiro, enfatizam noções como "escolha" e "decisão", caras ao imaginário individualista moderno da igualdade e da liberdade, e com muita recorrência ancoram sua explicação para as "mudanças" de vida resultantes da "entrada na fé" na "atitude" profissional que puderam assumir a partir do que ouviram na Igreja.

Entretanto, é importante ressaltar o contexto no qual estamos analisando o fenômeno da conversão, pois, de acordo com vários pesquisadores do tema, a exemplo de Camila Caldeira Nunes Dias,

Há uma desconfiança constante pairando sobre os presos evangélicos, ligada a uma suposta ausência de sinceridade na sua devoção religiosa. [...] 'Esconder-se atrás da Bíblia' é um jargão frequentemente utilizado para se referir às pessoas que teriam se convertido por razões alheias àquelas propriamente religiosas. [...] A identidade do evangélico é, dessa forma, extremamente desacreditada pelos demais. O evangélico deve se manter o tempo todo vigilante no seu papel de crente, tomando cuidado para que nenhuma atitude esteja em desacordo com essa identidade. (DIAS, 2006).

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o **ITINERÁRIO DA PESQUISA E ANÁLISE ETNOGRÁFICA DO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO**, onde trazemos os “caminhos” percorridos na nossa ida a campo, como se deu esse ingresso, bem como fazemos um levantamento etnográfico de uma amostra do nosso universo de pesquisa. No segundo capítulo, abordamos **A PRESENÇA FEMININA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO** e mais especificamente sergipano. Para isso, analisamos a questão do gênero quanto à prática delitiva e quanto ao encarceramento. Fazemos uma reflexão acerca das penas privativas de liberdade e da situação de nossos presídios, apresentamos dados acerca da criminalidade no Brasil e em Sergipe, com ênfase na questão do gênero, bem como demonstramos o aumento vertiginoso da população carcerária nacional nos últimos anos, e ainda, traçamos o perfil social da população carcerária sergipana, com ênfase para o Presídio Feminino Sergipano. No terceiro capítulo, apresentamos um **PANORAMA GERAL DA RELIGIÃO EVANGÉLICA E SISTEMA CARCERÁRIO**, assim, analisamos dados dos últimos Censos do IBGE, falamos acerca da origem do pentecostalismo e suas “ondas”, aprofundamos a análise acerca da Teologia da Prosperidade e refletimos acerca do papel da mulher na religião pentecostal. No quarto e último capítulo, discutimos sobre **A RELIGIÃO NEOPENTECOSTAL NO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO**, onde analisamos a importância da religião nesse contexto, e, investigamos os motivos que levam à conversão, as condições peculiares a esse contexto que levam a um elevado índice de conversão, analisamos as entrevistas, e, por fim, confrontamos os dados da pesquisa com os conceitos e hipóteses ora levantados.

CAPÍTULO I

ITINERÁRIO DA PESQUISA E ANÁLISE ETNOGRÁFICA DO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO

Conforme visto acima, o objeto empírico da presente dissertação é o presídio feminino sergipano, localizado no Município de Nossa Senhora do Socorro. Entretanto, tal escolha não se deu desde o início da pesquisa, foi algo pensado ao longo dos estudos, afinal:

A construção do objeto [...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos pelo que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. (BOURDIEU, 1989, p. 27).

Inicialmente, a pesquisa seria realizada no Presídio Masculino Complexo Penitenciário Manuel Carvalho Neto, localizado no Município de São Cristóvão. Essa unidade prisional masculina, que possui uma precária estrutura, além de um difícil acesso, conta com, aproximadamente, 2.000 presos.

Ao cursar a disciplina Metodologia da Pesquisa, tivemos a oportunidade de refletir melhor, e, a partir de algumas conversas com a Professora Cristhine Jaquet, mudamos nosso objeto empírico para o Presídio Feminino, o que foi de suma relevância, pois, além de enriquecer a pesquisa, por propiciar um recorte quanto ao gênero, facilitou o desenrolar da mesma, por se tratar de um universo de menos de 200 presas, e, sobretudo, devido ao melhor acesso em razão da melhor estrutura e também por se tratar de uma mulher pesquisando outras mulheres. Para termos acesso à referida instituição, obtivemos autorização da Secretaria de Justiça, através de ofício, observados os tramites formais.

A primeira unidade prisional feminina em Sergipe foi construída no ano de 1983, com o objetivo de abrigar uma mulher envolvida como cúmplice de um crime que chocou a sociedade da época: o homicídio de uma criança. O delito, que ocorreu no final da década de 70, ficou conhecido como “O Crime de La Conga”. No terreno onde foi construído funcionava um cemitério público. O presídio inicialmente abrigou 20 detentas num espaço físico pequeno, mas suficiente para o atendimento. As instalações tinham cozinha, a,

alojamento das guardas e 10 cubículos para hospedar as internas. No decorrer dos anos, a unidade passou por algumas reformas, já que o número de pessoas crescia a cada dia. Foi acrescentado à estrutura um espaço onde funciona o berçário, recepção para visitantes e revista, além de refeitório e abrigo para os servidores.

Essa nova unidade prisional apresenta boas condições de salubridade e higiene e as próprias detentas se encarregam de realizar a limpeza. Algumas delas ficam fora das celas durante o dia, limpam as salas da Diretoria, preparam os alimentos, enfim, gozam de maior prestígio perante a Direção do Presídio. Dentre essas, podemos mencionar a detenta Érica, a qual passa o dia transitando livremente dentro da instituição, é a responsável pela limpeza da sala da Diretora, pelo preparo do cafezinho, e, inclusive, foi a encarregada de encaminhar as detentas para a sala onde foram realizadas as entrevistas. São também as próprias detentas que lavam a farda utilizada, uma camisa branca e uma bermuda laranja. Não é permitido usar óculos, brincos, esmalte, alicate, tesoura, nem qualquer objeto que possa representar risco à integridade física das detentas.

O Presídio Feminino apresenta, em sua estrutura física, dois pavilhões, recepção, salas de visita e acolhimento, cozinhas, berçários – as mães podem amamentar seus filhos até os seis meses, havia quatro crianças em maio de 2012 –, enfermaria, duas salas para visita íntima, além de outras pequenas salas. Em entrevista, o Coordenador Religioso afirmou que a divisão das internas nos pavilhões não é aleatória, o pavilhão 01 é destinado a reincidentes, acusadas de tráfico e aquelas que apresentam mau comportamento. Já o pavilhão 02 é destinado àquelas consideradas menos perigosas.

As duas salas destinadas à visita íntima possuem uma cama de alvenaria, colchão sem lençol, e ficam bem em frente à sala de assistência social, por onde transitam várias pessoas diariamente, o que, no nosso ponto de vista, suprime significativamente a “intimidade” das visitas, as quais, podem ocorrer quinzenalmente, aos sábados.

A assistente social realiza vários atendimentos por dia, trata-se de detentas que desejam falar com seus familiares, principalmente, saber notícias dos seus filhos, solicitar itens de higiene, enfim. Esses telefonemas são permeados de muita emoção, choro e, principalmente, cobrança pela ausência de visita.

Observando a rotina das detentas, podemos destacar que elas acordam às 06h da manhã, com o toque de uma sirene; o café da manhã é servido às 07h no refeitório. Das 09h às 11h, há o banho de sol no pátio, às 12h, é servido o almoço também no refeitório. Após o almoço, a maioria delas assiste TV, principalmente noticiários policiais, o que, para algumas

delas, é divertido. Outras fazem roda de oração, o que, aliás, ocorre várias vezes ao dia, mesmo dentro das celas, elas dão as mãos e oram juntas. Às 17h, fecham todos os portões e fica proibida a entrada de pessoas de fora, exceto advogados, em caso de urgência. Às 18h, é servido o jantar e, às 20h, apagam-se as luzes das celas e permanecem acesas apenas algumas luzes do corredor.

Em entrevista realizada em 2011, com a Diretora da instituição, constatamos que havia 180 (cento e oitenta) detentas, sendo que quatro estavam grávidas, ao passo que neste ano de 2013, no mês de junho, já havia 240 detentas, ou seja, um aumento de 60 detentas em pouco menos de dois anos. Vejamos o perfil de algumas das entrevistadas:

**QUADRO 01 -
PERFIL SOCIAL E RELIGIOSO DAS DETENTAS DO PRESÍDIO
FEMININO SERGIPANO¹²**

DETENTA	IDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS/IDADE DOS FILHOS	IGREJA(S) QUE FREQUENTA	MOMENTO DA CONVERSÃO	DELITO
Detenta 1	29	Casada	3 (5,7,13 anos)	Evangélica	Fora do presídio	Tráfico
Detenta 2	37	Casada	3 (18,16,15 anos)	Evangélica	Fora do presídio	Homicídio
Detenta 3	51	Separada	3 (24,18,19 anos)	Católica	Fora do presídio	Tráfico
Detenta 4	38	Solteira	14 filhos	Evangélica	Dentro do presídio	Roubo
Detenta 5	48	Casada	2 (3,5 anos)	Evangélica	Fora do presídio	Tráfico
Detenta 6	22	Casada	2 (2,4 anos)	Evangélica	Dentro do presídio	Tráfico
Detenta 7	34	Casada	2 (10,18 anos)	Evangélica	Dentro do presídio	Tráfico
Detenta 8	27	Casada	1 (11 anos)	Evangélica	Dentro do presídio	Furto
Detenta 9	30	Convivente	0	Evangélica	Dentro do presídio	Tráfico
Detenta 10	28	Solteira	0	Espírita	Fora do presídio	Sequestro
Detenta 11	38	Solteira	3	Pentecostal	Dentro do presídio	Furto

¹² Quadro elaborado pela autora.

Esses dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas e, para a realização das mesmas não houve dificuldades, vez que a Diretora do Presídio foi muito receptiva e, de igual modo, as detentas. A minha presença foi muito bem aceita, pois eu soube cativá-las e deixá-las bem à vontade. Nesse momento, percebi a contribuição significativa da Professora Christine Jaquet em me aconselhar a mudar o campo da minha pesquisa para o presídio feminino, realmente foi muito mais viável do que se eu tivesse tentado realizar essa pesquisa num presídio masculino, onde a presença de uma mulher, por si só, já representa uma situação mais delicada e o acesso é muito mais rigoroso, diante da quantidade de detentos, mais de mil e setecentos.

Entretanto, entrevistas que, em tese, poderiam ser realizadas em uma hora, demandaram muito tempo, foram longas, pois a carência é tão grande entre as detentas que muitas usavam esse momento para desabafar, chorar, tendo uma delas cantado uma música enorme da Igreja, enfim.

A seleção da amostra se deu de modo a diversificar as pesquisadas. Assim, compuseram nossa amostra mulheres de várias idades, algumas já condenadas, outras aguardando sentença, umas presas há poucos meses, outras presas há mais de dois anos, e o que buscamos foram aquelas que mais frequentam os cultos religiosos.

Analisando esses dados colhidos podemos afirmar:

Numa análise etnográfica das detentas, constatamos que a faixa etária das detentas varia entre 22 a 51 anos.

Do total de cento e oitenta detentas, cento e trinta e quatro estão presas por tráfico de entorpecentes, o que corresponde a 74,44%, em segundo lugar vem o crime de furto com vinte e três detentas, o que corresponde a 12,78% e em terceiro lugar o crime de homicídio/tentativa com quinze detentas, o que corresponde a 8,33%.

Das oito detentas entrevistadas até o momento, cinco afirmaram ser casadas, mas, apenas uma delas recebe visitas regulares do marido, as outras nunca foram visitadas, seja porque o seu marido também está preso, ou porque eles simplesmente se negam a visitar suas mulheres presas. Isso corrobora a principal queixa das detentas quanto à prisão: o fato de se sentirem abandonadas.

Todas as entrevistadas têm filhos, na maioria mais de um, e menores de idade, os quais tiveram suas respectivas genitoras arrancadas do seio da família em decorrência da prisão, e, hoje, estão sob os cuidados de parentes ou em orfanatos, o que gera outro

problema social, já que muitas dessas crianças simplesmente ficam abandonadas e algumas também se envolvem em delitos.

São realizados cultos religiosos regulares três vezes por semana: às segundas e quartas-feiras, das 14h às 16h, ocorrerem cultos evangélicos e, às terças-feiras, no mesmo horário, ocorrem cultos católicos, organizados pela Pastoral Carcerária. Além dos cultos regulares, também são organizados outros eventos, às vezes de maior magnitude, como o Batismo coletivo, sempre observado o calendário de atividades religiosas, elaborado pelo Coordenador Religioso.

Quanto às instituições que atuam no presídio feminino, constatamos que, dentre as Igrejas Evangélicas, estão presentes: Testemunha de Jeová, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Verbo da Vida e SOS Presídio, sendo que cada uma dessas Igrejas realiza mensalmente dois cultos de maior magnitude, intercalando entre si. Estas denominações religiosas fazem um cadastro de, no máximo, sessenta pessoas que irão fazer parte da equipe que realiza as atividades religiosas; desse cadastro, apenas doze pessoas de cada denominação religiosa podem adentrar no presídio para realizar o culto.

No que diz respeito mais diretamente à problemática da presente pesquisa, constatamos que prevalece entre as presas a religião evangélica, isto é, mais de 90% das delas declararam ser evangélicas. Chamou nossa atenção o fato de que a detenta 11, ao ser indagada sobre sua religião, não respondeu ser evangélica apenas, foi mais além, especificando pertencer à religião pentecostal. Dentre as entrevistadas, 50% afirmaram que a conversão se deu dentro do presídio, pois, até então, estavam afastadas de Deus e o Diabo era quem dominava suas vidas, como está presente na fala da maioria delas.

Notamos, de maneira apriorística – vez que não dominamos conhecimento técnico para isso –, que algumas detentas apresentam problemas psicológicos, a maioria tem depressão, ansiedade, e uma delas, que já estava presa há quase três anos, apresentava sinais claros de doença mental, aparentando estar desconectada da realidade.

CAPÍTULO II

A PRESENÇA FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SERGIPANO

Na sutileza da perversão de um sistema presidiário, que desrespeita o homem preso, que parcela cabe às mulheres presas que são obrigadas ao uso de uniforme semelhante ao deles? Calças compridas, sempre. Nada de uso de saias! Nada de olhar-se no espelho e ver-se mulher, quiçá ser mãe, quiçá ter desejos. Nada de "estereótipos" femininos. Nada de sonhos, de auto reconhecimento como ser humano e ser mulher! Atenção, aquela que der um beijo, contido que seja, em seu marido ou companheiro durante uma visita, será castigada! Aquela que dividir amor e respeito com outrem, dentro da prisão, será alijada de tal companhia e, os futuros encontros serão devidamente negociados com quem detém o poder de abrir e fechar as portas de uma prisão. Emoções! Nenhuma. Só o seco engolir do ódio de estar presa por tráfico e assistir ao tráfico dentro do presídio! (Dora Martins - Juíza de Direito em São Paulo. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, em 20/04/12).

A palavra penitenciária vem do Latim *penitentiarius*, “relativo à pena, ao castigo”, de *poena*, “castigo, penitência, condenação”. Talvez por isso, os presídios brasileiros se assemelhem a verdadeiras masmorras, o que não é nenhuma novidade. Quem já teve a imperdível oportunidade de adentrar em algum presídio, jamais esquecerá a cena tórrida que presenciou: o cheiro de gente apodrecendo, seres humanos fazendo revezamento para respirar através de uma janela, sem colchão, porque há o risco de atear fogo, sem lençol para evitar suicídios, pois essas pessoas se tornam tão embrutecidas, de modo que até mesmo alguns itens que poderiam lhes proporcionar um maior conforto podem ser utilizados contra si próprias. De igual modo, não é novidade que a pena privativa de liberdade não atende às funções básicas a que se propõe, vez que não ressocializa, não reintegra, não re-educar ninguém.

Todavia, não podemos esquecer que a pena de prisão constituiu um avanço em relação à pena de morte e os castigos físicos outrora infligidos àqueles que violassem as Leis. “Penetramos na época da sobriedade punitiva” (FOUCAULT, 2000, p. 16). A pena não mais atinge diretamente o corpo do indivíduo, “deixa o campo da percepção e entra no da consciência abstrata”. Segundo Foucault, “a certeza de ser punido é que deve passar a desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens”, e ainda, “O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos”. É sob esse discurso da “humanização” da pena que são criadas as cadeias, as quais “não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o

indivíduo, a neutralizar a sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações” (FOUCAULT, 2000, p. 20).

Todavia, apesar da pena privativa de liberdade constituir um avanço em relação às penas outrora infligidas, essa sanção não está imune a críticas. Diante dos efeitos advindos do encarceramento, a pena privativa de liberdade

[...] começou a ser objeto de questionamentos desde o início do século XX, por se tornar ineficaz na contenção da criminalidade. Aliás, esse panorama negativo já era esperado, pois o cárcere é a antítese da sociedade livre, atua de forma antinatural, conduzindo à criminalidade. Em virtude disso, assim como ocorreu com a pena de morte e outros suplícios, a falência da pena de prisão foi inevitável uma vez que, além de não frear a delinquência, dá oportunidade a desumanidades e estimula a reincidência delitiva. (TOSI, 2007, p. 10).

Aliás, nós diríamos muito antes, ainda no século XVIII, o italiano Cesare Beccaria já nos alertava no sentido de que o que inibe o crime não é o tamanho da pena, mas a certeza da punição. É justamente isso o que falta no Brasil. Não faltam leis, aliás, elas são incontáveis, não falta dureza nas penas, o que falta é justamente a certeza de que uma vez praticado um delito, será aplicada, de fato, a pena destinada ao qual!

Apesar da notoriedade de todos esses fatos, ou seja, “a prisão não regenera nem ressocializa ninguém, perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece, é uma fábrica de reincidência, é uma universidade às avessas onde se diploma o profissional do crime” (SILVA, 2001, p.19), o fato é os presídios estão aí com o mesmo formato e continuam superlotados. Para Adorno (1991), três momentos são decisivos na construção da trajetória delinquente: o contato com as agências policiais, com o aparelho judiciário e, finalmente, com a prisão, as, quais, para o autor, se constituem em espaços privilegiados para o aperfeiçoamento de técnicas delinquentes e para a socialização no mundo do crime. Comungam do mesmo entendimento diversos sociólogos e filósofos pesquisadores do tema:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes criminosos permanece estável; - a detenção provoca a reincidência, porque depois de sair da prisão, têm-se mais chances que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos; - a prisão não pode deixar de fabricar delinquentes; - a prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras; - enfim, a prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria à família do detento. (FOUCAULT, 1986, p. 234-35).

Quando um crime é praticado, a sociedade amedrontada, e com motivos suficientes para isso, simplesmente tenta “*varrer a sujeira para debaixo do tapete*”, encarcera. O

Estado, até então, é omissivo na vida da maioria dos ‘delinquentes’, os quais nunca tiveram acesso aos mais básicos direitos que assegurem a dignidade da pessoa humana, nunca souberam o que é ter acesso à educação, saúde, moradia, enfim, nunca tiveram “*direito a ter direito*”. Finalmente, esses indivíduos são apresentados ao Estado, na pessoa do Juiz, o qual surge com mãos de ferro para punir, aplicar a Lei, o que geralmente significa prendê-los. Esse mesmo Juiz, na maioria das vezes, nunca soube o que é ficar desempregado, ver seus filhos chorando morrendo de fome, nunca foi despejado de sua moradia, e, simplesmente aparece com a sua toga e empurra os ‘bandidos’ para os presídios, verdadeiros depósitos de gente. “A justiça foi feita”. Entretanto, nessas condições, o aparelho carcerário brasileiro só serve para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias cujos membros ele sequestra, ademais, serve para alimentar a criminalidade pelo desprezo escandaloso da lei, pela cultura da desconfiança dos outros e da recusa das autoridades que ele promove (WACQUANT, 2001, p. 11). A sociedade conhece a situação em que se encontram os presídios brasileiros, entretanto, muitos permanecem indiferentes, e, alguns, chegam até a afirmar que os presídios são hotéis cinco estrelas mantidos com nossos impostos e a solução seria exterminá-los! Incontáveis vezes ouvimos falar que “bandido bom é bandido morto”!

Em todos os países do subcontinente, e no Brasil de forma mais particular, vigoram os métodos ilegais de aplicação da lei por parte de diferentes instituições. No País, ainda são muito comuns a tortura como forma de investigação, os maus-tratos como forma de justiça sumária, condições de tratamento degradante e subumano nas delegacias de polícia, nas prisões, nas instituições para jovens em conflito com a lei e nas instituições asilares. No País, são comuns as execuções extrajudiciais por justiceiros e esquadrões da morte (com a participação de policiais e com o beneplácito de órgãos do poder público e de moradores), o assassinato de crianças e adolescentes de rua, a violência contra indígenas e povos de rua, a violência rural (afora o aspecto abjeto das desigualdades e das relações de trabalho escravas ainda persistentes no mundo agrário), diversas arbitrariedades do sistema judicial (pessoas sendo detidas por crimes insignificantes e pessoas respondendo em liberdade por crimes de maior monta, em decorrência de sua condição social ou racial); também é comum no país a impunidade generalizada das elites políticas e econômicas.

[...] a reflexão sociológica aponta para o fato marcante segundo o qual as violências estão disseminadas nas sociedades capitalistas contemporâneas, mas há uma forte especificação da criminalização sobre setores populares (a chamada criminalização da pobreza), que são mais vigiados e suas ilegalidades são menos toleradas (SOUZA, 2009, p. 8-9).

Assim, é fato que encarcerar não resolve o problema da criminalidade¹³ cada vez mais presente em nossas vidas, de modo que a questão da segurança pública se torna a cada dia mais pública, com o perdão da redundância. “A segurança é hoje uma metáfora interpretativa do Brasil! Ela se coloca, ademais, com a urgência do enigma que a esfinge lançava aos viajantes incautos: ‘decifra-me ou te devoro’” (NEVES, 2002). E, segundo Souza (2009, p.11), “A segurança ganhou enorme visibilidade pública e jamais, em nossa história recente, esteve tão presente nos debates tanto de especialistas como do público em geral”.

Diversos estudos apontam para as causas da criminalidade. Na perspectiva psiquiátrica, seria necessário considerar as diferentes patologias e os diferentes distúrbios de personalidade naquelas pessoas que se engajam em atividades tidas como violentas e naquelas pessoas submetidas a condições de vida abaixo dos níveis socialmente aceitos. Na perspectiva microantropológica, o tráfico de drogas, a bebida alcoólica, doenças não diagnosticadas, desnutrição, orientação educacional insuficiente, convívio com a violência social e com a violência institucional, baixas condições de vida, cultura das gangues e a honra masculina seriam responsáveis pelo surgimento de condutas desviantes. (SOUZA, 2009, p. 14).

Uma coisa é certa: estamos cada vez mais fechando escolas e abrindo presídios. “Na última década (2003/2012), houve um aumento de 78% no montante de encarcerados do país. Se considerados os últimos 23 anos (1990/2012), o crescimento chega a 511%, sendo que no mesmo período toda a população nacional aumentou apenas 30%.” (GOMES, 2012)¹⁴.

Continuamos a abarrotar nossas prisões, tranquilizados pela ilusão eficiente de diminuir a delinquência, pondo atrás das grades os violadores das normas penais, mas não raro esquecidos da condição de seres humanos dos que, subtraídos momentaneamente do nosso convívio, abandonamos depois dos muros. (PELUZO, 2012, p.11).

Vejamos, no quadro abaixo, uma demonstração do aumento assustador da população carcerária nacional entre os anos de 1990 a 2012, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen):

¹³ Desejando-se sair do senso comum que domina os debates hoje em voga sobre a segurança pública, um dos primeiros passos é não confundir violência com criminalidade; pois se a criminalidade pode ser compreendida como um fenômeno de desvio e de estigmatização social, a violência – ao menos quando atinge os níveis atuais no País – é antes de tudo uma questão de crise de sociabilidade. Assim, enquanto a criminalidade, na maior parte do tempo, envolve a formação de elos societários entre grupos marginalizados, a violência socialmente difusa expressa apenas a anomia social. (NEVES, 2002, p.147).

¹⁴ Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/iab/artigos-do-prof-lfg/populacao-carceraria-cresceu-68-em-apenas-seis-meses/>, acesso em 12 de julho de 2013.

FIGURA 03¹⁵

SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO			
ANO	TOTAL PRESOS	CRESCIMENTO PERCENTUAL ANUAL	CRESCIMENTO ABSOLUTO ANUAL
1990	90.000	-	--
1992	114.337	27,0%	24.337
1993	126.152	10,3%	11.815
1994	129.169	2,4%	3.017
1995	148.760	15,2%	19.591
1997	170.602	14,7%	21.842
1999	194.074	13,8%	23.472
2000	232.755	19,9%	38.681
2001	233.859	0,5%	1.104
2002	239.345	2,3%	5.486
2003	308.304	28,8%	68.959
2004	336.358	9,1%	28.054
2005	361.402	7,4%	25.044
2006	401.236	11,0%	39.834
2007	422.590	5,3%	21.354
2008	451.219	6,8%	28.629
2009	473.626	5,0%	22.407
2010	496.251	4,8%	22.625
2011	514.582	3,7%	18.331
2012*	549.577	6,8%	34.995

* Dados atualizados até junho/12 de acordo com os dados do DEPEN

Fonte: Gráfico produzido pelo Instituto Avante Brasil a partir do dados do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), Ministério da Justiça.

O próprio Estado reconhece sua incapacidade de resolver o problema e a violação gravíssima e constante aos Direitos Humanos. Em mutirão carcerário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, declarou-se o seguinte:

[...] edifícios históricos com mais de 40 anos escondem a condição subumana imposta a milhares de pessoas que cumprem pena nas penitenciárias nordestinas. Calor, escassez de água, sujeira e esgoto a céu aberto revelam a situação crítica das unidades, nas quais os presos precisam disputar um metro quadrado ou criar esquema de revezamento para dormir. Rebeliões violentas e descontrole sobre a situação dos detentos completam o cenário de desordem encontrado em alguns presídios inspecionados pelo Mutirão Carcerário... No presídio Aníbal Bruno, o maior do País, em Pernambuco, são os presos que detêm as chaves e cuidam da circulação de pessoas dentro da unidade. São eles também que administram as cantinas e trabalham como ambulantes, vendendo de tudo na penitenciária que mais parece uma feira entre muros. No sertão e no agreste paraibano, regiões assoladas pela seca, a falta de água é frequente nas unidades prisionais, tornando-as inabitáveis. [...] As más condições são uma penalidade a mais até para quem ainda não foi condenado. No Piauí e em Alagoas, por exemplo, os presos provisórios correspondem a mais de 60% da população carcerária. A ineficiência do Executivo e do Judiciário transformou as unidades prisionais do Maranhão em campos de guerra, com rebeliões e ocorrência de crimes bárbaros [...] Adjetivos não faltam para classificar os presídios nordestinos. No Rio Grande do Norte, algumas unidades foram comparadas pelo Mutirão a calabouços, onde até respirar é difícil, por causa da falta de ventilação e do mau cheiro. No Ceará, ruína foi o termo escolhido para descrever algumas penitenciárias inspecionadas, enquanto na

¹⁵ Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/iab/artigos-do-prof-lfg/populacao-carceraria-cresceu-68-em-apenas-seis-meses/>, acesso em 12 de julho de 2013.

Bahia o pátio de uma unidade foi comparado a um campo de concentração. Um cenário árido de desrespeito aos direitos humanos¹⁶.

Realmente, quem já teve a imperdível oportunidade de visitar alguma unidade prisional, dificilmente não ficou estarecido com a situação degradante a que são submetidos aqueles(as) que, de fato, violaram a Lei. Talvez mereçam cumprir pena, mas cumprir com um mínimo de dignidade. Embora, estudiosos do tema entendam que encarcerar não é a solução do problema, pois, não ataca a sua causa e sim o produto (o delinquente), uma vez que

[...] toda e qualquer política de segurança pública que não leve as atuais características socioeconômicas e políticas do País em conta estará não apenas sendo inócua, como também injusta. Inócua, pois não se combate a “insegurança” da sociedade brasileira apenas com políticas repressivas contra a criminalidade, uma vez que essas políticas não atacam as causas sociais do problema. Ao mesmo tempo, ela é também injusta, pois só atua contra os segmentos mais fragilizados da sociedade (os pobres, os negros, os homossexuais e outros), estigmatizando-os. (NEVES, 2002).

Ousamos interpretar o raciocínio supramencionado e incluir nessas minorias, não numericamente, mas em termos de representatividade, *as mulheres*, que não têm fugido à regra e, cada vez mais, tem engrossado os índices de criminalidade. Esse aumento significativo da população carcerária feminina levou o Governo a implantar *Políticas Especiais para mulheres encarceradas*. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, as Unidades Federativas que possuem maiores percentuais de mulheres presas em relação à população carcerária estadual são: MS (9,92%), RR (9,61%), RO (9,45%), AM (8,95%) e SC (8,38). Já as Unidades da Federação com menores percentuais de mulheres presas em relação à população carcerária estadual são: MA (4,22%), PI (4,27%), CE (4,7%), AL (4,98%), BA (5,11%) e SE (5,14%). O Estado de Sergipe possui em média 183 mulheres presas, o que equivale a 5,14% da população carcerária estadual e 0,55% da população carcerária feminina nacional, custodiadas em um estabelecimento prisional (uma penitenciária), que possui capacidade para 181 presas – um déficit de 2 vagas (1,1% das vagas femininas do Estado). Em 2009, o Estado possuía 160 mulheres presas; em 2010, 141 e em 2011, 183 - um crescimento de 14,37% em três anos¹⁷.

¹⁶ Conselho Nacional de Justiça, Disponível em: www.cnj.jus.br, acesso em 20 de junho de 2013.

¹⁷ Dados obtidos através do Departamento Penitenciário Nacional no site: www.mj.gov, acesso em 05 de março de 2013.

Vale ressaltar que, no mês de abril do corrente ano, contabilizamos duzentas e vinte mulheres no Presídio Feminino Sergipano. É um aumento significativo, vez que, ao iniciarmos a pesquisa empírica, no ano de 2012, havia uma média de 180 mulheres, ou seja, em apenas um ano houve um acréscimo de quarenta mulheres, segundo nos relatou a própria Diretora da Instituição.

Nota-se que, em nível nacional, em apenas seis anos (2005/2011), a população carcerária feminina passou de 17.255 para 34.058, ou seja, esse número praticamente dobrou, tendo, inclusive, ultrapassado o número total de vagas destinadas para a população carcerária feminina pelo Governo Federal:

FIGURA 04

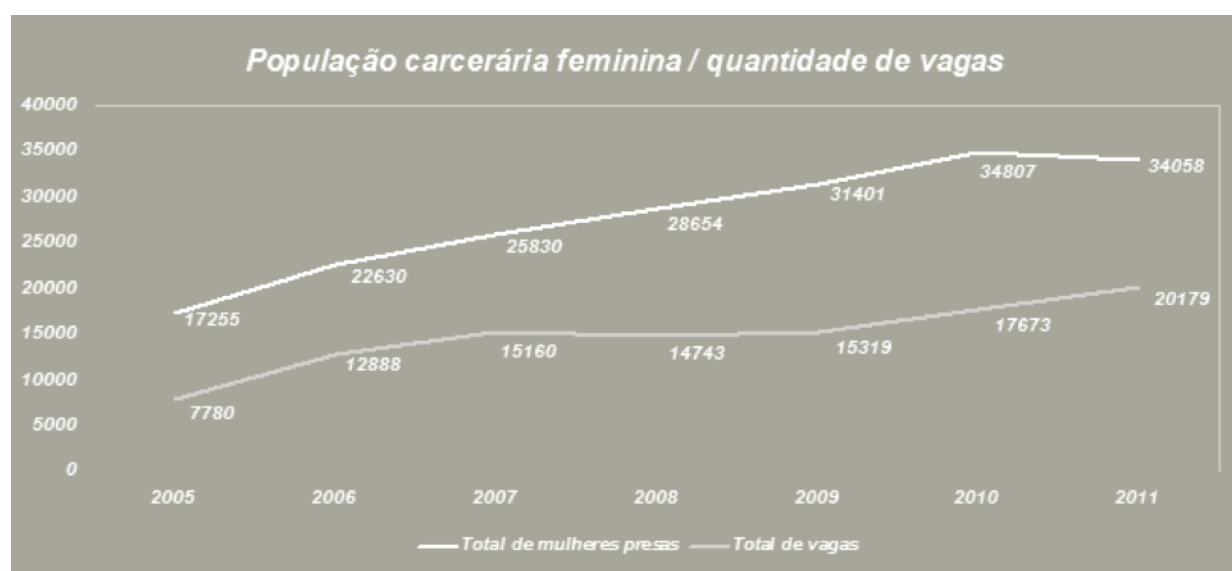


TABELA OBTIDA NO SITE DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (Disponível em [www. http://portal.mj.gov.br](http://portal.mj.gov.br), acesso em 13 de abril de 2013).

Diante de tantas vicissitudes que envolvem o trinômio *mulher, criminalidade e cárcere*, optou-se, nesta pesquisa, pelo recorte quanto ao gênero, o qual apresenta relevância em inúmeros aspectos da vida social, inclusive no tocante à criminalidade. As diferenças de tratamento dispensado a mulheres e homens que se envolvem em delitos são inúmeras, principalmente porque, quando o chamado “sexo frágil” se envolve em um delito, ela transgride não só a Lei, ou seja, o controle social formal imposto pelo Estado, como também transgride normas de gênero e, em tese, elas frustram as expectativas sociais em relação às mulheres. “As ‘delinquentes’ são vistas como a *antítese da feminilidade*. Por isso, as mulheres criminosas são mais estigmatizadas, o que *potencializa os custos das ações desviantes para elas*” – grifos nossos (STEFFENSMEIER, 2004).

É interessante lembrar que a primeira “estelionatária” da humanidade foi uma mulher: Eva. Ao seduzir e enganar o pobre homem que caiu em suas garras, indefeso, trouxe à tona o pecado original. Essa é, inclusive, uma das explicações pelas quais as mulheres teriam que passar pelas dores do parto, de acordo com algumas seitas religiosas.

A feitiçaria, o preconceito, mas principalmente sua prática sempre esteve relacionada intimamente à natureza feminina e, por extensão, à idéia de que toda a mulher era uma feiticeira em potencial. Esse estereótipo surgiu por volta de 1400, e manteve-se, pelo menos no direito criminal, até final do século XVII. No século XVI e XVII a mulher tinha quatro vezes mais possibilidades de que o homem de ser acusada do crime de feitiçaria e de ser executada por essa razão (CAMPOS, 1995).

Posteriormente, a presença da mulher no mundo do crime esteve associada a fatores biológicos, tal qual na teoria lombrosiana, que, a partir de algumas características físicas, detectava o criminoso nato, e ela era considerada uma “*semicriminalóide inofensiva*”:

A mulher normal, portanto, apresentaria graves defeitos em proporção superior àqueles do homem, porém sua fraca inteligência, frigidez sexual, fraqueza das paixões, dependência, unidos ao sentimento maternal, mantinham-na como uma “*semicriminalóide inofensiva*”. Ao contrário, aquelas dotadas de erotismo intenso, com sensibilidade sexual superior a das mulheres normais, dotadas de forte inteligência, se revelavam extremamente perigosas; eram as criminosas natas, cujas tendências para o mal eram mais numerosas e variadas que as do homem, algumas prostitutas natas e as loucas (SOHIET, 1989, p. 98).

Relembrando as sábias palavras da filósofa Simone de Beauvoir,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (BEAVOIR, 1967, p. 09).

Isso poderia não passar de um testamento filosófico, entretanto é verdade biologicamente – uma garota precisa passar pela puberdade para se tornar uma mulher –; verdade sociológica – a maturidade em relação ao contexto social é aprendida, não instintiva – e verdade nos estudos de gênero – a feminilidade como uma aprendizagem social e cultural, vez que o tornar-se mulher, culturalmente, está associado à ternura, carinho, maternidade e a mulher que transgredir as Leis e pratica um delito representaria um ‘desvio ao modelo feminino padrão’

A desigualdade entre homens e mulheres se manteve durante muitos anos não só de maneira informal, como também esteve, por um longo período, institucionalizada, com o respaldo da legislação pátria. O Código Civil de 1916, que permaneceu em vigor até o ano de 2002, previa que o casamento poderia ser anulado caso a mulher não fosse mais virgem, que ela precisava de autorização do marido para trabalhar, que ela poderia ser deserdada caso apresentasse um comportamento desonroso para o bom nome da família, enfim, havia uma série de preceitos legais que previam o comportamento que deveria ser apresentado pela mulher ideal. Contraindo-se a esse dever ser, estaria a mulher na posição de transgressora da lei, que rompia com esse padrão social ideal:

A receita para a mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe educadora do Estado positivista, a esposa companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ‘ser honesta’ devia se casar, não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem (FONSECA, 1997, p. 528).

Notam-se vários aspectos relevantes a serem abordados relativamente às diferenças quantitativas e qualitativas entre homens e mulheres que infringem a Lei. Muitas questões ainda estão sem resposta quando o assunto é a criminalidade feminina. Um ponto pacífico, entretanto, é que o percentual de mulheres presas vem aumentando a cada ano. A mulher “evoluiu” da condição de “semicriminalóide inofensiva” à traficante, algumas delas, inclusive, dominam o tráfico em algumas favelas do Estado do Rio de Janeiro. Vejamos dados do Departamento Penitenciário Nacional, do ano de 2012:

FIGURA 05

Percentual de Mulheres Presas Brasil

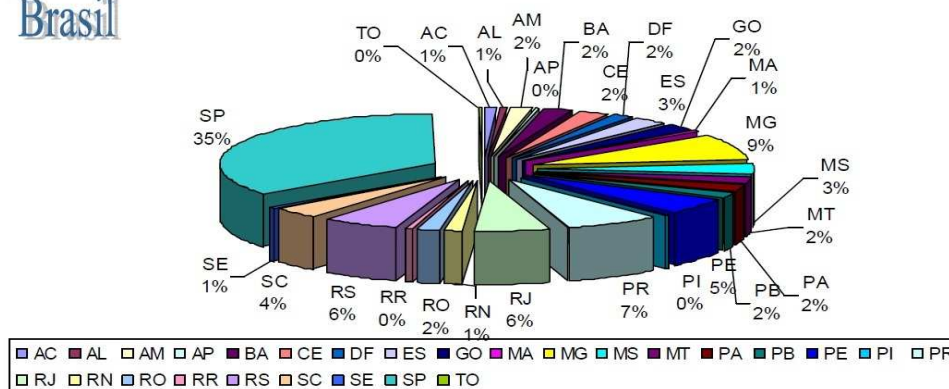


TABELA OBTIDA NO SITE DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (disponível em [www. http://portal.mj.gov.br](http://portal.mj.gov.br), acesso em 13 de abril de 2013)

O mais espantoso é que somente por volta do ano de 1940 (ano em que entrou em vigor o Código Penal Pátrio) começaram a ser implantados, em alguns Estados, presídios exclusivamente femininos, pois, até então, as mulheres cumpriam pena junto com os homens, já que não havia estabelecimento penal destinado somente para mulheres. Os primeiros presídios femininos surgiram no Rio Grande do Sul, no ano de 1937, quando foi implantado o Instituto Feminino de Readaptação Social; em seguida, em São Paulo, que, em 1941, inaugurou o Presídio Feminino e, depois, no Distrito Federal, que, em 1942, criou a Penitenciária Feminina.

Atualmente, a legislação pátria proíbe que homens e mulheres cumpram pena no mesmo local e o estabelecimento penitenciário feminino deve ser individualizado, ou seja, a mulher presa não pode ser mantida em estabelecimento que abrigue indivíduos homens; se for o caso de estarem no mesmo estabelecimento, deve ser em alas diferentes e sem comunicação entre as mesmas. Entretanto, apesar dos avanços,

São poucas as penitenciárias no país inteiro que são construídas para mulheres. A grande maioria são unidades masculinas 'transformadas' em unidades femininas, antigos colégios, conventos, unidades de detenção para adolescentes que não servem mais para eles (grifos nossos). No Estado de Tocantins, não há sequer uma unidade feminina (CERNEKA, 2011, p.11).

Em Sergipe, não é diferente. Onde hoje funciona o Presídio Feminino era o antigo Hospital Psiquiátrico Adalto Botelho, localizado no Município de Nossa Senhora do Socorro, tendo sido desativado o prédio do Bairro América que havia sido construído no ano de 1983, ou seja, trata-se de mais um caso no qual o presídio feminino não foi construído com a finalidade de abrigar mulheres, especificamente, e sim foi aproveitado e reformulado no local onde antes funcionava outra instituição. No local onde funcionava o antigo presídio feminino, ou 'pocilga feminina' – que seria um termo mais apropriado –, hoje existe uma praça, localizada no Bairro América, com a sugestiva denominação de "Praça da Liberdade". Além do presídio feminino, no Estado de Sergipe existem mais seis unidades prisionais:

QUADRO 02¹⁸ – UNIDADES PRISIONAIS NO ESTADO DE SERGIPE

NOME	CARACTERÍSTICAS
Antiga Casa de Detenção de Aracaju	A Casa de Detenção de Aracaju – CDA, ou presídio do Bairro América, como chamam os mais antigos, teve a sua pedra fundamental batida a 5 de outubro de 1923, sendo inaugurada em 12 de outubro de 1926, no Governo Graccho Cardoso, mesmo sem ter sido sua obra acabada. O primeiro e mais antigo presídio, inicialmente denominado de Reformatório Penal do Estado, era de responsabilidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e sua capacidade inicial era de 180 presos. Os funcionários da unidade prisional eram agentes da Polícia Civil e passaram a ser chamados de agentes penitenciários. O objetivo da CDA era abrigar os detentos até que fossem julgados pela Justiça. De acordo com a pena eles eram transferidos para o regime fechado ou semiaberto. Em 1985 o reformatório penal passou por uma grande reestruturação, sendo posteriormente chamado de Casa de Detenção de Aracaju. A falta de manutenção fez com que as condições de salubridade ali existentes fossem questionadas por organismos de defesa dos direitos humanos, bem como pelo poder judiciário, inclusive motivando determinação judicial de fechamento da unidade prisional.
Presídio Estadual de Areia Branca – PEAB	Criado no ano de 1979 e inaugurado no ano de 1980, o presídio está situado no município de Areia Branca, a 36 quilômetros da capital. Construído numa área de 122.500m ² , após uma grande reforma passou a ser dividido em dois sistemas: regime semi-aberto e regime fechado, com capacidade para 326 presos, sendo 166 no fechado e 160 no semi-aberto. A unidade prisional abriga apenas aqueles que já foram julgados pela justiça. No regime fechado são acolhidos aqueles que cometeram crimes de maior potencial ofensivo e por isso cumprem mais tempo de pena. Já no semiaberto ficam os detentos que cumpriram parte da pena e conseguiram o benefício do regime em que se encontram. As tipicidades penais mais presentes na penitenciária são homicídios qualificados, roubos qualificados, furto qualificado, porte ilegal de arma e homicídios simples.
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP	Inaugurado em outubro de 1985, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) foi construído com o objetivo de atender 35 internos portadores de deficiência infrator, ou seja, pessoas que cometeram delito, mas que possuem problemas psíquicos e por isso necessitam de atendimento especial. A unidade funciona como uma penitenciária de custódia hospitalar, com estrutura especial para atender os pacientes. Composto por duas alas, sendo duas masculinas e uma feminina, o HCTP funciona também com uma enfermaria completa com sala de internação, curativos e uma farmácia que fornece medicamentos. Dispõe ainda de dois psicólogos, quatro odontólogos, duas assistentes sociais, uma enfermeira, sete técnicos e quinze auxiliares de enfermagem preparados para dar assistência necessária aos custodiados.
Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza – PREMABAS	Fundado em 12 de junho de 1986, começou a funcionar em 1990 na administração do Governador Antonio Carlos Valadares. Localizado no Município de Tobias Barreto/SE. Construído numa área de 10.400m ² , a capacidade inicial da unidade prisional era de 96 internos em regime fechado.
Presídio Regional Senador Leite Neto – PRESLEN	O Presídio Regional Senador Leite Neto - PRESLEN foi inaugurado no ano de 1985, com capacidade inicial para 96 vagas. Está situado no município de Nossa Senhora da Glória, sertão sergipano, distante 120 km da capital. Inicialmente, o Preslen foi construído para funcionar como Casa de Detenção masculina e feminina visando absorver o grande número de presos procedentes da região onde está localizado, mantendo-os próximos de suas famílias. A posterior mudança para o regime fechado foi fruto da superlotação carcerária existente no Estado. A mudança de regime foi realizada na gestão do governador Albano Franco, aumentando as vagas de 96 para 108.

¹⁸ Quadro elaborado pela autora.

Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto – COPEMCAN	Fundado em 12 de dezembro de 2002, com objetivo de abrigar os detentos em fase de instrução de processo e execução da pena definitiva, mais conhecida, como regime provisório. A área do presídio é de 100.000m ² urbanizado, e 19.000m ² de área construída. No início o presídio era administrado por uma empresa terceirizada chamada “Reviver” e em janeiro de 2003 passou à responsabilidade da Secretaria da Justiça e da Cidadania, através dos agentes penitenciários. Quando o complexo foi inaugurado existiam dois pavilhões, chamados de alas A e B, com capacidade para 160 internos cada, totalizando 320. Em agosto de 2003, com a construção do 3º Pavilhão, o Copemcan foi ampliado para mais 160 vagas, aumentando sua capacidade para 480. Atualmente, existem cinco pavilhões.
---	--

2.1 - PERFIL SOCIAL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DE SERGIPE

Ocupam esses estabelecimentos prisionais, em sua maioria, homens e mulheres com idade entre 26 a 35 anos, com percentual girando em torno de 50% para eles e de 38,2% para elas:

TABELA 1 – IDADE DOS PRESOS POR UNIDADE PRISIONAL, SERGIPE, 2009

Grupos de idades em anos	PEAB		PRESLEN		PREMABAS		PREFEM ¹⁹		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
18 a 25	30	28,6	13	22,4	21	22,8	20	29,4	84	26,0
26 a 35	56	53,3	30	51,7	51	55,4	26	38,2	163	50,5
36 a 45	12	11,4	9	15,5	18	19,6	16	23,5	55	17,0
46 a 55	5	4,8	3	5,2	1	1,1	5	7,4	14	4,3
56 e +	2	1,9	3	5,2	1	1,1	1	1,5	7	2,2
Total	105	100,0	58	100,0	92	100,0	68	100,0	323	100,0

Fonte: Promotoria de Execução Criminal (MP-SE), 2009 e Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), 2010.

Quanto ao estado civil, a maioria dos presos e presas se declarou solteira, mas, no PEAB, o número de casados e solteiros quase empata e corresponde a metade da população carcerária e no PRESLEN prevalece o percentual de casados perfazendo um total de 62,1%:

¹⁹ Cumpre esclarecer que a sigla PREFEM designa PRESÍDIO FEMININO e os demais são presídios masculinos, PEAB – PRESÍDIO DE AREIA BRANCA, PREMABAS - Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza e PRESLEN - Presídio Senador Leite Neto.

TABELA 2 – ESTADO CIVIL DOS PRESOS, SERGIPE, 2009

Estado Civil	PEAB		PREMABAS		PRESLEN		PREFEM		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casado	47	44,8	34	37,0	36	62,1	22	32,4	139	43,0
Separado	8	7,6	8	8,7	7	12,1	4	5,9	27	8,4
Solteiro	50	47,6	50	54,4	15	25,9	32	47,1	147	45,5
Viúvo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	7,3	5	1,6
Divorciado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	7,3	5	1,6
Total	105	100,0	92	100,0	58	100,0	68	100,0	323	100,0

Fonte: Promotoria de Execução Criminal (MP-SE), 2009 e Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), 2010.

A maioria dos presos (70%) tem pelo menos um filho, e as presas que não tem nenhum filho correspondem apenas a 19% do total, sendo que mais de 81% tem pelo menos um filho, ou até mais de um, e 12% tem quatro filhos ou mais:

TABELA 3 – NÚMERO DE FILHOS DOS PRESOS, SERGIPE, 2009

Número de filhos	PEAB		PREMABAS		PRESLEN		PREFEM		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhum	29	27,7	26	28,3	12	21,1	13	19,1	80	24,8
1	30	28,7	27	29,4	13	22,8	14	20,6	84	26,1
2	24	22,9	18	19,6	14	24,6	15	22,1	71	22,1
3	12	11,3	8	8,7	6	10,5	14	20,6	40	12,4
4 ou Mais	10	9,4	13	14,1	12	21,1	12	17,7	47	14,6
Total	105	100,0	92	100,0	57	100,0	68	100,0	322	100,0

Fonte: Promotoria de Execução Criminal (MP-SE), 2009 e Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), 2010

No tocante à escolaridade, os números poderiam dar a entender, numa primeira leitura, que os portadores de nível superior não praticam delitos, o que não cabe aprofundarmos nesse momento, mas, é óbvio, não corresponde à realidade. O mais provável é que engrossem à fila do número de delitos que ficam impunes ou façam parte da “cifra negra”, termo empregado originariamente por um dos precursores da sociologia moderna, o belga Lambert Adolphe Jacques Quetelet (MAÍLLO, 2007, p. 68-69), o qual apresentava uma maneira bem peculiar de analisar os delitos, pois considerava que os delinquentes se limitavam a executar os fatos preparados pela sociedade. Desse modo, a criminalidade, detalhadamente, poderia ser representada por uma função matemática em decorrência dos estados econômicos e sociais do momento objeto do estudo (FALEIROS e FREITAS,

2011), com o que concordamos, parcialmente. Assim, para Juarez Cirino dos Santos, cifra negra representa:

A diferença entre aparência (conhecimento oficial) e a realidade (volume total) da criminalidade convencional, constituída por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados (por desinteresse da polícia, nos crimes sem vítima, ou por interesse da polícia, sobre pressão do poder econômico e político), além de limitações técnicas e materiais dos órgãos de controle social (SANTOS, 2006, p. 13).

Podemos apontar como uns dos principais beneficiários da mencionada cifra negra, os autores de delitos como lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, desvio de verbas públicas, colarinho branco, os quais não vitimizam uma pessoa específica, mas a sociedade como um todo, o que torna esses delitos muito mais maléficos. Note-se que prevalece como nível de escolaridade, entre homens e mulheres, o fundamental incompleto. Desse modo, podemos afirmar que Sergipe não foge à regra nacional e aqui também se repete o fenômeno: *pobre + baixa escolaridade = prisão*, sem querermos reduzir a questão a apenas esse ponto. Senão, vejamos o nível de escolaridade dos nossos presos:

TABELA 4 – ESCOLARIDADE DOS PRESOS, SERGIPE, 2009

Escolaridade	PEAB		PREMABAS		PRESLEN		PREFEM		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até a alfabetização	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5	1	0,3
Fund. 1 incomp.	39	37,1	39	42,4	18	31,0	19	27,9	115	35,6
Fund. 1 comp.	20	19,1	7	7,6	4	6,9	9	13,2	40	12,4
Fund. 2 comp.	4	3,8	2	2,2	4	6,9	8	11,8	18	5,6
Fund. 2 incomp.	26	24,8	20	21,7	17	29,3	16	23,5	79	24,5
Médio comp.	4	3,8	4	4,4	4	6,9	4	5,9	16	5,0
Médio incomp.	9	8,6	5	5,4	2	3,5	4	5,9	20	6,2
Nenhuma	2	1,9	14	15,2	9	15,5	5	7,4	30	9,3
Sup. incomp.	1	1,0	1	1,1	0	0,0	1	1,5	3	0,9
Não respondeu	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5	1	0,3
Total	105	100,0	92	100,0	58	100,0	68	100,0	323	100,0

Fonte: Promotoria de Execução Criminal (MP-SE), 2009 e Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), 2010.

Uma vez traçado o perfil social da população carcerária sergipana como um todo, voltemos ao objeto empírico da presente pesquisa, ou seja, o presídio feminino. Assim, cumpre destacar que o encarceramento feminino apresenta condições peculiares que o diferencia do encarceramento masculino. A partir de algumas visitas já realizadas *in loco*, entrevistas e da leitura de pesquisadores do tema, podemos destacar algumas dessas vicissitudes em relação à mulher encarcerada: 1) *menstrua* – o que muitas vezes constitui um problema, diante da escassez dos mais diversos recursos materiais disponíveis, tais como, no caso em análise, de absorventes íntimos; 2) *engravidada* – nessa situação específica, o encarceramento torna-se ainda mais penoso para a mulher, que ao se encontrar numa situação tão delicada, necessitaria de cuidados especiais inexistentes nos presídios, no mês de abril havia três mulheres grávidas presas. Vale salientar que o Código de Processo Penal assegura à mulher cuja gravidez seja de risco, ou a partir do sétimo mês de gestação, a possibilidade de cumprir a pena em prisão domiciliar; 3) *pratica majoritariamente uma modalidade delitiva específica* – analisando as estatísticas em âmbito nacional e, particularmente em Sergipe, mais de 80% das detentas cumprem pena pela prática do crime de tráfico de entorpecentes; 4) *muitas vezes é mais estigmatizada*²⁰ *pela prática de delitos do que os homens na mesma situação* – de acordo com algumas pesquisas analisadas, podemos afirmar que a mulher que pratica delitos parece perder aquilo que em tese dela se espera, tais como a ternura, a feminilidade, e, o estigma que recai sobre as detentas é, inclusive, um dos fatores que levam ao abandono por parte de seus familiares; 5) *adota práticas homossexuais no presídio* – várias pesquisas apontam para o elevado índice de práticas homossexuais entre as detentas, o que não é tão comum entre os detentos.

Para alguns pesquisadores do assunto,

O confinamento reproduz de forma ampliada as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres. O comportamento, a submissão às regras institucionais e à disciplina são muito rígidas nos presídios femininos. As mulheres encarceradas ainda sofrem acentuadamente com o abandono familiar e dos cônjuges, ampliando a carência afetiva e obrigando as mulheres a arranjos sexuais e relações de poder, que vão marcar suas subjetividades de forma profunda. A prisão também marca os corpos das mulheres por meio da despersonalização e da masculinização. Embora as mulheres busquem afirmar suas identidades por meio das estratégias cosméticas

²⁰ Vale repetir que para Goffman estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 07)

de beleza, muitas unidades prisionais proíbem o uso de produtos de beleza e de bijuterias. (SOUZA, TEIXEIRA e VENTUROZA).

Um ponto digno de destaque nesse cotejo entre o encarceramento masculino e o feminino é o fato de que as mulheres encarceradas, em sua grande maioria, são abandonadas por seus familiares e, principalmente, por seus companheiros. Nas entrevistas já realizadas, ao indagar às presas o que elas consideravam pior na prisão, a resposta dada, de maneira comovente, foi: *o abandono*. As estatísticas demonstram essa condição. As visitas às detentas no presídio feminino são escassas, raríssimas. Os companheiros simplesmente não visitam suas mulheres no presídio, “esquecem” – isso não só em nível local, nacional.

Tal fato não se configura quando o encarcerado é o homem, pois as mulheres, em regra, não deixam de visitar seus companheiros. Uma vez presos, os homens têm a presença feminina, seja por parte da esposa, mãe, irmã ou qualquer outra figura que represente carinho, ternura. Semanal e pontualmente, elas cumprem o horário de visita no presídio, onde se posicionam de acordo com o lugar que ocupam na sociedade patriarcal, como mulheres a serviço dos homens. Esse abandono tem mais um agravante, uma vez que, geralmente, são os familiares que acompanham a execução da pena e denunciam abusos, maus-tratos, tempo de cumprimento da pena, acompanham o processo e tentam, na medida do possível, fazer com que os direitos da presa sejam assegurados.

Foi no PREFEM que o direito à visita teve menor número de citações como ponto positivo, podendo ser inferido que após a inserção no cárcere, as mulheres sofrem um maior abandono que os homens. Um dos fatores que podem explicar tal ocorrência é o sentimento de vergonha dos familiares por terem uma irmã, mãe ou filha presa (TINEDO apud ESPINOZA, 2004).

O estigma da mulher encarcerada não parte apenas do mundo exterior, mas também do interior dela, que não aceita a prisão e, como maneira de proteger seus parentes, busca afastá-los. (MARQUES, 2012).

No dia de visita nos presídios masculinos, há uma verdadeira romaria feita principalmente por mulheres, que vão levar alimentos, afeto, consolo, muitas vezes após horas de ônibus e uma longa caminhada carregando sacolas pesadas e cheias de mantimentos. Não podemos esquecer que os presídios, geralmente, são instalados em locais isolados, pelos quais não passa transporte, o que obriga quem quer visitar um presidiário a percorrer um longo caminho a pé. Em Sergipe, no Complexo Penitenciário Manuel Carvalho Neto, localizado em São Cristóvão, o ônibus para na BR-101 e lá se vão várias, inúmeras mulheres, carregando sacolas, filhos pequenos no colo, outros na barriga, num ritual que se

repete semanalmente: a visita a seus companheiros presos. Elas se submetem a revistas humilhantes, vexatórias, de vistoria até mesmo da genitália, para averiguar se não estão tentando levar drogas, celulares, enfim. Isso sem falar nas tais visitas íntimas, outra situação muito complicada, principalmente para as mulheres. Esse quadro não se repete no presídio feminino, onde as visitas são raras e feitas, na maioria das vezes, pelos filhos das presidiárias e em percentual mínimo por seus companheiros. Isso, inclusive, de acordo com os dados obtidos a partir da pesquisa, tem contribuído para o homossexualismo entre as detentas. Podemos apontar como um dos motivos desse abandono um fato que também afeta de maneira mais direta a mulher encarcerada do que o homem – elas são mais estigmatizadas, não só no contexto social, como também no âmbito privado por seus familiares e companheiros. Entrevistamos uma detenta que nos relatou que passou cinco anos visitando seu ex-marido todas as semanas. Entretanto, quase ao final desse período, ela também foi presa por tráfico e coincidiu com a soltura do seu ex-marido. Ele nunca foi visitá-la. Aliás, foi somente uma vez, apenas para dizer que não iria se humilhar indo visitar uma mulher presa:

Você se sente abandonada? (choro) Me sinto. Aqui dentro eu me separei do meu marido, ele foi preso primeiro que eu, durante cinco anos eu visitei ele e quando eu fui presa ele não aceitou, não me ajudou nem a escolher o nome do nosso filho que estava na minha barriga quando eu fui presa e que foi feito em visita a ele no presídio. Quando ele foi solto, foi uma festa aqui no presídio, todas disseram que ele vinha me ver... mas ele só apareceu aqui depois de um mês, todo bronzeado e disse que não ia se humilhar na frente de um presídio. Eu fiquei triste. Muito triste. (Detenta 2. Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

Percebe-se uma nítida diferença quanto ao gênero no tocante à aceitação, compreensão e visitação dos cônjuges presos, pois, na maioria dos casos, o homem não visita a mulher presa, o que não acontece quando a situação é inversa. A ausência de visita foi apontada por algumas detentas como motivo de discriminação em relação àquelas que recebem visitas: “Sofro muito aqui dentro, por ser humilhada por todas que dizem: quem é você? Você não tem ninguém aqui. Não tem visita de ninguém” (Detenta 5 - Fonte: entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

Acreditamos que isso caracteriza um estigma que recai de maneira diferenciada sobre a mulher presa. Para Goffman (1980, p. 7), estigma representa “um atributo profundamente depreciativo [...], situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”. Entre os antigos gregos, o termo “estigma” designava “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou de mau acerca do estatuto moral de

quem os apresentava”; tratava-se de marcas corporais, feitas com cortes ou com fogo, que identificavam de imediato um escravo ou um criminoso, por exemplo. Atualmente, poderíamos comparar essa marca vexatória à ficha de antecedentes criminais? Essa comprovação de idoneidade é requerida em várias ocasiões da vida de uma pessoa, seja para prestar concurso público, seja para obter um emprego privado, enfim, há uma marca indelével – *criminoso (a)* – que o (a) acompanha ao longo da sua existência e que, muitas vezes, constitui um óbice para inserção no mercado de trabalho, dificuldade de relacionamento com as demais pessoas “normais”, ou seja, não estigmatizadas. A mulher presa sente na pele as marcas desse estigma e, muitas vezes, elas próprias se isolam, por vergonha, remorso, enfim, o fato é que está estatisticamente comprovado que elas são bem menos visitadas do que os homens presos. Vejamos o que disseram outras detentas entrevistadas:

Entrevistadora - Você recebe visitas?

Detenta 1 - Só uma tia que mora aqui no Estado porque sou da Bahia. Ela vem uma vez por mês.

Entrevistadora - Você se sente abandonada?

Detenta 1 - Sim, me sinto abandonada.

(Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

Vale salientar que a Detenta 1 afirmou ser casada e tem três filhos menores de idade, mas nunca recebeu visita do marido ao longo dos cinco meses de prisão.

As mesmas perguntas foram feitas às demais detentas, ao que responderam:

Entrevista com a Detenta 3:

Entrevistadora - Você recebe visitas?

Detenta 3 - Nunca. Estou super abandonada.

Entrevistadora - Você se sente abandonada?

Detenta 3 - Bastante. É horrível ficar aqui sem uma notícia dos meus familiares lá fora, meus filhos. Eu sinto muito, fico muito triste. Não tenho ninguém nem pra me dar notícia sobre minha situação na justiça. Aqui falta até papel higiênico e quem tem parente *eles traz*, mas nós que não tem *ficamos* numa situação triste.

(Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

A Detenta 3 está presa há três meses e, apesar de ter afirmado ter três filhos maiores de idade, estes nunca foram visitá-la. Ela nunca recebeu visita de ninguém e se sente abandonada. Um dos fatores que podemos apontar é o fato de que ela é de Minas Gerais e seus filhos moram lá. Ela foi presa aqui quando tentava traficar cocaína.

Entrevista com a Detenta 4:

Entrevistadora - Você recebe visitas?

Detenta 4 - Não. Nunca.

Entrevistadora - Você se sente abandonada?

Detenta 4 - Às vezes fico me perguntando será que meus *filho* não sente amor por mim.

(Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

A Detenta 4 declarou ter quatorze filhos, e disse que o último filho que teve ela foi andando para a maternidade, no caminho fez uso de 'crack' para não sentir as contrações. Afirmou ser portadora do vírus HIV e disse que essa é a décima vez que está presa.

Entrevista com a Detenta 5:

Entrevistadora - Você recebe visitas?

Detenta 5 - Não. Ninguém me visita. Sou casada sabe, mas meu marido mora em São Paulo.

Entrevistadora - Você se sente abandonada?

Detenta 5 - No começo sim, depois que eu comecei a trabalhar na costura melhorei. Mas os piores dias são sábado e domingo *por causa que* não tem a costura. O tempo não corre sabe, é horrível.

(Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

Note que a Detenta 5 atribuiu ao trabalho, nas atividades de costura, um meio que a ajuda a superar o sentimento de abandono. É casada e tem dois filhos, mas nunca recebeu visita de ninguém.

Entrevista com a Detenta 6:

Entrevistadora - Você recebe visitas?

Detenta 6 - Só da minha mãe e da minha filha mais velha. A mais nova se revoltou e também foi presa por causa da droga.

Entrevistadora - Você se sente abandonada?

Detenta 6 - Não, porque tenho um Deus muito grande.

(Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

Essa Detenta 6 atribuiu à religião a razão pela qual não se sente abandonada. É casada e tem duas filhas.

Entrevista com a Detenta 7:

Entrevistadora - Você recebe visitas?

Detenta 7 - Só da minha mãe, mas tem um mês que ela não vem aqui. Ela mora em Feira de Santana, fica caro, sabe, ela *vim* aqui.

Entrevistadora - Você se sente abandonada?

Detenta 7 - Sinto abandono. Saudade de casa. Aqui a gente perde o contato todo. Não fala com ninguém de fora. Só mesmo *os* pessoal da igreja.

(Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012).

Essa Detenta 7 também afirmou que recebe pouca visita, somente a da mãe, a qual, porém, não a visita há um mês. E disse que as pessoas da Igreja são as únicas com as quais ela mantém contato.

Uma das entrevistadas chegou a afirmar que a Direção do Presídio dificulta as visitas: “A direção dificulta um pouco as visitas, se a gente não lembrar do nome todo, não recebe visita, tem que ter o sobrenome completo. Um amigo a gente só pode ver durante cinco minutos. A vista aqui é meio embaçada”. E, quando perguntamos se ela se sentia abandonada, ela respondeu: “muito (choro), demais, eu não tenho visita, nenhuma mesmo uma mensagem de ninguém. (Detenta 4. Fonte: Entrevista realizada pela autora em 19 de abril de 2012)

Ao analisar essas entrevistas, podemos concluir que o abandono é uma hipótese que se confirma, realmente as visitas são escassas, mesmo entre aquelas que se declaram casadas. Em regra, elas não recebem visita do marido e, às vezes, nem mesmo dos próprios filhos (ver Tabela 03, apresentada acima, onde é constatado que mais de 80% das presas possuem mais de um filho), talvez porque a maioria delas tem filhos menores de idade.

Também é fato que esse abandono, ou seja, a ausência da família, é muito prejudicial na recuperação e ressocialização de quem se encontra preso. Em pesquisa realizada pelo PROBIC/UNIT, no Complexo Penitenciário Antônio Jacinto Filho em Aracaju, constatou-se que os presos apresentam mudanças de comportamento quando não são visitados:

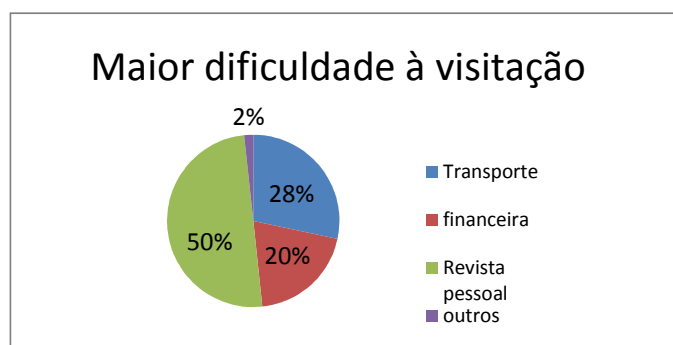
FIGURA 06



Fonte: Relatório final da pesquisa “Um novo olhar sobre os detentos de Sergipe através um enfoque familiar” - PROBIC/UNIT/2010.

Percebe-se que oitenta e quatro por cento dos detentos apresentam mudanças de comportamento quando não recebe visitas. Nessa pesquisa, os principais motivos apontados que dificultam à visitação foram: dificuldade de transporte e financeira, sendo que a revista íntima foi o motivo que predominou como principal obstáculo à visita, correspondendo a 50% desses motivos, o que se coaduna com o que dissemos antes acerca dessa situação:

FIGURA 07



Fonte: Relatório final da pesquisa “Um novo olhar sobre os detentos de Sergipe através um enfoque familiar” - PROBIC/UNIT/2010.

A situação é ainda mais grave quando se trata da “visita íntima”. Nesse ponto, o sexismo é ainda mais latente. Nos presídios masculinos, as vistas íntimas são frequentes, seja porque as mulheres apresentam uma tendência a querer preservar a família e o comparecimento ao presídio também para o sexo é uma maneira de tentar preservar esse vínculo, o que não ocorre quando se dá o inverso. Vários fatores podem ser apontados. Na maioria das vezes em que uma mulher está presa, o seu companheiro, marido, também está, porque geralmente praticaram o crime juntos. Alguns homens se recusam a visitar as mulheres presas, por vergonha, orgulho, preconceito, acrescente-se a isso o fato de que alguns homens veem a mulher não apenas como parceira sexual, mas também como cuidadora dos filhos e do lar, o que é impossível à mulher presa. Muitas pessoas veem a visita íntima como supérflua para as mulheres,

Uma das presas entrevistadas demonstrou indignação com essa diversidade de tratamento e afirmou que, no presídio feminino, para conseguir autorização para a visita íntima é preciso demonstrar um vínculo conjugal, o que é despiendo no presídio masculino. Há relatos até de que há muita prostituição nos presídios masculinos. Vejam este depoimento: “Aqui, para fazer a visita íntima só na carteirinha; lá no masculino, eles têm

acesso à irmãzinha, à priminha dos outros presos”. (Detenta 10. Fonte: Entrevista realizada pela autora em 23 de maio de 2013).

Ademais, ressalte-se a precária intimidade da visita íntima. No presídio feminino, como já havíamos mencionado, a sala da visita íntima é em frente à sala da Assistência Social, que é muito movimentada, com várias pessoas circulando no corredor. As visitas íntimas só podem ocorrer quinzenalmente e é disponibilizada uma hora para que isso ocorra, o que foi motivo de queixa por parte de algumas entrevistadas: “Meu companheiro vem na ‘íntima’, é só duas vez por mês e uma horinha de relógio, não dá pra nada”. (Detenta 9. Fonte: Entrevista realizada pela autora em 23 de maio de 2013).

Acrescente-se que há um elevado número de mulheres sem companheiros e, como vimos, mesmo a maioria que se declara casada não recebe visitas do seu marido. Vale salientar, algumas detentas relataram que, muitas vezes, o direito à visita é suprimido por parte da instituição como forma de punição por alguma infração às regras da casa, como por exemplo, se elas beijarem alguém na boca, ficarão sem visita e ainda vão para a tranca, que é um local onde elas ficam isoladas, sem direito a banho de sol, sem banheiro, o que denota que há uma negociação por parte das instituições e somente aquelas que obedecem as regras impostas tem algumas “regalias”.

Se nós for pega beijando, tocando umas as outras ou alguém que vem visitar nós, eles mandam a gente pra tranca e fica lá por uns quinze dias. (Detenta 7. Fonte: Entrevista realizada pela autora em 23 de maio de 2013)

Eu não entendo, a gente que mulher estamos sendo penalizadas, é quem mais sofre. Aqui para saí um alvará é um sacrificio. Lá no masculino todo dia um é solto. (Detenta 10. Fonte: Entrevista realizada pela autora em 23 de maio de 2013)

Mas é importante salientar que não é somente a mulher presa a figura discriminada, até mesmo seus filhos e familiares, assim como as esposas de detentos também sofrem com o estigma, o que se coaduna com o pensamento de Goffman, que enxerga o estigma através de uma dupla perspectiva, a do estigmatizado e daqueles que convivem com ele:

[...] o indivíduo que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social – uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim, a mulher fiel do paciente mental, a filha do ex-presidiário, o pai do aleijado [...] todos estão obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam (GOFFMAN, 1980, p. 39).

Trata-se do “*estigma de cortesia*”, com o qual são “agraciados” os familiares do preso, que, além de se verem privados daquele que muitas vezes lhes garantia o sustento, além de perderem o direito ao convívio, o que acarreta na desestruturação familiar, sofrem também com o preconceito de serem filhos ou mulheres de ‘bandido’, numa demonstração inequívoca de que a prisão não pune apenas o condenado, a punição transcende a toda a família. Pesquisas apontam que até mesmo o rendimento escolar desses filhos de detentos (as) é afetado:

A escalada da violência que envolve o sistema penitenciário e seus familiares repercute principalmente no âmbito educacional, de modo particular nos filhos de detentos, que não conseguem obter sucesso na escola porque estão imbuídos de preconceito. O estigma da família do detento prejudica o rendimento escolar do filho na medida em que o expõe a uma situação de inferioridade nas relações estabelecidas e essa inferioridade é demonstrada nos comportamentos, muitas vezes, inseguros adotados pelos alunos dentro da sala de aula [...].

[...]

É na escola, a quem pertence *a priori*, a responsabilidade para a construção de uma sociedade que propõe a inclusão dos chamados diferentes, ainda se reproduz a discriminação por meio dos discursos excludentes dos seus profissionais que usam para denominar suas relações em sala de aula com os filhos de presos, expressões que corelacionam o comportamento dos alunos ao tradicional provérbio popular “filho de peixe, peixinho é”, transferindo a condição do pai ao filho de forma vergonhosa e pejorativa, expondo os alunos a uma situação de não aceitação social em função do estigma. (SANTOS e SOARES, 2009, p. 23, 24, 28).

Isso contribui significativamente para a transformação desses indivíduos em pessoas inseguras, isoladas, o que poderá afetar a formação da sua identidade:

O que pode ser dito sobre a identidade social de um indivíduo em sua rotina diária e por todas as pessoas que ele encontra nela será de grande importância para ele. As consequências de uma apresentação compulsória em público serão pequenas em contatos particulares, mas em cada contato haverá algumas consequências que, tomadas em conjunto, podem ser imensas. Além disso, a informação cotidiana disponível sobre ele é a base da qual ele deve partir ao decidir qual o plano de ação a empreender quanto ao estigma que possui (GOFFMAN, 1980, p. 58).

Outro ponto digno de destaque e demonstrado através de estatísticas é que o índice de delinquência feminina é imensamente inferior ao masculino. Historicamente, esse fato era associado por alguns estudiosos a fatores biológicos, tendo a teoria lombrosiana chegado a afirmar que a mulher apresentaria menor tendência ao crime porque evoluíra menos que os homens, sendo organicamente mais passiva e conservadora devido, basicamente, à imobilidade do óvulo comparada à mobilidade do espermatozóide. Assim, a baixa inserção da mulher na criminalidade estaria explicada exclusivamente pela personalidade feminina, vista como menos inteligente, sem criatividade, passiva, submissa, dócil, com instinto maternal (SOHIET, 1989).

Estudos apontam que, historicamente, as condutas femininas estavam vinculadas diretamente à sexualidade e ao mundo privado²¹ e prevaleciam como modalidade delitiva os adultérios, incestos, envenenamento, infanticídio. Atualmente, as mulheres transcenderam à esfera privada, inclusive nesse tocante e não se limitam mais a esses delitos por diversas razões. Para Olga Espinoza (2004, p. 45),

[...] houve mudanças na conduta delitiva das mulheres. Os crimes cometidos por elas não mais se encaixam nos denominados ‘delitos femininos’ – infanticídio, aborto, homicídio passional – pois se deu um incremento nos índices de condenação por crimes de tráfico de entorpecentes, roubos, sequestros, homicídios, entre outros [...]. Portanto, a conduta delitiva que tem mulheres como sujeito ativo adquiriu uma conotação desvinculada da categoria de gênero para se alinhar no que pode se chamar de ‘criminalidade de pobreza.

Ao traçar o perfil da mulher presidiária no Brasil, as pesquisadoras Alice Biachini e Marcela Giorgi Barroso constataram que se trata do perfil da

[...] mulher com filho, sem estudo formal ou com pouco estudo na escola elementar, pertencente à camada financeiramente hipossuficiente e que, na época do crime, encontrava-se desempregada ou subempregada. Em geral, as mulheres criminosas são negras ou pardas (20.756 delas, enquanto apenas 9.318 são brancas – MACEDO, 2010 -, num universo em que a população negra ou parda é de 91 e a branca de 92 milhões de pessoas, no Brasil – SEADE, 2011:1). (BIACHINI e BARROSO)²².

No que tange ao perfil da mulher sergipana encarcerada, podemos observar que cerca de 71% exercem atividade laboral internamente à unidade prisional. O trabalho dentro da instituição prisional apresenta vários aspectos importantes, dentre os quais podemos destacar o fato de que ajuda a superar o ócio, isto é, para quem trabalha, fica menos difícil suportar o tempo na prisão. Acrescente-se, ainda, a possibilidade das detentas aprenderem algum ofício que lhes possibilite a sobrevivência extramuros, sem o envolvimento em delitos. Além disso, a cada três dias de trabalho, é perdoado um dia da pena, que é o instituto da *remição da pena*, muito almejado por várias detentas. Contudo, pelo que podemos perceber, a possibilidade de trabalhar dentro do presídio não é concedida a todas que assim o desejam, mas existe uma certa arbitrariedade por parte da instituição nessa seleção, apenas as escolhidas tem esse direito. Vejamos o que afirmou a Detenta 8, em entrevista: “Trabalho

²¹ Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAIPJAK/mulher-criminalidade>, acesso em 13 set 2012.

²² Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/54/docs/artigo_-_mulheres,_tráfico_de_drogas_e_sua_maior_vulnerabilidade.pdf, acesso em 15 jul 2013.

muito, de cinco horas da manhã até seis horas da noite, porque quero a remição. Por isso, vou pagar a cadeia antes do tempo da pena que peguei, saio daqui em setembro”.

Quanto à faixa etária, 25,68% das mulheres presas no Estado possuem entre 18 e 24 anos; 18,57% possuem entre 25 e 29 anos; 20,21% possuem entre 30 e 34 anos; 1,63% possuem entre 35 e 45 anos; 9,83% possuem entre 45 e 60 anos; 1,09% possuem mais de 60 anos. Em relação à cor da pele/raça, 73,77% das mulheres presas em Sergipe foram consideradas pardas; 14,2% brancas; 13,11% negras; 0% indígenas; 0% amarelas. Assim, percebe-se que mais da metade da população carcerária feminina tem menos de 30 de idade, sendo que 25,68% têm entre 18 e 24 anos. E que mais de 60% se declararam pardas, contra apenas 14,2% de brancas, o que aponta para uma questão racial fortemente ligada à delinquência. Por outro lado, 85% da população carcerária feminina de Sergipe provêm de área urbana²³.

No tocante ao grau de instrução, daremos um maior destaque, por se tratar de um dado muito relevante em relação à criminalidade²⁴:

TABELA 5 – GRAU DE INSTRUÇÃO DAS DETENTAS

GRAU DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Analfabeto	31	16,93%
Alfabetizado	9	4,91%
Ensino Fundamental Incompleto	102	55,73%
Ensino Fundamental Completo	9	4,91%
Ensino Médio Incompleto	9	4,91%
Ensino Médio Completo	14	7,65%
Ensino Superior Incompleto	1	0,54%
Ensino Superior Completo	0	0%
Ensino acima de Superior Completo	0	0%

Analisando esses dados, vale destacar que quase 20% das detentas são analfabetas e mais da metade não completou sequer o ensino fundamental. Acrescente-se, ainda, que não há detentas com nível superior completo.

A escolaridade é, como se sabe, um dos componentes fundamentais da cidadania. Por um lado, a escola é vista como a agência de socialização por excelência, muitas vezes até detentora de um papel superior ao desempenhado pela família na formação de novos cidadãos. Depositam-se na escola não poucas expectativas: o aprendizado de conhecimentos, o respeito à ordem constituída e às suas hierarquias, a valorização de símbolos nacionais e morais, a internalização de hábitos metódicos e sistemáticos. Por outro lado, espera-se que a escola habilite seus educandos a competir e a desfrutar das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. Por essa via, a escola é valorizada como veículo de

²³ Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAIPiAK/mulher-criminalidade>. Acessado em 13 set 2012.

²⁴ Idem

mobilidade e de ascensão social. Não é incomum suspeitar-se de que um conjunto de circunstâncias sociais impede a alguns cidadãos o acesso à escola e ao ensino, mesmo fundamental, do que resultam fortes pressões para delinquir. Daí por que a baixa escolarização dos criminosos (ADORNO, 1996).

Dessa análise etnográfica, outro dado é digno de destaque: quase 80% da população carcerária feminina sergipana praticaram um delito específico, *o tráfico de entorpecentes*:

FIGURA 08

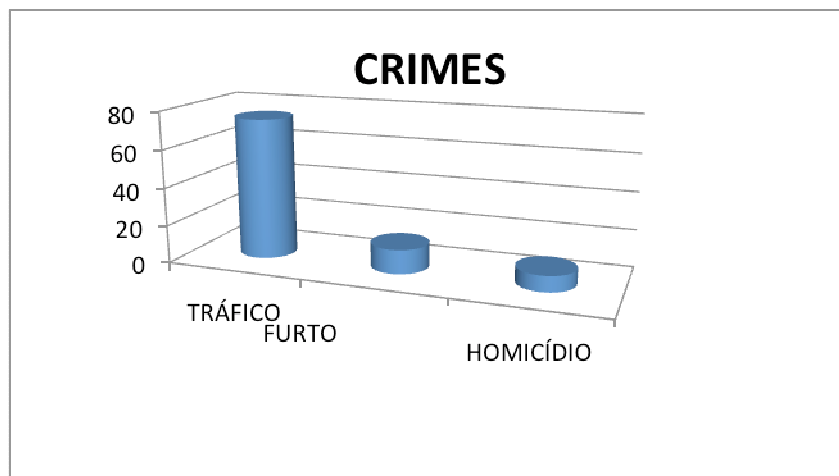


Gráfico da autora, a partir de dados colhidos no presídio.

Nessa tabela, fornecida pelo Departamento do Sistema Penitenciário de Sergipe – DESIPE, constatamos que a população carcerária feminina é composta, em sua grande maioria, por mulheres acusadas ou condenadas pelo crime de tráfico de entorpecentes, correspondendo a quase 80% do total. É um número significativo. Vejamos trecho da entrevista realizada com uma das detentas acusadas por esse delito:

Eu admito tive mesmo envolvimento com o tráfico, mas foi por necessidade. Saí da cadeia sem ter ninguém para me ajudar, ninguém queria me empregar nem me dar nenhuma ajuda. Minha família também não podia me ajudar porque é muito pobrezinha. Eu não tinha dinheiro nem para comprar ingredientes para fazer alguma coisa para vender, já que sou cozinheira, por isso comecei a vender maconha (D.M., 48 anos).

Em nível nacional, é alarmante como essa modalidade delitativa específica tem contribuído para um aumento significativo da delinquência feminina, tendo havido um acréscimo vertiginoso da população carcerária feminina (que nos últimos oito anos passou de **5.601** em 2001 para **20.262** 2008), correspondendo a um aumento de 260%, mormente em decorrência do tráfico de drogas, e representando 60% dos crimes praticados no Brasil por mulheres, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional:

FIGURA 09

Tipo de Delito Brasil



Fonte: Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias.

Analisando as últimas estatísticas, constata-se que, nas últimas três décadas, o tráfico de drogas superlota prisões e representa a porta de entrada do mundo do crime para muitas mulheres. No presídio feminino sergipano não tem sido diferente. A droga vem afetando a vida de muitos brasileiros e, saliente-se, brasileiras que têm se envolvido em delitos nessa modalidade específicas. As estatísticas comprovam essa realidade. Isso afeta não só a esfera pública, mas também a o âmbito privado, pois muitas crianças e adolescentes estão sendo privados do convívio materno por conta dessa situação, vez que a grande maioria das detentas tem filhos, os quais ficam em abrigos ou na companhia de terceiros enquanto sua genitora cumpre pena.

Algumas das hipóteses apontadas pelos autores Steffensmeier & J. Schwartz (2004), dentro do contexto da sociedade americana, corroboram a realidade sergipana no tocante à grande incidência do crime de tráfico entre as mulheres. Vejamos: 1) o aumento das prisões de criminosos masculinos reduziria o estoque de homens disponíveis para atividades criminosas. Como as oportunidades criminosas para as mulheres dependem, em parte, de sua utilidade para mercados criminais dominado por homens, esse déficit na oferta de “homens delinquentes livres”, aliado às demandas do tráfico de drogas, pode ter aumentado a aceitação de mulheres em alguns grupos criminosos; 2) a droga também tem sido um

mecanismo de inserção das mulheres no submundo e nas subculturas criminosas, depois de viciadas muitas vezes elas prestam serviços as traficantes para sustentar seu consumo, aderindo a uma variedade de práticas delituosas. (RATTON, 2011, p. 24); 3) ousadamente, acrescentamos, ainda, uma outra hipótese voltada mais diretamente para a realidade brasileira e, particularmente, sergipana: muitas mulheres são presas ao tentar levar droga para seu companheiro que está preso. Essa, inclusive, é uma justificativa utilizada pelo Estado para empreender vistorias humilhantes, vexatórias nas mulheres que visitam os presidiários. 4) um outro fator também digno de nota é o fato de que, hodiernamente, muitas mulheres se vêem no papel de mantenedoras do lar, e por conta do desemprego, às vezes, são empurradas para o mundo do crime e é claro que esses e outros fatores sociais obviamente não podem ser desvinculados desse aumento da delinquência feminina principalmente devido ao tráfico de drogas.

Assim, podemos entender melhor porque o tráfico de entorpecentes ocupa o topo dos crimes perpetrados por mulheres, correspondendo, como visto, a quase 80% dos crimes, em tese praticados pelas detentas do presídio feminino em Sergipe. Para Santos (1999), a criminalidade como fonte de renda reproduz a estreita relação entre miséria e violência, que fomenta a emergência do crime organizado como empregador. Embora seja controvertida a relação entre pobreza e prisão, Minayo e Souza (1999) confirmam a asserção de que preso, no Brasil, é pobre. Desse modo, podemos concluir que, nos dias atuais, já não é mais possível afirmar que as mulheres só vitimizam no âmbito privado, tendo elas transcendido também para o espaço público.

Não é possível hoje sustentar a imagem da criminosa do início do século XX, a qual, regra geral, só vitimizava no espaço privado e preferencialmente marido e filhos, que só se envolvia com crimes contra a propriedade para saciar as necessidades de sua família e quiçá suas frivolidades consumistas. As mulheres também matam fora dos padrões passionais e infanticidas, envolvem-se em latrocínios, sequestros, tráfico de drogas, integram organizações criminosas etc. e essas condutas não são motivadas necessariamente por uma *ética do cuidado*. (RATTON & PAVÃO, 2009, p. 07; PORTELLA *et al*, 2011, p. 10).

Desse modo, podemos concluir que as consequências do cárcere são ainda mais graves para as mulheres do que para os homens por diversas razões, dentre as quais podemos lembrar: elas sofrem uma maior estigmatização da sociedade, são abandonadas por dos seus companheiros, deixam filhos pequenos abandonados, enfrentam maior dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho após o cumprimento da pena, etc.

E a igualdade de todos perante a Lei? Onde é que fica? Fica no papel, ou seja, é uma igualdade meramente formal, muito distante da igualdade material. Quando se trata de assegurar as mesmas oportunidades de emprego, de escolaridade, equiparação salarial, as mulheres continuam sendo preteridas. Apesar dos inegáveis avanços, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com filhos pequenos, tanto que é reduzido o número de mulheres que exercem alguma profissão quando têm filhos menores de dois anos de idade. De igual modo, em regra, é incumbência das mulheres o cuidado com os idosos. Tais atribuições independem do aspecto financeiro, vez que, mesmo aquelas mulheres que gozam de uma condição econômica que lhes permita contratar cuidadores, a obrigação de estar presente lhes é culturalmente e emocionalmente inculcada, pois desde a infância o ‘torna-se mulher’ envolve ser mãe, cuidar dos seus filhos, do marido, do lar, e de seus genitores.

Esses aspectos repercutem sobremaneira em seu ambiente de trabalho. É o privado refletindo no público. Acrescente-se ainda que, há uma concentração de mulheres em ocupações femininas tradicionais (professoras de ensino fundamental, enfermeiras, secretárias), sem olvidar aquelas atividades tidas como precárias (empregada doméstica, faxineira) e o trabalho doméstico, tido como invisível. Logo, mesmo quando as mulheres conseguem transcender a esfera privada e buscam espaços de poder no tradicional “mundo masculino” o fazem como extensão da função maternal/doméstica reforçando a clássica dicotomia que atrela as mulheres à esfera privada (reprodução), de afazeres domésticos e cuidados dos outros, e os homens à esfera pública (produção), da economia, da política, das decisões. Vale lembrar que, ao falar da dominação masculina, Bourdieu afirma que não podemos esquecer que mesmo os dominantes, no caso em análise, os homens, são vítimas da dominação, muitas vezes de modo inconsciente, citando o exemplo da guerra.

Essa dicotomia masculino/feminino, público/privado, “induz a crer que o passado amarra o presente; prevê, no entanto (desencadeia) nossos esforços presentes e futuros de construção de um passado pelo qual precisamos e queremos ser amarrados” (BAUMAN, 2000; p. 136), ou, como salienta Giddens, “vivemos em uma sociedade pós-tradicional, mas não por viver em uma sociedade que superou ou escassa de tradições; mas, em uma sociedade referência de um excedente de tradições, com um excesso de leituras do passado competindo pela aceitação” (GIDDENS, 1999, p. 34). O contrato sexual é uma dessas “tradições”. Aquela “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 1992, p. 7), ou seja, a dominação simbólica.

Apesar desse quadro, é inegável que as mulheres adentraram em alguns territórios outrora ocupados apenas por homens. Segundo pesquisa realizada pela autora Cristina Bruschini, houve um aumento significativo no nível de escolaridade das mulheres, uma maior participação em profissões de prestígio, tais como médica, juíza etc. Mas não foi apenas no território lícito que a mulher adentrou, houve também um aumento na criminalidade feminina, conforme demonstramos ao longo dessa pesquisa. Ou seja, as mulheres romperam também os muros da prisão. E, mesmo nesse território, sofrem uma maior discriminação, uma maior estigmatização. E onde fica a igualdade material, e o tão sonhado acesso à Justiça? “A justiça não paira acima das instituições sociais concretas. Os bens sociais que são matéria de justiça distributiva (dinheiro, honras, cargos etc.) possuem significados sociais que determinam seus princípios de distribuição.” (WALZER, 1993, p. 46). Isto é, “*A Justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento*” (RAWLS, 2000, p. 33). Logo, a igualdade seria uma premissa para uma busca da verdadeira justiça, e, enquanto homens e mulheres forem tratados desigualmente não haverá justiça. Enquanto as mulheres, ao serem espancadas, assistirem impotentes o agressor ser solto e só obtiverem “*acesso à Justiça através dos muros dos presídios*”, não haverá Justiça.

A prisão, tanto pela privação da liberdade, quanto pelos abusos que são cometidos no seu interior, é um dos elos da cadeia de múltiplas violências que constituem a trajetória das mulheres, cujas histórias de vida são marcadas por maus-tratos, abusos familiares, violência conjugal e outras formas de violência. (SOARES & ILGENFRITZ, 2002, p. 112).

Muitas questões acerca da criminalidade feminina permanecem ainda sem respostas, e essa questão passa pela discussão das desigualdades, do acesso à justiça e à Justiça, enfim, a busca pela igualdade material entre homens e mulheres, conforme apregoa a Constituição Federal de 1988: Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei”. Como bem coloca Marcela Ataíde Guedes, autora de *Intervenções Psicossociais no Sistema Carcerário Feminino*, as detentas desejam recomeçar suas vidas, suas atividades, como, por exemplo, cuidar dos filhos, estudar, trabalhar, elas também desejam afastar-se das drogas, enfim. No entanto, elas encontram dificuldades em retornar à sociedade, uma vez que recebem o estigma de ex-presidiárias. De acordo com a autora, a prisão reproduz o mesmo modelo de exclusão e violência presente na realidade de vida das detentas, de modo que estas acabam tomando como referência a precariedade das condições proporcionadas pelo aprisionamento, o que pode diminuir assim as perspectivas de vida delas ao saírem do sistema carcerário (GUEDES, 2006).

John Rawls, ao discutir sobre o modelo ideal de justiça, afirma:

[...] cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras [...] As desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos. (RAWLS, 2000, p. 64).

CAPÍTULO III

PANORAMA GERAL DA RELIGIÃO EVANGÉLICA E SISTEMA CARCERÁRIO

Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados. [...] A religião favorece o desenvolvimento de um corpo de especialistas incumbidos da gestão dos bens de salvação. (BOUDIEU, 1996, p. 19).

Diante do panorama atual, no qual o líder da Igreja Católica, o Papa Bento XVI, renunciou ao seu pontificado, é importante refletirmos sobre esse retraimento do catolicismo e expansão do pentecostalismo. “Seria o momento da Igreja repensar e colocar na linha de frente um colégio de cardeais que possa pensar em levar adiante o processo de diálogo, que caminha mais para o pluralismo religioso do que para o conservadorismo”, disse o professor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) Rafael Rodrigues da Silva, especialista em Ciências da Religião.

Como aponta Ricardo André de Souza, em *O Pluralismo Cristão Brasileiro*, o Brasil vem passando por uma diversificação religiosa:

Como se vê, o catolicismo cede grande espaço aos segmentos dos sem religião e do protestantismo pentecostal. O que se costuma chamar de pluralismo religioso caracteriza-se essencialmente como crescente diversidade cristã, pois há um segmento populacional muito pequeno seguidor de religiões não cristãs, algo que este artigo destaca. O pluralismo religioso, portanto, é um fenômeno bem maior do que a heterogeneidade cristã, algo que envolve um “grau de desenvolvimento social (e não formal-jurídico) de liberdade real de culto e uma cultura da tolerância recíproca” (BASTIAN, 1997). O constante ataque pentecostal, sobretudo da Igreja Universal do Reino de Deus, às religiões afro-brasileiras, que têm contribuído muito com o acentuado encolhimento delas, se contrapõe em boa medida a tal

pluralismo religioso (PRANDI, 2004; ALMEIDA, 2009; SILVA, 2007, SOUZA, 2012). (SOUZA, 2012, p. 131).

No artigo “Censo 2010: Antigas Questões e Novos Desafios Interpretativos à Sociologia da Religião”²⁵, os professores Péricles Andrade e Jonatas Menezes apresentam uma análise sobre o campo religioso brasileiro, dando um enfoque maior aos católicos e protestantes. Como evidente no título do referido artigo, os autores se basearam em dados do Censo 2010, a partir do qual puderam constatar que:

[...] os evangélicos ampliaram seu rebanho e sua presença no espaço público, com destaque para a inserção nos meios de comunicação e nas suas bancadas políticas. Entretanto, esta tendência não se verifica em todo o segmento de forma homogênea. Podemos, inclusive, afirmar que o crescimento evangélico no Brasil é pentecostal, particularmente neopentecostal. Em algumas denominações de missão (Batista, Luterana, Presbiteriana) o índice de evasão tem sido próximo ou maior que a própria “sangria católica”. As igrejas evangélicas históricas também têm perdido adeptos para as neopentecostais. Algumas, inclusive, estão aos poucos se pentecostalizando, adotado a expressão “renovada” como um diferenciador da sua matriz. (ANDRADE, MENESES, 2012).

Diversos pesquisadores do tema destacam a tentativa dessas Igrejas apresentarem uma roupagem renovada, a cada dia surgem novas denominações, novas igrejas, como por exemplo, Igreja Presbiteriana Renovada. Entretanto, é indubitável os pentecostais, carismáticos e renovados oferecem algumas lições importantes para as igrejas tradicionais ou históricas. Como coloca Alderi Souza de Matos, no artigo “O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário”²⁶, “O surgimento e crescente aceitação desses movimentos sugere insatisfação com uma religiosidade formal e rotineira, bem como o desejo de uma experiência mais profunda com Deus, de um culto mais alegre e fervoroso, de uma vida cristã mais plena”.

De acordo com Matos (2006),

Assim como ocorre em outras religiões, o cristianismo tem, ao longo da sua história, testemunhado muitas vezes em suas fileiras a ocorrência de manifestações de entusiasmo religioso, em especial os movimentos chamados carismáticos. O termo “entusiasmo” (do grego *en* = “em” e *theós* = “Deus”) aponta para situações em que as pessoas afirmam receber revelações diretas de Deus, muitas vezes acompanhadas de êxtases místicos, visões e outros fenômenos associados a uma experiência religiosa de grande fervor e intensidade. Por sua vez, a palavra

²⁵ Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/07/censo-2010-antigas-questoes-e-novos.html>, acesso em 19 jul 2013.

²⁶ Disponível em http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_XI__2006__2/Alderis.pdf, acesso em 19 julho de 2013.

“carismático” lembra os carismas ou dons espirituais mencionados no Novo Testamento, particularmente aqueles extraordinários ou espetaculares, tais como profecias, línguas estranhas, curas e milagres diversos.

O pentecostalismo surgiu no Brasil em 1910, com a Congregação Cristã no Brasil, fundada por Louis Francescon, de origem italiana. Já Assembleia de Deus, maior denominação evangélica brasileira das últimas décadas, foi fundada por dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que vieram ao Brasil via Estados Unidos. O primeiro movimento a surgir no Brasil dentro da segunda onda do pentecostalismo foi a Igreja do Evangelho Quadrangular. Importada de Los Angeles, a igreja foi fundada em São Paulo, em 1951, pela canadense Aimee Semple McPherson. O termo “quadrangular” baseia-se em Ezequiel 1:4-28, que descreve uma criatura com quatro faces, ela [Aimee] viu naquela passagem quatro doutrinas principais. Elas eram simbolizadas no homem, no leão, no boi e na águia, e se tornaram o centro de seu ministério. Aimee disse que todos representavam Jesus: a face do homem era Jesus como Salvador; o leão era Jesus como o batizador no Espírito Santo; o boi era Jesus, aquele que cura; e a águia era Jesus como o rei que virá. Assim nasceu a teologia e o nome de uma das principais denominações pentecostais, que ministra hoje em 55 nações do mundo (SYNAN, 1987, p. 99 apud ROMEIRO, 2005).

A principal preocupação teológica do pentecostalismo é o Espírito Santo e seus dons. A declaração de fé da Igreja Quadrangular ilustra este reducionismo doutrinário. Ele se preocupa pouco com os grandes temas teológicos clássicos. Estão ausentes vocábulos como “trindade”, “encarnação”, “procedência do Espírito” e outros, sem se negar, contudo, as doutrinas por eles representadas. Modifica significativamente a tradicional formulação protestante da “justificação pela fé” para justificação por “arrepentimento e aceitação”. Toda a ênfase cai nos quatro “ângulos”: salvação em Cristo, o batismo no Espírito Santo, a cura divina e a iminente vinda de Cristo e suas conseqüências (REILY, 1984 apud Romeiro, 2005).

Outro movimento pentecostal que surge no Brasil, logo em seguida, foi a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo, fundada em São Paulo, em 1955, por Manoel de Mello. Também, convém mencionar mais um movimento bastante significativo no universo evangélico, a Igreja Pentecostal Deus É Amor, fundada pelo missionário David Martins Miranda, em 1962. Ademais, a Igreja de Nova Vida é tida como o “agente catalisador do neopentecostalismo no Brasil”, conforme coloca Romeiro (2005); foi fundada pelo bispo Roberto McAlister, que lançou um programa que fez tanto sucesso que foi necessário conseguir um local para reunir os interessados. Em 1961, foi realizado o primeiro

culto na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio. A partir de então, o crescimento foi constante.

Para se ter uma ideia, o nome da Igreja Deus é Amor, segundo o seu fundador, o missionário David Martins Miranda, surgiu através de uma conversa com Deus que surgiu esse nome, vejamos trecho dessa conversa:

De repente, uma voz se fez ouvir acima daqueles sons diversos. Era uma voz com o som de muitas vozes, e ouvi que me dizia: “Meu servo, não temas as lutas, pois te escolhi e grande obra tenho a fazer por teu intermédio. Muitos se levantarão contra ti,mas não prevalecerão. Aqueles que forem contigo, eu serei com eles, mas aqueles que forem contra ti eu serei contra eles (Gn 12:3). Por isso, não temas as lutas e perseguições, porque grande obra eu tenho a fazer por teu intermédio. Eu enviarei povos e nações para que, através de ti, eles sejam curados por mim.” Eu não disse nada em palavras naquele instante, e mesmo que tentasse dizer alguma coisa, não conseguiria. Porém, no meu pensamento, eu perguntava: Senhor, esta obra será realizada através da igreja a que pertença ou através de outra? E ele me disse: “eu darei o nome da igreja”. E qual não foi a minha surpresa quando, após 21 dias de oração, ele me disse o nome: Deus é amor. (ROMEIRO, 2005, p. 42).

O pentecostalismo se classifica em *três ondas* ou vertentes: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo. De acordo com Ricardo Mariano, o *pentecostalismo clássico* prevaleceu de 1910 até 1950. A *segunda onda* iniciou-se na década 50, em São Paulo, com o trabalho missionário de dois ex-atores de filmes de faroeste do cinema americano, Harold Williams e Raymond Boatright, vinculados à *International Church of the Foursquare Goperes*. Eles conseguiram atrair, por meio de uma eloquência inovadora, não só vários fiéis – sobretudo os das camadas mais baixas da sociedade e nordestinos –, como também pastores de outras denominações evangélicas. Causaram escândalo e reações adversas por toda parte. Mas, ao chamaram a atenção da imprensa, que os ridicularizava e os acusava de charlatanismo e curandeirismo, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade a este movimento religioso no País. (MARIANO, 1999, p. 30). A vertente *neopentecostal* surgida “a partir de meados da década de 70, faz parte da chamada *terceira onda*, e foi a que realizou as mais profundas acomodações à sociedade, abandonando vários traços sectários, hábitos ascéticos e o velho estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos, e, implacavelmente, estigmatizados. (MARIANO, 1999, p. 8).

Três características do neopentecostalismo são dignas de destaque, de acordo com Mariano (1999, p. 36): “1) exacerbação da guerra contra o diabo seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade”. Ainda de acordo com o autor, a “teologia da prosperidade” é louvada nas seguintes igrejas: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja

Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Ministério Palavra da Fé, Missão Shekinah, ADHONEP (Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno), CCHN (Comitê Cristão de Homens de Negócios).

Segundo Oro (1992 apud MARIANO, 1999, p. 36), existe mais uma característica a ser destacada no neopentecostalismo, a saber: a estrutura empresarial das igrejas, isto é, são instituições com fins lucrativos, adotam técnicas de marketing e retiram dinheiro dos fiéis ao colocar no mercado religioso serviços e bens simbólicos que podem ser adquiridos mediante pagamento. Ademais, as Igrejas Neopentecostais têm líderes fortes e pouca inclinação à tolerância e ao ecumenismo, opõe-se aos cultos afro-brasileiros, estimulam a expressividade emocional, utilizam-se muito dos meios de comunicação em massa, enfatizam rituais de cura e exorcismo. Essas pessoas procurariam a Igreja Universal motivadas por seus anseios de ascensão social e isso se deveria ao fato de que, na IURD, a “fantasia dos fiéis de se tornarem ‘milagrosamente’ ricos é exacerbada” (ORO, 1993, p. 24).

Aprofundando um pouco mais o que significa a Teologia da Prosperidade, observa-se, segundo Paulo Romeiro, que esse movimento é também chamado de Confissão Positiva, que tem suas origens numa antiga heresia conhecida como gnosticismo e tem como precursor Essek William Kenyon. Em suma, para Romeiro, o cristão da confissão positiva é “supercrente”, pois acredita que nada o atinge, qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. Assim, a marca do cristão cheio de fé e bem sucedido é a plena saúde física, emocional e espiritual, além da prosperidade material. Pobreza e doença são resultados visíveis do fracasso do cristão que vive em pecado ou possui fé insuficiente.

Em relação ao movimento neopentecostal, a autora Alderi Souza de Matos, já citada mais acima, afirma:

Esse fenômeno ainda em evolução tem como proposta religiosa básica o trinômio cura-exorcismo-prosperidade. Diante das realidades de sofrimento e alienação que caracterizam a sociedade moderna, principalmente nos grandes centros urbanos, essas igrejas oferecem espaços de solidariedade e acolhimento, gerando um forte senso de dignidade entre os seus participantes. Por outro lado, elas revelam uma clara tendência para práticas sincréticas e mágicas, tais como a utilização crescente de objetos e rituais como mediação do sagrado, a adoção do vocabulário e práticas da religiosidade popular brasileira e o uso da Bíblia apenas como um instrumento para a solução de problemas. (MATOS, 2012, p. 34).

Para a pesquisadora Diana Nogueira de Oliveira Lima (2007, p. 112-113):

Entre os analistas – tanto religiosos quanto científicos – que, a partir da década de 1990, centraram seu enfoque na oferta religiosa com o objetivo de desvendar o significado e as razões da expansão do pentecostalismo – e, em particular, do que se convencionou chamar de pentecostalismo da terceira onda ou neopentecostalismo – no Brasil, olhando para a história da instauração das igrejas no país, elementos constitutivos da religiosidade pentecostal, modos de expansão e tipos de atuação política das igrejas, são numerosos os que se mostram reticentes em relação à Igreja Universal do Reino de Deus (Bittencourt, 1994; Campos, 1997; Carneiro Campos, 1994; Hortal, 1991, 1994; Mariano, 1996; Siepierski, 1997). Mariz (1995) mapeia os argumentos que, na literatura mais recente, se somam ao da “mercantilização da fé” para, repetidamente, motivarem perspectivas depreciativas do neopentecostalismo. Características como imediatismo, pragmatismo, magia, charlatanismo, superficialidade teológica e, acima de todas, a de ser uma agência de exploração financeira dos pobres são atribuídas, em especial, à IURD. Em sua abrangente revisão dos estudos voltados para a categorização e o exame do universo protestante/pentecostal, cujo crescimento se manifesta tanto em número de adeptos quanto em termos de diversificação institucional, Giumbelli (2001) igualmente deixa claro o repúdio que a IURD suscita nos autores, entre outras razões, em função do que consideram o emprego de lógica mercantil por parte desse pentecostalismo de cura divina que fetichiza o dinheiro (ORO, 1993. P. 14)²⁷.

No artigo “A Dessecularização do Mundo: uma visão global”, Peter Berger coloca que o componente pentecostal é o que mais figura na chamada “explosão evangélica”, o qual combina “ortodoxia bíblica e uma moralidade rigorosa com uma forma extática de culto e uma ênfase na cura espiritual”. O autor salienta que a conversão ao protestantismo é capaz de promover uma “transformação cultural”, isto é, mudanças relacionadas ao trabalho e ao consumo, ademais, promove “um novo *ethos* educacional e uma violenta rejeição ao machismo tradicional (as mulheres têm um papel chave nas igrejas evangélicas)” (BERGER, 2000, p. 15).

Retomando, aqui o aspecto empresarial do neopentecostalismo, pode-se constatar que

[...] o expressivo crescimento da conversão dos pobres brasileiros ao neopentecostalismo que autoriza o direito dos indivíduos a uma existência terrena de "prosperidade" incentivando seus fiéis ao trabalho empreendedor, justamente na década de 1990, e o fenômeno do elogio ao "sucesso" que despontou no horizonte da "economia de mercado" estão intimamente relacionados. (OLIVEIRA LIMA, 2007, p.155).

A partir de etnografia em uma congregação carioca da IURD, a pesquisadora chegou a algumas conclusões: de acordo com a teologia da prosperidade, adotada por algumas Igrejas,

[...] os crentes estão destinados a serem “prósperos”, “saudáveis”, “felizes” e “vitoriosos” em todos os seus empreendimentos terrenos. De acordo com essa doutrina, por meio da confissão positiva o fiel terá acesso a tudo de bom que a vida pode oferecer (saúde perfeita, harmonia conjugal, riqueza material, poder para

²⁷ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a06v27n1.pdf>, acesso em 19 jul 2013.

subjugar o Demônio etc.), e a relação entre o cristão e Deus se mantém nos termos da reciprocidade: para receber a graça do Senhor ele deve “viver de acordo com a fé”, entregar regularmente o dízimo e fazer suas ofertas. A mensagem da Prosperidade liberta os fiéis das exigências ascéticas determinadas pelo protestantismo histórico e pelas denominações pentecostais tradicionais, e não apenas legítima como estimula uma vida aqui e agora de plenitude.” (Ibidem, p. 144-145).

Segundo esse raciocínio, indaga a pesquisadora:

É certo que, no mundo da adesão pentecostal, as pessoas costumam afirmar terem buscado a religião para o alívio de suas aflições. É certo também que, nos últimos tempos, a sociedade brasileira tem sido exposta a uma série de ameaças e carências de toda ordem e que a aposta nos instrumentos racionais de intervenção política para a transformação do país perdeu a força. Mas por que uma grande parte dos pobres deste país tem procurado soluções para os males que os atingem especificamente na Teologia da Prosperidade? Como esses sujeitos sociais representam sua experiência de fé? (OLIVEIRA LIMA, 2007, p. 133-134).

A referida autora, em um artigo intitulado “Prosperidade” na Década de 1990: Etnografia do Compromisso de Trabalho entre Deus e o Fiel da Igreja Universal do Reino de Deus” (2008)²⁸ menciona a “tão alardeada referência aberta ao dinheiro, ao direito à prosperidade e à abundância” presente nessa instituição religiosa. As reuniões, que são basicamente constituídas de testemunhos de fiéis, é ouvido falar, constantemente, que, por meio da fé, é possível ter sucesso financeiro. Segundo a autora,

Para tratar desse assunto, são empregados termos e conteúdos extraídos do campo semântico da economia, tais como “empresa”, “negócio”, “lucro”, “contrato”, “aumento da produção”, “máquinas”, “diferencial do produto no mercado”, “desemprego”, além da menção a grandes quantiasque “você vai ganhar”, “que você vai poder dar de dízimo quando Deus te abençoar”. Nessas reuniões, além do dízimo, obrigatório, muitas vezes os crentes são enfaticamente estimulados a se aproximarem do altar e contribuir para a “Obra de Deus” também pela doação de “ofertas”. Porque – como é assim explicado – ao ajudarem a Igreja Universal do Reino de Deus na divulgação da “mensagem viva e poderosa do Evangelho do Senhor Jesus Cristo” e na eliminação do “Mal”, os fiéis firmam um “compromisso com Deus” e têm, portanto, o direito de se sentirem “sócios de Deus”. (OLIVEIRA LIMA, 2008, p. 16).

De acordo com Romeiro (2005, p. 11),

A criatividade sem limite de seus propagadores, reinventando-se continuamente, apresenta novidades irresistíveis àqueles que precisam agarrar-se à esperança de uma condição de vida mais digna. A intimidade de seus líderes com a televisão faz de cada culto um *show* muito bem produzido. A cada momento inventa e uma nova maneira de atrair a atenção e expulsar os maus espíritos, a quem são atribuídos todos os males.

²⁸ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a01v51n1.pdf>, acesso em 19 jul 2013.

Como já foi mencionado, estatísticas comprovam (ver Censo IBGE 2010 acima) que o crescimento da vertente neopentecostal concentra-se nos estratos mais pobres da população. Assim, conforme afirmou Flávio Munhoz Sofiati, em sua tese de Doutorado na USP, intitulada “Religião e Juventude: os jovens carismáticos”²⁹, as camadas sociais positivamente privilegiadas utilizam a religião para legitimar sua situação na sociedade e as negativamente privilegiadas vêem a religião como uma forma de refúgio e busca da salvação do sofrimento. Esses indivíduos, de acordo com o autor, “despertados pela promessa religiosa”, creem em “uma retribuição de toda situação vivida nesse mundo”. A religião, nesse caso, é uma ferramenta para a “domesticação das massas”. Assim, prossegue Sofiati (2009, p. 35),

[...] o fiel aprofunda sua participação absorvendo a idéia do mundo como algo imperfeito criado por Deus, mas que contempla apenas uma existência provisória. A verdadeira vida será contemplada em outra esfera, no além. Lá, o indivíduo será retribuído plenamente de todo sofrimento e dificuldade vivida em sociedade.

De acordo com Ricardo Mariano,

Pouco importa se o consulente virtual adepto é mendigo, alcoólatra, viciado em drogas, travesti em trajes sumários, enfermo de câncer, AIDS. Demandas como estas não incomodam, nem causam mal-estar. Todos são acolhidos. Pois, para todos há esperança. Deus tem um plano grandioso para suas vidas. Jesus quer libertá-los do mal e conceder-lhes ‘vida em abundância’, saúde perfeita, prosperidade material e felicidade. (MARIANO, 1999, p. 59).

Toda religião tem que lidar com o problema do sofrimento imerecido, da miséria e da morte. As religiões de salvação, como sabemos, invariavelmente prometem aos fiéis a libertação do sofrimento, seja no além ou neste mundo, seja agora ou num futuro messiânico. Imbuídas dessa mensagem redentora, tendem a ser abraçadas principalmente pelas camadas sociais menos favorecidas. (MARIANO, 1999, p. 148).

No que concerne mais propriamente ao objeto empírico da presente pesquisa, agora cabe aprofundarmos o papel da mulher na religião pentecostal. Para a pesquisadora Mônica Tarducci, que estudou uma comunidade pentecostal da grande Buenos Aires, há uma contradição no pentecostalismo entre o discurso que iguala homens e mulheres enquanto irmãos na fé e outro que prega os dogmas da família cristã, tradicional, na qual a mulher é submissa ao homem. Assim, o pentecostalismo é interessante para as mulheres no sentido de que reordena o âmbito doméstico, ajuda a eliminar condutas masculinas nocivas às

²⁹ Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05022010-175056/pt-br.php>, acesso em 19 jul 2013.

mulheres, tais como a violência, o alcoolismo e a paternidade irresponsável. Outra estudiosa do tema, Marion Aubrée, destaca que no imaginário pentecostal a mulher é sensível e mantém um diálogo mais fraternal e íntimo com Jesus, o que lhe confere um lugar de destaque na comunidade religiosa. Para Eliane Gouveia, a possibilidade das mulheres dirigirem cultos e reuniões e poderem “controlar os segredos de fé, ou a garantia do direito ao prazer no tocante ao sexo são pontos relevantes quanto à inserção das mulheres na comunidade religiosa”. Em pesquisa posterior, ao falar da participação das mulheres em programas de televisão evangélicos, Gouveia destaca que “as mulheres antes silenciosas e silenciadas no exercício de seus papéis de adeptas da fé, são chamadas a participar dos trabalhos de saneamento sócio-religioso pentecostal, para divulgar, pela televisão, mensagens cristãs exemplares e consoladoras” (GOUVEIA, 1998)³⁰. A mulher aparece como “a figura da autora e atriz dos acontecimentos que fundamentam o recebimento da graça da conversão”.

Nesse sentido, a pesquisadora Maria das Dores Campos Machado salienta que

As mulheres pentecostais que entrevistei são responsáveis pela expansão das denominações a que pertencem, e não só porque constituem a maioria ou porque exercem tarefas de apoio tradicionalmente femininas. Hoje suas atividades não se restringem a limpar os templos, atender ao público na ausência do pastor, distribuir hinários e bíblias ou recolher ofertas: em grande parte das comunidades religiosas analisadas aqui, elas dirigem as reuniões vespertinas para as senhoras; desempenham papel importante nas difíceis sessões de exorcismo; chegam a apresentar programas radiofônicos; e são até consagradas pastoras em algumas poucas denominações, seguindo uma tendência verificada nas igrejas mais progressistas da tradição protestante.

Em síntese, o que existe de consenso entre os diversos estudiosos do tema, pode ser sintetizado pelas palavras de Mariz & Machado no sentido de que “essa crença rompe com a visão tradicional e patriarcal na medida em que aumenta a responsabilidade individual e estabelece igualdade entre os gêneros”.

³⁰ Disponível em: <http://www.pucsp.br/nures/revista1/eliane.pdf>, acesso em 19 jul 2013.

CAPÍTULO IV

A RELIGIÃO NEOPENTECOSTAL NO PRESÍDIO FEMININO SERGIPANO

Indo a campo, tendo sempre em mente a necessidade da vigilância epistemológica e o cuidado para não cair na “sociologia espontânea”, percebemos que, no Presídio Feminino Sergipano, o direito à assistência religiosa é plenamente assegurado, e, inclusive, incentivado. Em entrevista realizada com o coordenador religioso do presídio feminino, Thiago Tenisson, podemos afirmar que a religião é vista pela Direção do Presídio como algo positivo no universo prisional:

Algo extremamente importante, pois o temor, a crença e a fé em uma força superior, independente de qual seja a religião, pois ela aflora a compaixão, o perdão, o arrependimento, pois elas acreditam em Deus e acreditam em salvação, como também acreditam que caíram, mas que podem se levantar e tem a chance de reversão.

Dentre as Igrejas Evangélicas que atuam nessa instituição, estão presentes: Igreja Universal do Reino de Deus, Verbo da Vida, Testemunha de Jeová, Assembleia de Deus Primitiva, SOS Presidiários – que, na verdade, não é uma igreja, mas agrega várias denominações, inclusive a Deus é Amor e a Tenda de Adoração. Existe um cronograma organizado pela coordenação da assistência religiosa em relação às datas para realização dos cultos (ver anexo), mas em regra, os cultos evangélicos são realizados às segundas e quartas-feiras, das 14h às 15h e 45min; a Pastoral celebra cultos às terças, no mesmo horário; já a Igreja Tenda de Oração dispõe de um sábado por mês. Tudo isso, como já havíamos mencionado no início deste trabalho, é definido pela Coordenação da Assistência Religiosa que elabora uma Escala dos Grupos de Evangelização a cada semestre do ano, conforme se vê no documento em apenso.

Ainda, de acordo com o Coordenador, as denominações religiosas fazem um cadastro de no máximo sessenta pessoas que irão fazer parte da equipe que realiza as atividades religiosas, desse cadastro, apenas doze pessoas de cada denominação religiosa podem adentrar no presídio para realizar o culto. Existem regras a serem seguidas por essas pessoas que vão pregar nos presídios, previstas nas Normas e Procedimentos para os Grupos Evangelizadores, conforme se vê no documento em apenso. Dessas normas, podemos

destacar: exigência de autorização do DESIPE e de identificação emitida pela Direção Presídio Feminino, que é a Carteira de Evangelizador; serão revistados os integrantes dos grupos, através de detector de metal, e seus respectivos pertences, livros, revistas, objetos de instrução religiosa; é proibida a entrada de grupos compostos apenas por homens, tem que haver pelo menos uma mulher; não é permitida a entrada de evangelizadores com roupas pretas e ou duplas, sapatos tipo plataforma e saltos altos, celular, dinheiro, chaves, CDs, DVDs, bolsas e similares, como pastas, sacolas, malas e outros (ver anexo). Algumas dessas regras tem fundamento na segurança a ser exigida dentro da instituição, tais como a proibição de uso de alguns objetos que poderiam ser usados como armas (CDs, DVDs, salto alto), mas outras regras são incompreensíveis sob o ponto de vista lógico, como por exemplo a proibição de grupos evangelizadores compostos apenas por homens.

Um fato notório é que, apesar da participação nos cultos ser facultativa, e constituir um direito e não um dever, conforme assegura a Lei, quase a totalidade das presas, aproximadamente 90% (noventa por cento), participa das atividades religiosas. Contudo, o próprio Coordenador Religioso vê a dita conversão com desconfiança, chegando a afirmar que não se trata de uma conversão, mas de uma “*convenção*”:

No meu ponto de vista, é uma *convenção* e não uma conversão. Elas fingem estar convertidas, digo isso porque elas não mudam de vida. Eu não vejo isso. Se eu frequento uma igreja e ela é contra a homossexualidade, se eu sou convertida porque eu me envolvo com outra mulher? Eu acho que é muito mais uma carência afetiva. Elas não são homossexuais, o que elas sentem é a necessidade de sexo.

Elas entram católicas e saem evangélicas. Elas se declaram católicas, mas não frequentam a pastoral, somente as igrejas evangélicas.

As internas podem receber Bíblia, mas primeiro elas são entregues a mim, para eu inspecionar e depois distribuo primeiro para quem não tem a Bíblia.

Fonte: Entrevista realizada pela autora em 23 de maio de 2013.

Foram, também, apontadas pelo Coordenador algumas dificuldades enfrentadas pela Direção em relação a algumas denominações religiosas, vez que alguns líderes religiosos estavam cobrando dízimo das internas, o que, inclusive, é proibido por determinação do Conselho Nacional de Justiça:

Teve um pastor que estava recebendo dízimo, ele dizia que se elas não pagassem o dízimo não estava sendo fiel e se não fossem fiel continuariam presas. Eu tive que ir até o pastor e dei uma suspensão e quando ele retornou da suspensão ele voltou a cobrar e então foi suspenso de vez. Tinha um pastor evangelizador que estava pegando as cartas e cobrando da família das meninas para entregar essas cartas e eles diziam que era o dinheiro da passagem.

Fonte: Entrevista realizada pela autora em 23 de maio de 2013.

Por outro lado, a religião tem uma grande aceitação por parte da Direção, sob o fundamento de que as internas que participam das atividades religiosas são mais calmas, apresentam um bom comportamento, passam a se relacionar melhor com as demais presas e causam menos problemas para a Direção. Assim, partiremos da seguinte indagação: em que medida a subjetividade da experiência religiosa, mais especificamente, a conversão³¹ ao neopentecostalismo, no contexto prisional, consegue objetivar-se socialmente em práticas e discursos³², os quais seriam suscetíveis a transformações em decorrência desse encontro com o Sagrado?

Alguns estudiosos do tema afirmam que o fenômeno da conversão religiosa promove mudanças de comportamento e de cosmovisão. Mas será que em um universo tão ‘profano’, quanto um presídio, onde se encontram as principais mazelas humanas, o ‘sagrado’ incide na vida dessas pessoas da mesma maneira como ocorre fora desse contexto, promovendo mudanças em decorrência da fé. Diante desses argumentos, nossa hipótese central é que a partir da conversão religiosa a detenta engloba uma mudança de valores, crenças, comportamentos, na maneira interpretar os acontecimentos mundanos, bem como na maneira de agir. Há uma “ruptura” com o mundo do crime e uma adesão a uma “vida nova”, pois a conversão teria o poder de transformação e organização do mundo.

A religião cria uma realidade dotada de significado, distinta do homem, mas que dá ordem à sua vida. Sob o dossel sagrado da religião, o homem encontra proteção contra o caos e contra o terror da anomia. A religião tem o poder de transformar as ações e construções humanas em algo que transcende a própria humanidade” (BERGER, 1985, p. 67).

A conversão religiosa envolve, por sua vez, uma redefinição nos valores individuais, na forma de interpretar o mundo, no comportamento, nas lealdades interpessoais e, por fim, na identidade do mesmo. De acordo com Dias (2005, p. 34),

O discurso religioso ressignifica a trajetória biográfica do indivíduo preso, dando novas cores e novos sentidos ao seu passado, presente e futuro; o trabalho e, junto com ele, a educação, passam a ser vistos como vias de retorno à legitimidade social; os laços familiares – quando ainda subsistem, ainda que esgarçados – são (re)valorizados e alçados à categoria de ponto de apoio fundamental para a manutenção da identidade adquirida, baseada nos preceitos evangélicos.

Consoante Ricardo Mariano, para mostrar-se santificado, o crente pentecostal precisa exteriorizar sinais, conforme os ensinamentos da comunidade religiosa, que o diferenciam

no meio social em que se encontra. O crente, assim, não pode prescindir de tenha uma vida exemplar, num sentido moral, afastando-se dos prazeres e interesses mundanos, sendo que, “para não serem contaminados e corrompidos pelas coisas e paixões do mundo os líderes pentecostais procuram imprimir na conduta dos fiéis, desde a conversão, normas e tabus comportamentais, valores morais, usos e costumes de santificação” (MARIANO, 1999).

As diversas vertentes da Igreja Evangélica possuem regimentos que “orientam”, “norteiam” o estilo de vida a ser seguido por seus fiéis a partir da conversão. Por exemplo, para a Igreja Deus é Amor,

[...] não é permitido aos membros possuir aparelho de televisão; usar videocassete; tomar anticoncepcional nem usar preservativos; ingerir bebidas alcoólicas. Ninguém pode assistir aos cultos trajando “roupas escandalosas”, *short* ou bermuda, a menos que se cubram com aventais ou panos; as mulheres não podem usar calças compridas, em hipótese alguma, nem cinto com mais de dois centímetros e desde que sejam de couro ou pano. Pessoas epiléticas são aceitas na ceia apenas se apresentarem atestado médico, caso contrário serão suspensas até serem libertas. O regimento também proíbe a venda de discos, nas dependências da igreja ou em frente a ela, de outras gravadoras. Só é liberada a venda de discos da gravadora pertencente à igreja. (DIAS, 2006, p. 65).

No site da Igreja Assembleia de Deus de Joinville encontramos um Regimento, no qual consta:

Art. 35º - Constituem infrações disciplinares, puníveis com advertência verbal, disciplina ou desligamento³³:

- 1) Namoro inconveniente ou não condizente com a doutrina bíblica;
- 2) Frequentar praias, balneários ou piscinas públicas com trajes indecorosos;
- 3) Uso de trajes indecorosos para senhoras, moças, meninas, rapazes, jovens e homens;
- 4) Uso de calças longas será permitido as mulheres, quando tal exigência originar-se nas escolas ou trabalho;
- 5) Corte exagerado do cabelo por senhoras, moças ou meninas;
- 6) Uso de pintura no rosto, lábios e unhas;
- 7) Uso inconveniente de jóias;
- 8) Homens e jovens andarem cabeludos e barbudos;
- 9) Não pagar dívidas ou emitir cheques sem fundos;
- 10) Usar bebida alcoólica ou outros produtos que causem dependência;
- 11) Frequentar bares, casas de jogos, casas de diversões mundanas;
- 12) Participar ou defender partidos políticos com ideologias contrárias aos princípios bíblicos;
- 13) Associar-se a sociedades secretas;
- 14) Deixar de atender as advertências recebidas do pastor presidente ou do responsável pela direção da Igreja;
- 15) Praticar ofensa moral ou física contra qualquer pessoa;
- 16) Faltar com a verdade no exercício de suas funções;
- 17) Responder agressivamente e com ofensa aos dirigentes da Igreja, quando advertido ou aconselhado;

³³ Disponível em www.adjoinville.org.br, acesso em 17 de abril de 2013.

- 18) Demonstrar total desinteresse, relaxamento, indiferentismo e negligência, pela sua doutrina e princípios bíblicos;
- 19) Abandonar o lar. Separação conjugal não legalizada. Passar a viver em concubinato.
- 20) Cometer adultério, fornicação, homossexualismo, lesbianismo, libertinagem, bebedeira, freqüentar prostíbulos;
- 21) Demonstração pública de fanatismo;
- 22) Envolver-se em contenda com irmãos, vizinhos e outros;
- 23) Contrair núpcias com membros de outra denominação;
- 24) Uso indevido dos meios de comunicação.

Por sua vez, a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo também apresenta um rol de regras a serem adotados pelo “crente”, ao que denominam usos e costumes, e se referem ao vestuário e comportamento:

Artigo VI – USOS E COSTUMES – Esta Igreja adota os seguintes princípios para orientarem seus membros no que diz respeito aos usos e costumes:

Paragr. 1º – VESTUÁRIO – Os membros desta Igreja, homens ou mulheres, devem usar de moderação no vestir-se, evitando trajes sensuais e extravagantes. Entende-se por trajes sensuais e extravagantes aqueles que provoquem censura ou atentem ao pudor demarcando ou deixando transparecer partes íntimas do corpo. (Cl. 2:23; Os. 4:11).

Paragr. 2º – ORNAMENTOS – Ao homem é vedado o uso de brincos, pulseiras, correntes, pircens ou assemelhados, pinturas, tatuagens, cabelos crescidos e outros tipos de adornos que denigram sua imagem. Quanto à mulher, é vedado o uso de tatuagens e pircens e recomenda-se a valorização dos ornamentos interiores em detrimento dos exteriores, conforme os textos Bíblicos específicos. (I Cor. 11:14,15; I Tim. 2:9,10; I Pedro 3:3). Os novos convertidos que já possuem tatuagens em seus corpos, efetuadas antes de sua conversão a Jesus Cristo, deverão ser tratados com brandura e amor, sem qualquer preconceito ou acepção, como se não as tivessem, tornando-se membros da Igreja se observados os requisitos estatutários.

Paragr. 3º – COMPORTAMENTO EM GERAL:

a) - NO CULTO: Esta Igreja não adota o costume de homens e mulheres sentarem separados no Culto, por crermos que as famílias devem, o quanto for possível, estarem juntas, em todos os sentidos, nos diversos campos de atividades. Portanto consideramos incoerência a separação física da família na cerimônia mais importante de nossas vidas: O CULTO A DEUS.

b) - NO LAR: Esta Igreja não proíbe aos seus membros o uso de aparelhos eletrônicos, tais como Radio e Televisão. Aconselhamos, porém, que sejam criteriosos e prudentes na escolha da programação, evitando aquelas que incitem a violência, ou atente contra o pudor e a moral.

c) - AS SEITAS: esta Igreja orienta seus membros para não participarem de polemicas contenciosas com aqueles que afastaram-se das Doutrinas de Cristo, pois tais contendas não produzem edificação, mas prejudicam a fé e o amor dos ouvintes. (Rom. 14:19; II Tim. 2:23; II Jo. 10:11).

d) - NA SOCIEDADE: Esta Igreja recomenda aos seus membros que façam uso, em todo e qualquer lugar, de um linguajar sadio e honesto, evitando-se o uso de gírias, palavras torpes, maliciosas ou maldosas, bem como piadas pornográficas.³⁴

³⁴ Disponível em: www.caioqueiroz/regimento-interno-igreja-o-brasil-para.html, acesso em 24 de maio de 2013.

Já para ser Pastor da Igreja Evangélica Pérola de Cristo, de acordo com o Regimento Interno datado de Janeiro de 2011, são necessários os seguintes requisitos:

Art. 55 - Pastor Titular: É o oficial, de sexo masculino, eleito pela Assembléia³⁵ Local, ou nomeado pela Diretoria Administrativa Ministerial, para presidir a Diretoria Administrativa Local, tendo o mandato de 02 (dois) anos. O candidato a pastor titular deverá possuir as seguintes condições e características:

- 1 - Ser habitado pelo Espírito Santo;
- 2 - Ter amor e dedicação à obra de Deus;
- 3 - Ter as características espirituais descritas em I Timóteo 3: 2 a 13;
- 4 - Aceitar e viver as doutrinas bíblicas;
- 5 - Ser dizimista fiel;
- 6 - Ser espiritualmente e civilmente capaz;
- 7 - Ter idade acima de 30 (trinta) anos;
- 8 - Ser do sexo masculino;
- 9 - Ser casado, vivendo com o cônjuge em união estável;
- 10 - Ter disponibilidade para exercer o seu ministério pastoral;
- 11 - Ter sido ordenado ao cargo de pastor em uma Igreja reconhecida como evangélica;
- 12 - Não exercer quaisquer atividades seculares, sem estar autorizado pela Diretoria Administrativa Ministerial;
- 13 - Possuir mansidão, humildade e reconhecidamente obediente às autoridades eclesiais superiores do Ministério Pérola de Cristo;
- 14 - Ter, comprovadamente, bons serviços prestados à Igreja Pérola de Cristo e ao Reino de Deus;
- 15 - Estar membrado na denominação pelo tempo mínimo de 06 (seis) anos antes de concorrer às eleições.

Obviamente que esses exemplos apresentados não exaurem os mais diversos regimentos e regras adotados por essas Igrejas, mas, são ilustrativos de como se dá esse processo de orientação por parte dessas denominações no sentido de que deverá haver uma mudança de comportamento por parte dos fiéis, crentes, convertidos, enfim, daqueles que se declaram evangélicos.

Conforme dito inicialmente, com o intuito de questionar a realidade ora investigada, nos utilizaremos da perspectiva interacionista para análise das relações estabelecidas nesse contexto. De acordo com Goffman, o indivíduo, para manter os padrões de sua atividade, deve abandonar ou esconder as ações que não sejam compatíveis com esses padrões (GOFFMAN, 1988, p. 36-37). O papel da expressão é transmitir impressões a respeito do indivíduo, sendo que essas impressões podem ser transmitidas como subprodutos incidentais da sua atividade ou o mesmo pode relegar para segundo plano a atividade, e devotar seus esforços na criação da impressão desejada (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Confrontaremos nosso objeto empírico com o conceito de conversão e de *habitus*, pois, conforme Bourdieu, “a subjetividade da experiência religiosa consegue objetivar-se

³⁵ Disponível em www.iepec.com.br, acesso em 17 de abril de 2013.

socialmente em práticas e discursos na medida em que responde a uma demanda social, ou seja, é capaz de coletivamente dar sentido à existência dos que integram um dado grupo”. Ou seja, embora a conversão seja uma experiência íntima, privada, é também um ato social e socialmente determinado.

Para testar essa hipótese, serão analisados os gestos, as vestimentas, a linguagem adotados pelas detentas convertidas como pertencentes ao *capital simbólico*³⁶, bem como sua visão do mundo e de si mesmas a partir da conversão, o que entendem como permitido ou proibido, enfim, se houve uma mudança de práticas – gestos e ações.

Um dos aspectos observados, é o fato de que muitas entrevistadas afirmaram que acreditam que é possível se desligar do mundo do crime através da religião:

Conheço pessoas que *‘saiu do crime e hoje tem uma nova vida’*. Não faço mais coisa errada de jeito nenhum, dentro da Igreja conheci a palavra, quem conhece a palavra e faz coisa errada o tombo é maior ainda. (Detenta 4 - grifos nossos).

No período que aconteceu isso eu estava desviada. (Detenta 2).

Talvez Deus permitiu que eu viesse presa pra não fazer coisa pior. Cheguei magrinha da droga, eu vendia e usava, passava nove dias sem dormir, já me prostitui. Deus permitiu que eu viesse parar aqui presa pra eu sair dessa droga maldita e do crime. (Detenta 9).

FONTE: Entrevistas realizadas pela autora em 20 de março de 2012.

Percebe-se que para algumas detentas a religião tem o poder de transformar suas vidas e lhes proporcionar uma mudança de práticas. A conversão religiosa é compreendida enquanto transformação no universo discursivo do indivíduo (SNOW & MACHALEK, 1984). Acrescente-se que a religião interfere diretamente na própria rotina dentro do presídio, pois, de acordo com uma das entrevistadas, elas fazem roda de oração e algumas chegam a marcar o horário da meia-noite para fazer orações, o que às vezes chega até a incomodar a demais detentas: “Fazemos rodas de oração várias vezes no dia. Meia noite a gente acorda e vai orar [...] As outras *diz* ‘vai dormir’, pare com isso, suas doidas, mas a gente não se incomoda, pois somos tementes a Deus” (Detenta 1 - FONTE: Entrevista realizada pela autora em 20 de março de 2012).

Muitas entrevistadas apontaram o ritual Batismo como um passo fundamental para a ruptura com vida ‘profana’ do crime, do pecado e o ingresso no universo ‘sagrado’ da religião evangélica.

³⁶ “A religião, coloca-se, assim, como portadora de um capital religioso que por não ser necessariamente quantificado ou mensurado pode ser chamado de capital simbólico” (BOURDIEU, 1987, p. 27).

Da mesma forma que a criança é colocada no chão logo após o parto, a fim de que sua verdadeira Mãe a legitime e lhe assegure uma proteção divina, também os moribundos – crianças e adultos – são depostos na terra. Este rito equivale a um novo nascimento. O enterro simbólico, parcial ou total, tem o mesmo valor mágico religioso que a imersão na água, **o batismo**. O doente regenera-se com esse ato: **nasce de novo**. A operação tem a mesma eficácia quando se trata de apagar uma falta grave ou curar uma doença do espírito (e esta última apresenta, para a coletividade, o mesmo perigo que o crime ou a doença somática). O pecador é colocado num tonel ou numa fossa aberta na terra, e quando ele sai diz se que “nasceu uma segunda vez, do seio de sua mãe”. (ELIADE, 1992).

Vejamos algumas definições do ritual do Batismo para algumas vertentes da Igreja Pentecostal:

Para a Igreja Deus é amor, o batismo é a declaração do crente ao mundo, anunciando abertamente que agora pertence a Cristo. A Palavra de Deus nos diz que todo aquele que crer e for batizado será salvo. Ou seja, primeiro se crê e depois é batizado, pois o batismo é um ato espontâneo, deve partir da pessoa e não por obrigação ou para agradar alguém. Deve ser um ato consciente do candidato a descer as águas batismais.³⁷

A Igreja Universal do Reino de Deus entende esse sacramento como sinal da presença de Cristo na vida do indivíduo; exige compromisso de transformação, a qual começa com a conversão de todo o nosso ser a Jesus Cristo, que, por sua vez, leva a um compromisso permanente de transformação pessoal, comunitária e social.

No site “Sou Evangélico”, encontramos a seguinte definição:

O batismo em águas (do grego baptzō, “mergulhar”, “submergir”) é uma das duas ordenanças que Cristo deixou à Igreja (Mt 28.19). Através do batismo, o novo convertido, que já faz parte do Corpo de Cristo pelo novo nascimento, dá o seu testemunho público do que lhe aconteceu. Trata-se, portanto, de uma confissão pública de fé em Cristo, por intermédio de atos e palavras, onde o batizando mostra ter aceitado plenamente as verdades da Bíblia Sagrada.³⁸

No site da “arca universal”, o batismo significa morrer para o pecado e ressuscitar para uma nova vida em Cristo, disposição de viver de acordo com a vontade de Deus e identificação com o povo da aliança de Deus.

A iniciação, como a morte, o êxtase místico, o conhecimento absoluto, a fé (no judaísmo cristianismo), equivale a uma passagem de um modo de ser a outro e opera uma verdadeira mutação ontológica. Para sugerir essa passagem paradoxal (pois, implica sempre uma rotura e uma transcendência), as diversas tradições

³⁷ Disponível em www.ipda.com.br, acesso em 12 de abril de 2013.

³⁸ Disponível em: <http://sou-evangelico.blogspot.com.br/2009/09/o-batismo-nas-aguas.html>, acesso em 12 de abril de 2013.

religiosas utilizaram abundantemente o simbolismo da ponte perigosa ou da porta estreita [...] A Visão de S. Paulo mostra nos uma ponte “estreita como um fio de cabelo”, que liga nosso mundo ao Paraíso. A mesma imagem se encontra entre os escritores e os místicos árabes: a ponte é “mais estreita do que um fio de cabelo” e liga a Terra às esferas astrais e ao Paraíso. Tal como nas tradições cristãs, os pecadores, incapazes de atravessá-la, são precipitados no Inferno. As lendas medievais falam de uma “ponte escondida sob a água” e de uma ponte sobre, sobre a qual o herói (Lancelot) deve passar com os pés e as mãos nus: a ponte é “mais cortante do que uma foice” e a passagem faz-se “coro sofrimento e agonia”. Na tradição finlandesa, uma ponte coberta de agulhas, pregos, lâminas de navalha, atravessa o inferno: os mortos, assim como os xamãs em êxtase, utilizam-na em sua viagem para o outro mundo. Descrições similares são encontradas em todo o mundo, mas o que importa, acima de tudo, é o fato de se ter conservado essas mesmas imagens para significar a dificuldade do conhecimento metafísico e, no cristianismo, da fé. “É difícil passar por sobre o fio aguçado da navalha”, dizem os poetas para exprimir a dificuldade do caminho que conduz ao conhecimento supremo (Katha Lpanishad, III, 14). “Estreita é a porta e apertado o caminho que conduz à Vida, e poucos há que o encontram.” (Mateus, 7: 14) (ELIADI, 1992, p. 87-88).

Partindo dessa definição de que o batismo significa um ritual de passagem para o universo dos convertidos, nascimento, morte para o pecado, é cabível indagarmos: Ao ser lavada com a água purificada no ritual do Batismo as internas adentram um novo mundo reconstruído a partir da religião? Com a conversão há uma mudança de práticas (discursos e ações)?

Lógico que a conversão é um processo e não é em um ato isolado (no caso o batismo) que se dá a conversão. Mas, para a Igreja Evangélica, o batismo é um marco importante para o ingresso no universo religioso. Periodicamente, as igrejas evangélicas realizam o “Dia do Batismo” no presídio feminino e contam com a participação de várias detentas desejosas de se converterem ao Evangelho através do Batismo (Ver foto 4 – Dia do Batismo no Presídio Feminino Sergipano).

Diante do “anseio humano por transformar a desordem em ordem, o caos em cosmos” (ELIADI, 1992), o presídio consiste um campo fértil para arrebatam novos fiéis, *ovelhas desgarradas*, ansiosas por mudar de vida, romper com o mundo do crime e “aceitar Jesus”. Dentro desse contexto, a Igreja neopentecostal surge como uma “tábua de salvação”, pois, em suas pregações é ofertada aos “irmãos” essa possibilidade de “mudança de vida” e, ainda, a Igreja se apresenta como detentora dos “bens sagrados” e da possibilidade de concedê-los ou recusá-los. Entretanto, o “aceitar Jesus” implica numa série de mudanças de comportamento, exigências, orações, manter-se fiel aos dogmas da Igreja, e visa-se investigar que “mudanças seriam essas”.

Com o intuito de testarmos essa hipótese, e verificar os “gostos”, “consumo”, “discurso” e “práticas” das detentas convertidas, elaboramos algumas perguntas que

aprofundam alguns pontos relevantes. Assim, ao indagarmos se elas perceberam mudanças em decorrência da conversão, obtivemos as seguintes respostas:

Me acalmei mais, eu era muito ousada, muito rebelde, se falasse comigo eu queria brigar, porque é difícil conviver com todo tipo de gente. E sempre eu ouvia as irmãs dizer que a gente tem que ser mansa, tem que mudar. Tem coisas que não agradam ao Senhor. (Detenta 9).

Deus é 'sem palavras', é maravilhoso, conforme a gente faça a vontade dele ele age, e se tiver no pecado ele não age.

Deus alivia nosso processo lá fora. Deus pode até influenciar na decisão do juiz.

O objetivo do Evangelho é mudar as pessoas pra que venham viver em paz. Quantas pessoas eram da droga e hoje servem a Deus?

Ex-presidiária é muito perseguida e a religião ajuda a aliviar o que as pessoas pensa da gente.

Os dons que Deus me deu aqui dentro, hoje eu sei até decifrar sonho. (Detenta 10).

Eu fiquei mais flexível às igrejas, quando eu saí daqui quero dar o meu testemunho de renovação. Eu era muito rebelde, abandonei o curso de Música que fazia na UFBA. Hoje me sinto um pessoa melhor. Aqui eu escrevi um livro. Até um desembargador pediu alguns trechos meus para publicar no livro dele.

Aqui foi um tempo de transformação. Aprendi a fazer macramê, pintura, costura, aqui ajuda a se profissionalizar, mas não quero nenhum dessas profissões, é tudo pra mulherzinha. (Detenta 11).

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Percebe-se que elas atribuem à religião uma possibilidade de mudança, a detenta 9 disse que era muito rebelde e que a religião a ajudou a se acalmar e que as irmãs dizem que elas tem que “*mudar*”. A detenta 10 afirmou que “o objetivo do Evangelho é *mudar* as pessoas pra que venham viver em paz”. A detenta 11 disse que “quando eu saí daqui quero dar o meu testemunho de *renovação* [...] Aqui foi um tempo de *transformação*”. Extraímos desses trechos que as presas falam muito em mudança, renovação, transformação, o que, segundo as mesmas só é possível através da conversão, desde que seja feita a vontade de Deus, conforme afirmou a detenta 10: “Deus é ‘sem palavras’, é maravilhoso, conforme a gente faça a vontade dele ele age, e se tiver no pecado ele não age”, ou seja, é preciso se submeter aos dogmas divinos e sair do pecado, caso contrário, elas não seriam agraciadas com as bênçãos divinas. Com isso, elas mudam suas práticas, admitem que se tornam pessoas mais calmas, mais flexíveis, mais tolerantes em relação à religião, às demais detentas. Quando nós indagamos à detenta 10 qual era a sua religião ela não disse apenas ser evangélica, ela disse que sua religião é pentecostal, já se referindo diretamente a esse segmento religioso de maneira específica. Ela também afirmou que havia uma companheira

de cela que mudou completamente após se converter à religião, mas não é qualquer religião, é especificamente à religião evangélica:

A religião é muito, muito importante. Ajuda as pessoas até a mudar porque tem pessoas que só pensa no mal, são *carente* da palavra, precisa muito que a gente pregue. Teve uma pessoa aqui que baixou o coisa ruim e ela xingava muito, mas hoje ela é outra pessoa, quando ela acordava a gente não podia nem arrastar o chinelo no chão que ela reclamava, mas hoje ela acorda feliz, ela é de Deus. (Detenta 10).

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Em sua grande maioria, as entrevistadas consideram a religião muito importante diante da situação ora vivenciada. Vejamos o que disseram algumas delas quando indagadas acerca da importância da religião:

Ah, é fundamental. Sem Deus ninguém vive. Traz paz, fica mais calma, aumenta mais a esperança.

Quando não tem culto a agente fica muito afoita. Na religião a gente despeja tudo o que está sentindo, orando, louvando. (Detenta 9).

Muito, muito bom. Ela é o alicerce para as mulheres aqui. Se você está triste, abre a bíblia e encontra palavras de autoestima, abre a bíblia e sempre tem alguma coisa que te ajuda e você vê que um anjo está aqui perto da gente. (Detenta 11)

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Dando seguimento a esse questionamento acerca das mudanças que a conversão acarreta, indagamos sobre a opinião de algumas delas acerca dos seguintes temas: cigarro, drogas, métodos contraceptivos, sexo extraconjugal, homossexualidade. Vejamos alguns trechos das entrevistas:

1- Cigarro

De início, cumpre esclarecer que é permitido o consumo de cigarro dentro do presídio investigado, desde que fornecido pela família da presa. Muitas vezes, o cigarro é utilizado como moeda em troca de outros bens de consumo, tais como sabonete, lençol, enfim. De acordo com as entrevistadas, conseguir se libertar do vício do cigarro é um sinal

da atuação de Deus na vida delas. Para a detenta 11, por exemplo, fumar é pecado e que pode levar a outros pecados, como bebida, etc.

Eu fumava cigarro e crack, alugava um quartinho lá no centro e fica traficando crack. Já se prostituiu? já me prostitui. Tinha vez que eu passava até nove dias sem dormir direto, só traficando e fumando. Quando eu cheguei aqui eu estava muito magra, eu ia morrer. Hoje eu me recuperei do vício. To gorda, veja. (Detenta 9).

Já fumei, mas nunca cigarro, era crack. As igrejas não falam nada sobre cigarro. (Detenta 10).

Nunca fumei. É pecado e um pecado leva ao outro, cigarro, bebida. (Detenta 11).
Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

2- Drogas

Obviamente, o uso de entorpecentes é proibido em qualquer instituição penal. Entretanto, não é nenhuma novidade que em alguns presídios essa regra é frontalmente violada e, em regra, as drogas fazem parte do cotidiano dos presídios brasileiros, inclusive, segundo algumas detentas, era comum, quando o presídio feminino ainda era localizado no Bairro América.

Atualmente, é unânime entre elas que não há acesso a drogas após a transferência do Presídio para Nossa Senhora do Socorro e sob essa nova Direção, o que é visto pela grande maioria delas como um ponto positivo em relação à administração prisional, pois, segundo elas, serve até para que elas se libertem do vício. Todas as entrevistadas se pronunciaram contrariamente às drogas, afirmaram que é pecado, contra os desígnios de Deus, o que se coaduna com aquilo que é professado pelas Igrejas.

É abominável para Deus. (Detenta 9).

É desvirtuoso. Não está nos desígnios de Deus. É coisa do diabo pra te levar pro inferno. Só a palavra de Deus regenera. (Detenta 10).

Quando o presídio era no Bairro América fui presa lá e tinha muita droga mesmo, tinha prostituição, tudo, era horrível, aqui não. Mas eu sou contra droga, é pecado, a igreja fala que se Deus transformou não pode usar droga. (Detenta 11).
Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

3- Métodos contraceptivos

[...] a igreja não fala nada sobre anticoncepcional. (Detenta 9)

[...] vige, não, não pode. (Detenta 10)

[...] sou a favor e a igreja também é (Detenta 11)

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

No tocante ao uso de anticoncepcional, as respostas dadas pelas entrevistadas foram divergentes, conforme se vê acima. Algumas afirmaram que a igreja não fala sobre o assunto, mas, outras que é proibido e algumas afirmaram serem favoráveis e que a Igreja também seria favorável. Segundo Machado e Fernandes (2007, p. 2):

Utilizando a mídia e critica a Igreja católica. E sua rejeição pelos métodos contraceptivos artificiais e a sua ingerência da saúde reprodutiva, a igreja Universal defende a adoção de uma política de planejamento familiar como estratégia contra na luta contra a miséria social, tanto a Universal como a Assembléia de Deus, optam por construir os templos e desenvolver suas atividades religiosas e assistenciais nas regiões mais carentes de serviços públicos.

Alguns autores sugerem que se Deus fez as mulheres com períodos férteis e não férteis é porque não deseja que as mulheres tenham muitos filhos. Portanto, é favorável ao método natural que utiliza esse mesmo princípio. E ainda pondera: “É preciso ter sabedoria para ter filhos e é preciso sabedoria para não ter filhos” (LIMA, 1986. p. 167).

Quem é mãe conhece de perto “a dor e a delícia de ser o que é”. Envolve alegria, mas, sobretudo, responsabilidade, entrega emocional, dedicação, enfim, criação. Em nossa opinião, seria uma irresponsabilidade das igrejas em geral, não apenas evangélicas, proibir o uso de qualquer método contraceptivo, principalmente, diante de um público de mulheres, as quais, não podemos esquecer, se encontram privadas da possibilidade de cuidarem de seus filhos. A maioria delas tem filhos, e algumas sequer tem conhecimento de onde eles se localizam nesse momento em que estão presas. Assim, vimos que há uma divergência entre as entrevistadas acerca da proibição, mas algumas afirmaram serem favoráveis ao seu uso, bem como a Igreja: “sou a favor e a igreja também é” (Detenta 11).

4- Aborto

A legislação brasileira proíbe o aborto, o qual é considerado crime, exceto em casos de gravidez resultante de estupro, risco de vida para a gestante ou em caso de anencefalia (quando o feto não forma o cérebro), de acordo com decisão recente e de grande repercussão do Supremo Tribunal Federal. Mesmo nos casos de gravidez indesejada há uma divergência de opiniões entre as igrejas pentecostais:

Tem se dito que a mulher não tem o direito de tirar uma vida, ou seja, matar o que está dentro dela, uma vez que o direito de dar ou tirar a vida pertence a Deus. Essa afirmação é altamente discutível, porque embora Deus seja o autor da vida do ponto de vista genérico, a vida de um ser particular se deve àquele e àquela que o gerou. Assim um filho nasce pela vontade ou pela ação dos seus pais, através da relação sexual, e não da vontade direta de Deus. Todos os seres estão programados biologicamente para gerar outros seres; isto vai depender do seu desejo e da sua vontade. (“Editorial”, Folha Universal, ano V, n. 283, 7 a 13/9/97)

Há dois aspectos muito importantes a serem considerados nessa questão [PL/20]: o moralismo católico e o machismo da nossa sociedade. O moralismo católico peca contra sua própria natureza, uma vez que a ‘Santa Madre’ defende tão ardorosamente a concepção a qualquer preço, custo e risco, e, no entanto proíbe seus sacerdotes e freiras de constituírem famílias. Não teriam eles também o direito de gerar vidas? Em segundo lugar, entra a questão do machismo brasileiro. Se os beneficiários dessa lei da obrigatoriedade fossem os homens, haveria tanta discussão para aprová-la? O que se tem observado ao longo do tempo é que a mulher, no Brasil, sempre foi discriminada, principalmente porque as leis ficam a critério dos homens que as fazem sem levar em consideração o referencial feminino. Existe ainda uma indiferença subliminar que desrespeita, entre outras coisas a própria fragilidade física da mulher além de mutilar sua individualidade como cidadã (Editorial, Folha Universal, ano V, n. 283, 7 a 13/9/97, p. 3A).

Percebe-se que, por se tratar de uma questão de saúde pública, envolve, também, interesse político por parte de alguns seguimentos religiosos, que, inclusive, atuam no cenário político nacional, mormente, os evangélicos, com grande representatividade nesse contexto. Assim, sempre que o assunto “aborto” vem à tona há uma grande comoção das mais diversas esferas religiosas. Entendemos que as principais afetadas com a proibição são as mulheres carentes, as quais são levadas, muitas vezes, a buscar métodos que colocam em risco sua saúde e até mesmo sua vida.

Entre as detentas, todas as entrevistadas se posicionaram contrariamente ao aborto e afirmaram que a Igreja é recorrente em abordar o assunto e proibir de maneira enfática:

[...] a igreja fala que é pecado, que não é certo. Eu também acho isso. (Detenta 9).

[...] também não pode de jeito nenhum. Os espíritas sabem que não pode né? (Detenta 10).

[...] é pecado, uma coisa horrível tirar a vida de um inocente. (Detenta 11).
Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Analisando esses trechos, vemos que a detenta 9 afirma que a igreja fala que é pecado, e ela também concorda que seja. A detenta 10 disse que não pode de jeito nenhum e a detenta 11 disse que é uma coisa horrível.

5- Sexo Extraconjugal

A maioria das Igrejas cristãs trata a sexualidade como um tabu, algo carregado de culpa.

Foi a partir da danação dos nossos pais primeiros que essa desgraça começou. Parecia-lhe que o casamento, a relação sexual e o Paraíso eram tão incompatíveis como o Paraíso e a Morte. Desse modo, a sexualidade permanecia como o indicador da queda do homem, do seu triste declínio da anterior situação angelical, fazendo com que deslizesse para baixo, para a natureza física, e desta para a sepultura. Está certo que os casais deveriam preocupar-se em gerar filhos, mas que o fizessem conscientes de estavam cometendo um ato de rebaixamento. Era algo necessário, mas humilhante, que deveria ser praticado sob os acordes de uma intensa melancolia. (BROWN, 1990).

Esse dogma é seguido também pelas Igrejas Evangélicas e a maioria das detentas entrevistadas afirmou que o sexo extraconjugal é pecado, é abominável:

É pecado. Até sexo entre quem não é casado na igreja e no papel é pecado. (Detenta 9).

Diz que é abominável. A 'universal' é a que mais fala, eles frisam muito principalmente em relação a bigamia. Eles são totalmente contra. Mas eu faço, não sou casada e preciso me satisfazer de alguma fora. (Detenta 10).

Não, aí não pode, é bíblico que não pode, se você morar junto não pode, imagine. Até masturbação é pecado pra Deus. Mas eu me masturbava pelo telefone falando com meu namorado que estava preso. Desculpe tá te dizendo isso. (Detenta 11).
FONTE: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Percebe-se, assim, que a sexualidade é uma questão controversa para as detentas convertidas, pois embora a maioria delas acredite que se trata de pecado, algo reprovável, elas praticam sexo extraconjugal, ou pelo menos, gostariam de praticar, logo, podemos perceber que a questão da sexualidade é categorizada por elas como esfera privada, cujo comportamento não estaria dentro da esfera religiosa. As escolhas e oportunidades existentes no cárcere são diminutas e mesmo que vão de encontro ao que prega à religião

por elas aceita, isso não denigre seu comportamento perante Deus, de acordo com o que algumas delas afirmaram.

Assim, mais uma vez elas se dão ao direito de bricolar e absorvem da religião aquilo que lhes traz sentido de vida, fortificação espiritual, acolhimento social, mas desprezam aquilo que não lhes é interessante seguir e cumprir. Por sua vez, aquelas que não mantêm relação sexual no cárcere, seja por falta de oportunidade, por não terem ninguém que as visite, enfim, se queixaram muito e disseram afetar seu comportamento: “Sinto falta sim de me relacionar, é normal do ser humano né? Além do que eu tinha marido antes de ser presa, mas ele nunca me visitou, mandou dizer que tem vergonha de mim”. (Detenta 11. FONTE: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013).

Ademais, a imposição da abstinência sexual contraria a finalidade ressocializadora da pena privativa de liberdade, já que é impossível pretender a readaptação social da pessoa e, ao mesmo tempo, reprimir uma de suas expressões mais valiosas. Por outro lado, viola-se um princípio fundamental do direito penal: a personalidade da pena, visto que, quando se priva o recluso de suas relações sexuais normais, castiga-se também o parceiro inocente (BITENCOURT, 2004, p. 220). Todavia, ainda há grande dificuldade para reconhecer o direito da mulher sobre o próprio corpo, seus direitos sexuais e reprodutivos na sociedade em geral. A dificuldade é ainda mais grave para as presas (LIMA, 2006, p. 15)

Algumas das entrevistadas chegaram a manifestar insatisfação e dizer que sente que há uma discriminação em relação às mulheres encarceradas, pois, na sua visão, nos presídios masculinos o acesso ao sexo, à visita íntima é mais facilitado:

Aqui é uma dificuldade pra conseguir fazer a carteirinha pra visita íntima. Mas, lá no masculino é tudo muito mais fácil, é só querer que consegue sexo, ouvi falar que tem até prostituição lá dentro entre as mulheres parentes dos presos. Tem preso que vende até a filha lá dentro. (Detenta 8).

FONTE: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Isso se coaduna com o pensamento de diversos pesquisadores do tema: na prisão, homens e mulheres formam sistemas sociais distintos e são socializados de maneira diferente, havendo uma maior incidência de objetivos moralizadores nas mulheres presas, para que estas assumam valores de passividade e submissão (ROSTAINING apud ESPINOZA, 2004, p. 81), retomando o papel de esperado pela sociedade, de esposas e mães exemplares, dedicadas às suas famílias e aos homens:

Assim, são submetidas, na condição de mulheres presas, a uma norma que vincula sua sexualidade ao casamento ou laços comprovados de conjugalidade com o parceiro, o que pode excluir as mulheres que, mesmo possuindo companheiros e/ou namorados, não podem usufruir desse direito (LIMA, 2006, p. 57).

Acrescente-se a esses fatores, a questão moral imposta pela Igreja e seguida por algumas delas, no sentido de que o sexo extraconjugal é pecado. Entretanto, prevalece entre as pesquisadas o entendimento de que, apesar de conhecedoras do discurso religioso de proibição do sexo extraconjugal, elas discordam e entendem que se trata de um assunto particular, fora da esfera religiosa.

7 - Homossexualismo

Ainda dentro da questão da sexualidade, e partindo da perspectiva de que, em geral, a religião evangélica procura dominar a esfera privada das pessoas, pois “dominar o espaço mais íntimo da pessoa pressupõe dominá-la por inteiro” (MORANO, 2003, p. 21). Nesse ponto, foram muito interessantes as entrevistas e tivemos a oportunidade de entrevistar uma homossexual assumida e que mantém um relacionamento estável com uma mulher que também está presa, o que enriqueceu a nossa pesquisa:

Sou homossexual desde os doze anos. Conheci essa namorada minha aqui. Eu era casada na rua, mas como ela está na Bahia fica inviável. E também ela é de menor e não poderia entrar aqui.

A direção não dificulta os encontros homossexuais, dá acessibilidade pra gente não se sentir tão rejeitada. Mas, ninguém aqui é coitadinha, todo mundo está aqui porque fez alguma coisa. (Detenta 10).

FONTE: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Entretanto, essa detenta 10 afirmou ainda que é alvo de perseguições por parte das detentas evangélicas que condenam o homossexualismo e relatou que a Igreja também é contra e que, inclusive, constantemente fala sobre esse assunto e tenta “salvar” as homossexuais dessa “vida pecaminosa”. Relatou ainda que a Igreja tenta dificultar os encontros entre as lésbicas:

Quando eu estava presa na delegacia mandei uma carta para minha ex-mulher e essa carta não chegou. E quando ela foi presa ela disse que o pastor falou ‘olhe, vocês que tem suas namoradas, não mandem carta que eu não entrego’. Já de marido pra esposa eles entregam. Acho discriminação. (Detenta 10)

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Essa entrevistada, detenta 10, foi das que mais manifestou indignação diante do tratamento diferenciado que é dado a homens e mulheres presas: “Eu não entendo, a gente que mulher estamos sendo penalizadas, é quem mais sofre. Aqui para sair um alvará é um sacrifício. Lá no masculino todo dia um é solto.” (Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013).

As demais entrevistadas declararam que a Igreja combate veementemente o homossexualismo, que abordam esse tema com frequência, e afirmaram que é algo abominável que é “coisa do Diabo”:

Ai, meu Deus, a igreja fala muito sobre isso, bate nessa tecla direto, se fala, fala que é abominação. (Detenta 9).

É coisa do Diabo, tem umas aqui dentro que é impressionante, deixam o marido, os filhos pra ficar com mulher aqui dentro. Na bíblia diz que o ser homossexual é abominável pra Deus. Eu penso, eu acho que é espiritual, é incrível como as pessoas se apaixonam do nada. A igreja fala que não é coisa de Deus. Tem pessoas que ora a Deus e é, eu digo, como é que pode procurar isso? Mas entenda, tem delas que nasceu assim, mas tem delas que é safadeza. Eu acho que é coisa do inimigo. (Detenta 11).

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

A etiologia das práticas homossexuais, que, nos ambientes carcerários, também envolve a busca de afeto em face de tantas violências e privações, é ponto a ser destacado na análise, uma vez que amplia o espectro de elementos a serem inseridos no enfoque da questão.

Existe um modelo de comportamento apontado por algumas detentas convertidas que deve ser seguido, ou seja, elas passam a apresentar um comportamento diferente, passam a ser mais amáveis, companheiras, procuram ajudar, falam mansamente, não se revoltam, não xingam, não possuem vícios, não fumam, não são vaidosas, são humildes, uniforme sempre limpo, oram com frequência, lêem a Bíblia, se arrependem dos seus crimes e pecados, não revidam agressões, respeitam a instituição e a Direção, são obedientes, subservientes.

No contexto extramuros, na contemporaneidade, essa dicotomia “crentes” *versus* “não crentes” já não é tão visível, principalmente entre os neopentecostais, os quais apresentam como característica a “mundanização” e o abandono das fortes marcas identitárias que acompanharam e de certa forma excluía os “crentes” do mundo a sua volta. Esses traços distintivos se revelavam nas vestimentas, no comportamento doméstico (mãe e pai exemplares), no abandono do alcoolismo e do tabagismo, na aversão a farras:

Era possível, em qualquer circunstância, distinguir um **crente** de um **não crente**, os primeiros, sempre em grupo, quase uniformizados, passavam impávidos pelos caminhos e ruelas das periferias urbanas, traçando uma linha reta entre a igreja e suas casas, distantes do cenário corrompido que os cercava. Hoje, crentes e não crentes possuem muito mais coisas em comum: falam no interior da Igreja Universal dos antigos santos que lhes pertenciam na macumba, discutem sobre os efeitos da feitiçaria, alguns se dizem evangélicos embora «não freqüentem» porque preferem tomar uma cervejinha de vez em quando, outros se entusiasмам com a forma aberta e «sem preconceitos» que as igrejas acolhem os jovens e organizam festas evangélicas com músicas funk convertidas a Jesus. Praticam pequenas magias e entram em possessão - ainda que seguida de exorcismo (BIRMAN, 1996).

Um outro ponto também por nós investigado foram os motivos que levaram as detentas a procurarem a religião dentro do presídio. Vejamos as respostas:

Quando eu fui presa eu me desesperei e o espírito santo me consolou. Passei a orar mais, a ler mais a palavra. Foi aqui que eu me apeguei mais a palavra. Agora mesmo quando a senhor chegou eu estava lendo o Salmo 39. (Detenta 9).

Aqui eu me aproximei mais da religião, aprendi a ler a bíblia todos os dias, antes eu tinha uma trava, mas aqui eu aprendi. (Detenta 10).

O objetivo do Evangelho é mudar as pessoas pra que venham viver em paz. Quantas pessoas eram da droga e hoje servem a Deus? Ex-presidiária é muito perseguida e a religião ajuda a aliviar o que as pessoas pensa da gente. Deus alivia nosso processo lá fora. Deus pode até influenciar na decisão do juiz. Os dons que Deus me deu aqui dentro, hoje eu sei até decifrar sonho. (Detenta 11)

Sem procurar a Deus aqui não tem quem agente. É muito sofrimento, ficar longe dos filhos, sem saber o dia que vai sair daqui. Procure a religião para me ajudar a suportar o dia a dia aqui. (Detenta 4).

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 20 de maio de 2012 e em 23 de abril de 2013.

Em observação *in loco* e assistindo a alguns cultos evangélicos (os quais ocorrem todas às segundas e quartas-feiras, das 14h as 16h) e a algumas missas (as quais ocorrem às terças-feiras, das 14h as 16h) e chegamos a algumas conclusões:

- às sextas feiras, que é o dia de visita, o aparelho de TV que fica localizado na recepção do presídio, transmite programa evangélico durante toda a manhã. Segundo, a Direção, é escolha das detentas;

- existem regras impostas pela Direção do Presídio, conforme exposto acima, as quais são estabelecidas através do documento “Normas e Procedimentos para os Grupos Evangelizadores” (em apenso), até porque não podemos esquecer de que estamos em um

estabelecimento penal. Vale salientar que existe uma Resolução do Conselho Penitenciário Nacional que proíbe que os evangelizadores sejam submetidos a revista íntima, bem como a cobrança de dízimos nas prisões;

- em regra, as presas frequentam aos cultos de todas as denominações evangélicas, bem como as missas católicas, entretanto, há um número menor de participantes nas missas;

- durante os cultos, os pastores se utilizam muito de louvores, músicas religiosas, há receptividade pelas presas, que participam de maneira veemente e cantam, louvam. Em suas pregações eles dão ênfase a questões morais, rechaçam o homossexualismo, falam muito em arrependimento, perdão divino, acolhimento, chamado divino para a conversão e em liberdade, fazendo muito uso do trocadilho prisão/liberdade, afirmam que aquelas mulheres estão presas pelas grades, mas libertas pelo Senhor:

Só Cristo liberta! Vocês antes estavam soltas nas ruas, se drogando, se prostituindo, vocês estavam presas a coisas mundanas! Ao se converterem ao Evangelho, vocês estarão livres! Vocês serão libertas pelo Evangelho! Aleluia! Glória a Deus! (Pastor 1).

Fonte: culto assistido e transcrito pela autora em 23 de abril de 2013.

Esse discurso é aceito por algumas detentas: “Aqui eu estou presa, mas livre pela palavra do Senhor. Antes eu vivia na droga, na vaidade, no crime, agora me sinto livre”. (Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013).

Acreditamos que a conversão religiosa no contexto prisional constitui um mecanismo utilizado pelas detentas para suportar a dura rotina no Presídio Feminino Sergipano, minimizar os efeitos do processo de deterioração da identidade, também chamado por Goffman, processo de mortificação do eu. Instituições tais como as prisões são “estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”. Esclarecendo melhor, os mecanismos de mortificação dar-se-iam através da perda da autonomia para realizar atos que, noutra situação, seriam considerados banais, como solicitações para entrar e sair de determinado ambiente, as presas não podem transitar livremente, tem que aguardar as agentes prisionais liberarem seu trânsito, aguardar que abram as grades, somente algumas ficam soltas e realizam a limpeza do ambiente, e, pelo que pudemos perceber, essa é uma espécie de prêmio oferecido àquelas que adquirem a confiança da Direção; a obrigatoriedade de utilizar determinadas expressões de deferência, elas tem que se dirigir aos funcionários utilizando o termo “senhor (a)”; a atribuição de apelidos, algumas passam a ser conhecidas por apelidos atribuídos lá dentro, dentre os quais, baiana, macumbeira, queridinha; a adoção e proibição de determinadas posturas corporais,

elas não podem se tocar, se beijar na presença de outras pessoas; a investigação da trajetória pessoal e a divulgação da mesma para o corpo técnico, todas possuem uma ficha de antecedentes, que é analisada pela instituição. E ainda:

Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado (GOFFMAN, 1992).

Esse processo de mortificação do eu

[...] corresponde à contínua mutilação da identidade do indivíduo quando este se depara com a homogeneização subjacente aos mecanismos disciplinares, seja pelo fato de o sistema institucional submeter o interno a diversos procedimentos que deterioram a identificação do sujeito com seus antigos papéis sociais; seja pela transformação do interno em objeto – dada especialmente pela perda das posses relativas à identidade, como o nome e as roupas. Ambas se processam em razão do princípio da impessoalidade, premissa da lógica de burocratização (VIZEU, 2005, p.06).

A partir de observações *in loco*, constatamos que ao chegar a instituição a detenta é submetida a um ritual de boas vindas: a roupa que trajava é retirada e substituída por uma farda composta por camisa branca onde consta o nome “**INTERNO**”, bermuda laranja e sandálias brancas, todos os seus pertences (documentos, dinheiro, brincos, etc) são apreendidos e elas passam a serem tratadas com impessoalidade, seguindo o processo de burocratização acima mencionado.

Um ponto que nos chamou a atenção foi o fato de que as presas são obrigadas a utilizar um uniforme masculinizado e na camisa tem escrito “**INTERNO**”, isso mesmo, no masculino, o que, acreditamos, é discriminatório. Trata-se de uma mulher, usando uniforme de homem, segregada não só da sua liberdade, mas do direito de ser mulher, de ter vaidade, de cuidar de seus filhos, do seu lar. Percebe-se, então, que os efeitos deletérios do encarceramento vão muito além da segregação do direito constitucional de “ir e vir”, ou liberdade ambulatoria, sendo que Espinoza destaca que “a prisão é uma instituição de seqüestros, não só da liberdade, mas sobretudo da voz, identidade, dignidade, da condição de sujeitos e cidadãos, com o que concordamos plenamente.” (ESPINOZA, 2004). Há uma deterioração da identidade, a começar pelo “ritual de boas vindas” que destacamos acima. Alguns presos chegaram a me pedir para fingir ser advogada deles porque isso poderia evitar

que eles fossem submetidos a torturas ou outro tipo de tratamento degradante. E, ainda, há quem diga que os direitos humanos são direitos de bandido.

Assim, podemos apontar como principais processos de mutilação da identidade do indivíduo:

[...] despojamento do papel, isto é, a impossibilidade de desempenhar todos os papéis que lhe eram disponibilizados na sociedade mais ampla; desfiguração pessoal provocada pela destituição de todos seus pertences e a sua substituição por outros que são padronizados e uniformes; indignidades físicas e morais impostas pelo padrão de deferência exigido e pela obrigação de participar de atividades muitas vezes incompatíveis com sua concepção de “eu”; por último, a exposição contaminadora provocada pela perda da privacidade e pela imposição de relações sociais e de contato contínuo com pessoas com as quais nem sempre se tem afinidade. Contudo, diferentemente do que parece à primeira vista, a caracterização da instituição total não significa a absoluta submissão do indivíduo preso a todos os processos de destruição da identidade apontados anteriormente. O funcionamento de uma instituição como a prisão, deve ser entendido a partir do que Goffman chama de ajustamentos secundários, que são ações empregadas por indivíduos submetidos a uma instituição total que têm como objetivo driblar as restrições impostas pela administração prisional, permitindo que o mesmo escape daquilo que a organização define para ele. São, portanto, formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e da identidade que a instituição prisional lhe impõe. (DIAS, 2006).

Dito isso, nos propomos a refletir acerca da importância da religião como uma alternativa para as detentas na tentativa de resgate a sua identidade e para ajudá-las a suportar a rotina maçante do cárcere, mormente diante da ausência de atividades promovidas pela instituição e da omissão estatal em relação a essas pessoas segregadas do convívio social. Ou seja, a religião é vista por muitos autores como estratégia de sobrevivência, pois, representa a possibilidade de inserção em redes sociais novas, além de revalorizar a personalidade da convertida. A respeito dessa postura, posiciona-se Erving Goffman (1990, p. 62 apud CHIES, 2008):

Isso inclui uma combinação um pouco oportunista de ajustamentos secundários, conversão, colonização e lealdade ao grupo de internados, de forma que a pessoa terá, nas circunstâncias específicas, uma possibilidade máxima de não sofrer física ou psicologicamente. [...] Os internados que “se viram” subordinam os contatos com seus companheiros ao objetivo mais elevado de “não ter encrencas”.

Assim, é possível afirmar que elas procuraram a religião como um mecanismo de combate a grande pressão psicológica a que são submetidas no cárcere, tais como ansiedade, depressão (algumas entrevistadas afirmaram terem sido diagnosticadas e fazem uso de medicamentos), falta de perspectivas, falta de notícias de entes queridos, tudo isso gera sequelas também no psicológico dessas detentas, o que foi constatado em diversos

momentos nas entrevistas já realizadas. A adaptação que ocorre ao longo da reclusão é uma maneira de incorporar novos costumes, maneiras de falar e agir, sentimentos que permitam a sobrevivência na instituição total. Muito do que antes existia é então perdido, inicia-se o processo de mortificação do eu, suprimindo as próprias concepções para permitir uma reorganização e reestruturação pessoal. Este processo que é observado nas penitenciárias é comparado ao que ocorre àquele que adoece e é hospitalizado (1990, p. 72).

Das oito detentas entrevistadas até agora, todas choraram, se emocionaram, demonstraram preocupação com os parentes que estão aqui fora, principalmente os filhos, algumas afirmaram fazer uso de medicação para conseguir dormir e que a conversão foi uma maneira encontrada para suportar esse sofrimento. Vejamos trechos de algumas entrevistas:

Tive depressão de ir pro hospício, um ataque de pânico logo que cheguei aqui. Gritava sem parar e não dormia. *Comecei a gritar pelo rei da glória....*me davam injeção e me jogavam na cela fria, só Jesus teve pena de mim...*se pegar com Deus para suportar as tentações de suicídio...sinto muito ódio, rancor e a religião ajuda a acalmar* (Detenta 3 - grifos nossos).

Depois de dois, três meses na prisão *entra numa depressão que quase morre*, não come, não dorme, não consegue fazer nada, só chorar, chorar, chorar...*a religião ajuda bastante, entra numa depressão que se não fosse a igreja não se levanta.* (Detenta 5 – grifos nossos)

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 19 de abril de 2012.

Tudo isso só ratifica o que Goffman afirmou acerca dessas instituições: “[...] toda instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto, em que aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes. Essa atividade pode ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu” (GOFFMAN, p. 66). A religião poderia ser vista como uma dessas “pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes” e que ajudaria nesse processo.

É no grupo religioso que o preso evangélico encontra as bases sobre as quais lhe é possível sustentar essa identidade recém assumida, que tem na doutrina pentecostal seus elementos constituintes. O grupo religioso oferece a esse indivíduo a possibilidade de se sentir parte integrante de uma comunidade, de estabelecer laços sociais que o vincule novamente à sociedade e que dê sentido à sua pertença social (DIAS, 2006, p. 37).

A religião sempre respondeu, desde o início, à incapacidade que os homens têm de aceitar aquilo que, inapropriadamente, se denominou ‘transcendência’, isto é, de aceitar o Caos e aceitá-lo enquanto Caos, de enfrentar, de pé, o Abismo [...] Por meio do sagrado, o Abismo é supostamente circunscrito, localizado, e tornar-se como que presente na vida social ‘imaneente’. A religião dá nome ao inominável, representação ao irrepresentável, lugar ao não localizável. [...] A religião é, por excelência, a apresentação/ocultação do Caos. (CASTORIADIS, 1987).

Dito de outro modo, a religião sacraliza o inexplicável, o incompreensível. A origem o homem está em Deus, seu destino não lhe pertence, mas a Deus. Isso é muito presente na fala das presas, a maioria atribui a Deus, chegam até a agradecer a Deus por estarem presas, dizem que isso faz parte dos Seus desígnios, tendo uma delas afirmado que se não fosse Deus e a prisão, ela não teria escrito um livro nesse período de encarceramento: “Foi Deus que quis que eu viesse parar aqui, quando eu cheguei aqui eu estava pesando 40kg, por causa do crack, aqui eu me libertei, até escrevi um livro, quando eu ia escrever livro lá fora?” (Detenta 9. Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013).

Acrescente-se ainda, que, diante das diminutas possibilidades de interação social presentes numa instituição como um presídio, onde se convive com um número reduzido de pessoas, convivência essa forçada e diária, além do despojamento de papéis outrora desempenhado extra muros, o índice de conversões é potencializado perante esse contexto.

As interações no cárcere, mesmo feminino, se reproduzem pela regra do medo, ou seja, a doutrina de prêmios e castigos é reconstruída na sua versão mais perversa, visto que não se apela ao estímulo, mas à coerção, para produzir alterações na conduta das pessoas. A disciplina converte-se então em mecanismo justificado para o incremento do sofrimento. (ESPINOZA, 2004, p. 148).

Logo, apontamos como terceira e última hipótese a existência condições sociais peculiares ao presídio feminino que maximizam os índices de conversão à religião neopentecostal especificamente. A partir da análise de entrevistas já realizadas, constatamos **a possibilidade da existência de condições específicas ao contexto prisional que levariam as detentas a se converterem, dentre as quais podemos destacar: o abandono, a solidão, a ociosidade, necessidade de dotar suas vidas de um novo sentido.**

Acreditamos que uma parcela das detentas convertidas se encaixa na figura do “peregrino”, apresentada por Hervieu-Léger, a qual aponta algumas nuances que o distingue do praticante:

A figura do PRATICANTE	A figura do PEREGRINO
Prática obrigatória	Prática voluntária
Prática regida pela instituição	Prática autônoma
Prática fixa	Prática variável
Prática comunitária	Prática individual
Prática territorializada (estável)	Prática móvel
Prática repetida (ordinária)	Prática excepcional (extraordinária)

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da obra da autora Hervieu-Léger, O peregrino e o convertido: a religião em movimento, 2005.

Para Hervieu-Léger, o praticante se conforma a disposições fixas, que têm, por isso, um caráter de obrigação para todos os fiéis. Por seu turno, a prática peregrina é voluntária e pessoal e implica uma opção individual que mantém a primazia mesmo no caso em que a atividade assume a forma coletiva. Portanto, tal prática é facultativa, isto é, depende da escolha pessoal. (HERVIEU-LÈGER, 2005, p. 98). Já o praticante depende de alguns atributos que o caracterizam, como, por exemplo a prática obrigatória e fixa, ao passo que a prática peregrina é variável, permite dedicação subjetiva diferenciada. Para ilustrar bem essa afirmação, a autora apresenta um exemplo muito significativo: durante a missa, pode-se ficar distraído, esquecer do altar e pensar em outra coisa, o fato de ir para a igreja todos os domingos de manhã que caracteriza o praticante e o define como tal aos olhos dos outros. Ou seja, essa pessoa será considerada praticante, mesmo não havendo um envolvimento com um ritual marcante dessa religião. (HERVIEU-LÈGER, 2005, p. 98).

Essa observação da autora nos pôs a refletir acerca de um ponto importante: algumas detentas, apesar de se declararem evangélicas, frequentam várias ou até mesmo todas as denominações religiosas e uma delas, em especial, afirmou que não frequenta nenhum culto, entretanto, declarou ser evangélica, afirmou que realiza orações, prega a palavra entre as demais, tendo alegado que o que a impossibilita de frequentar os cultos é o trabalho exercido no presídio:

Qual a sua religião? Evangélica. Mas, eu não frequento os cultos da semana porque trabalho muito de cinco horas da manhã até seis horas da noite, por que quero a remição. Mas eu tenho o meu Deus que eu creio, leio a Bíblia todos os dias, estudo a palavra do senhor e tento passar para minhas companheiras de prisão. Faço rodas de oração, prego a palavra e elas sempre vem me pedir conselho. (Detenta 3).

Fonte: entrevista realizada pela autora em 20 de maio de 2012.

Percebe-se que, apesar de não participar dos cultos, o que, em tese, é exigido daqueles que são considerados praticantes, a entrevistada se considera evangélica, a seu modo, numa espécie de religião “*a la carte*”, para utilizar um termo de Hervieu-Léger, podendo ser considerada uma peregrina, pois sua prática é voluntária, autônoma, individual, móvel:

O que significa, portanto, para essas pessoas, familiares dessas mulheres, tal modalidade de aproximação com o campo evangélico? Tudo indica que existe nelas uma recusa bastante forte da identidade dominante do crente no pentecostalismo tradicional. Não querem abandonar a bebida, não querem deixar a cerveja, a festa, o short, a praia, como muitos chegam a explicitar, mas se mostram sensíveis aos serviços mágicos e rituais que lhes são oferecidos. Aceitam ir na igreja em casos de crise e em alguns casos chegam a frequentá-la com regularidade, assumindo por algum tempo a condição de membros conversos. Além disso, se consideram protegidos pela ação ritual daqueles que, na família, são da igreja. E dessa forma, embora não se considerem crentes, passam a pertencer a esse campo do Bem, (será que algum dia se imaginaram fora dele?) no que seria um grau menor mas, nem por isso, menos valorizado. O contexto identitário, no entanto, mostra-se atravessado por uma certa ambiguidade: - não é da igreja mas frequenta, não frequenta mas usa óleo ungido com regularidade, não confia no pastor mas acredita que foi lá que conseguiu tirar um exu da sua cabeça. Em suma, chegamos aqui a um quadro marcado pela ambigüidade no interior de uma tradição religiosa que sempre foi zelosamente construída como unívoca e excludente. (BIRMAN, 1996).

Por outro lado, também podemos encontrar entre as pesquisadas a tríplice figura do convertido, apresentada por Hervieu-Léger como o fio condutor para uma descrição da paisagem móvel de nossa modernidade religiosa: primeiro, o indivíduo que muda de religião, seja porque rejeita expressamente uma identidade religiosa herdada e assumida para adotar uma nova, seja porque abandona uma identidade religiosa imposta, mas à qual nunca havia aderido, para adotar uma nova; segundo, aquele que abraça voluntariamente uma religião, ou seja, aquele indivíduo que nunca pertenceu a qualquer tradição religiosa e descobre a partir de um caminho pessoal aquela na qual se reconhece e à qual decide finalmente integrar-se; por fim, aquele que (re)descobre sua religião de origem, também chamado de re-afiliado ou convertido de dentro, que aquele que redescobre uma identidade religiosa que permanecera até então formal, ou vivida a mínima, de maneira puramente conformista. Para exemplificar esse último caso a autora aponta o caso dos movimentos de renovação – do tipo neopentecostal e carismático – que oferece a seus membros as condições comunitárias de uma experiência religiosa pessoal e fortemente emocional.

Para a autora, o convertido é a figura modelo do crente. A conversão é associada mais estreitamente do que nunca à ideia de uma intensidade de engajamento religioso que confirma a autenticidade da escolha pessoal do indivíduo. Converte-se é, e princípio, abraçar uma identidade religiosa em sua integralidade. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 131).

Confrontando esse conceito de conversão, com a realidade do nosso objeto empírico, e, ao analisarmos os motivos apontados pelas detentas que as levaram a procurar a religião, a se converterem dentro do presídio, concluímos que a conversão pode ser considerada como

um ato individual, mesmo dentro do contexto prisional, uma vez que ocasionada a partir de diferentes motivações:

Quando eu fui presa eu me desesperei e o espírito santo me consolou. Passei a orar mais, a ler mais a palavra. Foi aqui que eu me apeguei mais a palavra. Agora mesmo quando a senhor chegou eu estava lendo o Salmo 39. (Detenta 9).

Aqui eu me aproximei mais da religião, aprendi a ler a bíblia todos os dias, antes eu tinha uma trava, mas aqui eu aprendi. (Detenta 10).

O objetivo do Evangelho é mudar as pessoas pra que venham viver em paz. Quantas pessoas eram da droga e hoje servem a Deus? Ex-presidiária é muito perseguida e a religião ajuda a aliviar o que as pessoas *pensa* da gente. Deus alivia nosso processo lá fora. Deus pode até influenciar na decisão do juiz. Os dons que Deus me deu aqui dentro, hoje eu sei até decifrar sonho. [...] O que me leva a procurar a religião é pra ser diferente pras pessoas, mostrar que existe gente aqui dentro que é diferente, é de Deus. Acho que as pessoas me vê de uma maneira melhor. (Detenta 11).

Sem procurar a Deus aqui não tem quem aguento. É muito sofrimento, ficar longe dos filhos, sem saber o dia que vai sair daqui. Procure a religião para me ajudar a suportar o dia a dia aqui. (Detenta 4).

Eu fiz um exame e deu HPV positivo e eu me desesperei e o espírito santo me consolou. Passei a orar mais, a ler mais a palavra. Foi aqui que eu me apeguei mais a palavra. Agora mesmo eu estava lendo o Salmo 39. (Detenta 9).

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de abril de 2013.

Percebe-se que são invocados motivos pessoais e, muitas vezes, peculiares ao presídio, como argumentos utilizados pelas detentas que as motivaram a se converter. De acordo com a fala da detenta 9, o que a levou a procurar a religião no presídio foi a constatação de que estava com uma doença; já a detenta 10 afirma que passou a dispor de mais tempo para se dedicar às leituras religiosas e a refletir sobre a importância da religião, o que, segundo ela, muitas vezes, não acontece quando estamos livres e diante dos afazeres do dia-a-dia. Por outro lado, a detenta 11 fundamenta sua conversão num motivo muito peculiar, qual seja, a tentativa de parecer diferente para as pessoas, “mostrar que é de Deus”, ela disse que acredita que as pessoas passam a vê-la de uma maneira melhor em decorrência da conversão: “ex-presidiária é muito perseguida e a religião ajuda a aliviar o que as pessoas pensa da gente”. Esse é um motivo muito ilustrativo daquilo que algumas pesquisas apontam no sentido de que o convertido buscaria a religião não enquanto sentimento sincero, mas para obtenção de benefícios, estariam simulando uma conversão, o que, no jargão popular, é conhecido como “*esconder-se atrás da Bíblia*”. Algumas entrevistadas afirmaram que as detentas não convertidas acusam as convertidas nesse sentido e afirmam:

Sempre tem uma que o cão ‘futuca’ e fica dizendo: veio pra cadeia agora é crente, tá com a bíblia na mão, mas as que quer mudar muda mesmo. (Detenta 9).

Uma vez teve um incidente aqui fora, tavam queimando mato aí fora e disseram que era eu que estava fazendo macumba. Eu fiquei retada, e saí de cela em cela ‘rodando a baiana’, como só a baiana sabe fazer. Até elas evangélicas e autocriticam, elas falam: como é que você não está lendo a bíblia? E tem que ler de joelhos, senão não vale. (Detenta 7).

Fonte: entrevistas realizadas pela autora em 23 de maio de 2013.

Entretanto, não é objetivo dessa pesquisa demonstrar a sinceridade ou falsidade da conversão, até porque isso não seria possível sociologicamente. Acreditamos apenas que existe um comportamento de fachada, através do qual a detenta, tenta passar uma imagem de que está arrependida, de que é uma pessoa melhor agora, após a conversão. Segundo Goffman, fachada é a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa, cuja finalidade é definir a situação para quem observa a representação, ou seja, é o recurso expressivo padronizado, que pode ser intencional ou inconscientemente, empregado pelo indivíduo durante sua representação (GOFFMAN, 1988, p. 23). A todo tempo, elas tentam nos “seduzir”, no sentido de nos tentar nos convencer de que não são criminosas, de que erraram porque estavam passando por dificuldades, mas que agora estariam regeneradas.

Percebemos que a conversão não se dá apenas por predisposições desses sujeitos, mas, sobretudo existem elementos contextuais que as estimula. Assim, entendemos que o conceito de conversão como escolha individual é apropriado para a realidade do estabelecimento penal ora investigado. Entretanto, não acreditamos que se trata de um ato de autonomia do sujeito crente, na essência do termo, pois constatamos a existência de condições sociais peculiares ao presídio que maximizam o índice de conversão nesse contexto.

Notamos que é recorrente na fala das detentas motivos específicos peculiares à situação que estão vivenciando no contexto intramuros para a busca da religião. Um desses motivos é o fato de algumas delas se sentirem *abandonadas* por seus parentes. O sentimento de abandono é citado por quase a totalidade das entrevistadas, a maioria chorou ao ser indagada se sentiam abandonadas e afirmaram procurar religião como refúgio para a alma, na tentativa de amenizar essa sensação de abandono: “Me sinto abandonada, mas o que me ajuda é saber que Deus nunca me abandona” (Detenta 9); “Tenho minha mãe que é muito boa pra mim. E primeiramente tenho a Deus, ele não abandona ninguém” (Detenta 10).

Conforme visto anteriormente, apesar da maioria delas se declarar casada (ver quadro de caracteres), muitas nunca receberam visitas de seu marido, seja porque ele também se encontra preso em outra instituição, ou por outro motivo que não sabem ao certo especificar, mas a verdade é que, em regra, elas não recebem visitas, muito menos visitas íntimas, o que pode até ser apontado como um dos fatores que levam ao homossexualismo no presídio feminino e que é menos frequente no presídio masculino, constituindo um fator de diferenciação entre as duas instituições.

A *ociosidade* também é apontada como forte motivo para busca da religião, como forma de tentar preencher esse vazio. Muitas delas afirmaram que os piores dias da semana são sábado e domingo por conta de não serem realizados os cultos, nem o trabalho que algumas desenvolvem na costura, o que torna o ócio um drama ainda maior principalmente nesses dias: “Os piores dias são sábado e domingo porque não tem os cultos nem a costura” (Detenta 3).

Sob o prisma das apenadas, e também a partir da análise de outras pesquisas nos contextos prisionais, a principal relevância do trabalho não está associada ao que se vê no contexto extra muros, ou seja, necessidade de se sustentar, qualidade de vida, mas possui um outro significado no presídio, ajuda a “passar o tempo”. O tempo é um dos principais problemas apontados pelas presidiárias, o que ficou demonstrado, inclusive, durante as entrevistas, pois elas não sentiam a menor necessidade em concluí-las, ficavam falando por horas seguidas, e, quando queríamos encerrar, elas diziam, “não tem pressa não, tenho todo o tempo do mundo aqui dentro”. Acrescente-se, ainda, que pela legislação brasileira, mais especificamente a Lei de Execuções Penais, a cada três dias de trabalho perdoa-se um dia da pena, que é o chamado instituto da remição. Mais um motivo para as apenadas desejarem trabalhar. Mas, algumas afirmaram estar com depressão e que não sentem vontade nenhuma de levantar da cama, nem para comer, muito menos para trabalhar, ao que não estão obrigadas, pois, são proibidas penas de trabalhos forçados pela Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, algumas invocaram a *necessidade de dotar suas vidas de um novo sentido*, como motivo que as leva a buscar a religião, pois, esse “sentido” só seria possível de ser alcançado através da religião. Muitas das entrevistadas afirmaram que a religião significa a possibilidade de seguir um rumo diverso do que vinham seguindo antes de se converterem: “Eu confessei o crime que pratiquei por temer ao Deus que eu conheço, preferi me entregar, preferi pagar aqui do que ir pro inferno.” (Detenta 2).

Vale salientar que essa detenta 2 está sendo acusada de ter matado a esposa do seu amante e enterrou o corpo no quintal da sua casa, e ainda sequestrou o filho de um ano do casal e hoje afirma que a religião tem o poder de dotar sua vida de um novo sentido, ou seja, de uma ressignificação.

Ainda de acordo com algumas delas, dentro do presídio teriam recebido um “chamado de Deus”. Vejamos o que afirmou a detenta 6 durante a entrevista: “Eles estavam orando em línguas e achei aquilo tão lindo! Fui assim *prum* canto e o pastor veio e me disse ‘filha Jesus te chama’, aí senti que Deus me chamava. Dobrei de joelhos e comecei a orar.” (Detenta 6).

Por outro lado, a suposta “influência do Diabo” é muito recorrente na fala das detentas, como justificativa invocada para a prática de delitos e, segundo afirmaram algumas delas, a religião as ajuda a permanecer afastadas da tentação do mundo do crime, do Diabo: “O *satanás atenta*, eu tenho que sair preparada daqui porque tenho muita sede de vingança. O *satanás* deixou eu ir roubando e depois cobrou com juros e hoje estou aqui.” (Detenta 5 – grifos nossos).

Essa atitude de atribuir ao “mal” sua *vita anteacta* de delinquência é mencionada por vários pesquisadores dessa área e apontada como estratégia para amenizar a culpa pela suposta prática desses delitos, já que elas teriam sido meros instrumentos das obras demoníacas. O modelo de pregação adotado pelas igrejas neopentecostais possui como uma das características mais marcantes “A GUERRA CONTRA O DIABO”, sendo que os seus líderes religiosos afirmam em tom claro que o sofrimento, o mal, as desgraças que ocorrem na vida de alguém são produtos da influência de um “encosto” e apresentam solução imediata para esses problemas:

A idéia do Mal é que esse provém de seres considerados diabólicos que são capazes de habitar corpo da pessoa e dessa forma provocar uma desordem infinita em todos os seus domínios. Os diabos são identificados com os seres pertencentes ao panteão dos cultos afro-brasileiros. Santos, entidades, espíritos e orixás pertencem a uma esfera considerada maligna cujas fronteiras são dadas pelos cultos de possessão. A apropriação do panteão afro-brasileiro como expressão maior das forças malignas contrárias ao Bem tem efeitos importantes não só do ponto de vista da cosmologia que encerra essa concepção do Mal, mas também do ponto de vista das atividades religiosas desenvolvidas através dessa expressão neopentecostal. De fato, esse trabalho sincrético, que se expressa pela apropriação de princípios vigentes nos cultos de possessão vai produzir consequências interessantes nesses novos cultos pentecostais. O mal é concebido como substantivamente existente: trata-se de entes capazes de incorporar nas pessoas e que, de certo modo, pertencem a elas. (BIRMAN, 1996).

Vejamos um panfleto distribuído pela Igreja Universal do Reino de Deus:

SESSÃO ESPIRITUAL DE DESCARREGO! Se você é vítima de um encosto de vícios, doenças, miséria, separação conjugal, **VENHA RECEBER A LIBERTAÇÃO NA PRECE DO DESCARREGO**, aonde DEUS, que é o pai da luzes, vai iluminar seus caminhos! Você receberá gratuitamente a Rosa do Descarrego. Coloque-a num ambiente onde existe um encosto para que a maldição seja quebrada. Participe também da campanha da arruda contra os maus espíritos na última sexta-feira do mês. Temos a oração de descarrego com arruda, uma oração forte, muito forte para a sua vida. Sexta-feira, às 15 e 19:30 horas. Rua Brasil, 553, centro. Se precisar, ligue para o SOS Espiritual: (43) 344-3557. (Fonte: site da Igreja Universal do Reino de Deus, acesso em 15 de setembro de 2012).

Constatamos que a maioria das entrevistadas fundamenta sua filiação ao neopentecostalismo mormente em razão da necessidade de lutarem contra o mal. Esta se constitui em uma das principais características da pregação das Igrejas neopentecostais, é muito recorrente no discurso das detentas atribuir-se à influência demoníaca o período no qual estas se encontravam “desviadas”, “afastadas da Igreja”, como alguém “fraco na fé”, que “dá lugar” a que “o diabo atue”, ou seja, permeia esse contexto uma exacerbação do tema da “guerra espiritual”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa também teve como objetivo, embora não o principal, contribuir de alguma maneira para que a questão do encarceramento seja repensada, incentivar a aplicação de penas alternativas, demonstrar que as condições sociais, embora não sejam determinantes, são muito significativas na “seleção” daqueles que se envolvem em delitos, e demonstrar as condições a que estão submetidas algumas dessas pessoas submetidas ao cárcere. Com isso, assumimos um “compromisso crítico – para que se minorem “os efeitos perniciosos do confinamento”, conduzem-nos ao reconhecimento de que a prisão

[...] funciona no sentido de aviltar e estigmatizar para sempre os que por ela passam e, na medida em que não se visualiza sua extinção num futuro próximo, há que se lutar para que sua influência se torne menos perniciosa. E, por fim, se alternativas à prisão existem, urge aumentar sua abrangência e exigir sua aplicação (LEMGRUBER, 1999, p. 162).

Os encaminhamentos político-criminais e penitenciários – acaso queiram avançar em sendas de redução das perversidades e de potencialização de práticas humano-dignificantes – se devem dirigir em outro sentido; este, pautado essencialmente na premissa de redução ao máximo das práticas de encarceramento – haja vista os inerentes efeitos perversos das instituições prisionais e o antagonismo destas em relação a qualquer perspectiva de estabelecimento ou reprodução de condições mínimas de sociabilidade saudável –, e no compromisso de respeito (também em seu grau máximo possível) da integridade física e psicossocial dos (as) encarcerados (as), o que implica em se dimensionar os ambientes

prisões às estruturas físicas, dotadas de recursos humanos qualificados, condizentes com a preservação maximizada de identidades e integridades (físicas, psicológicas, morais). (CHIES, 2008).

No que tange à mulher, a prisão apresenta como agravante, o fato de se tratar de um espaço discriminador e opressivo, que se expressa na aberta desigualdade do tratamento que recebe, no sentido diferente que a prisão tem para ela, nas consequências para sua família, na forma como o Judiciário reage em face do desvio feminino e na concepção que a sociedade atribui ao desvio (CASTILHO, 2007, p. 38 apud GARCIA). As encarceradas são privadas não só da sua liberdade ambulatorial, ou seja, do seu direito de ir e vir, mas principalmente, do direito de serem mulheres, elas são mais estigmatizadas do que homens que se encontram em situação semelhante, e, mesmo após alcançarem a liberdade, continuarão marcadas pela cicatriz de “ex-presidiária”.

Considerando todo esse contexto, concluímos que para muitas dessas mulheres, tão profundamente estigmatizadas, a conversão religiosa pode representar uma alternativa para melhorar sua imagem, não só perante a sociedade como um todo, como também perante seus familiares, bem como sua auto imagem, e, com isso, elevar sua auto estima, afinal, segundo uma delas, “posso não ter nada, mas tenho Deus no coração, isso ninguém me tira”.

Concluímos que a conversão ao neopentecostalismo contribuiu significativamente para mudanças no comportamento, no discurso, na maneira de agir, e talvez até de pensar, nos “gostos”, conforme restou demonstrado a partir da análise dos dados colhidos ao longo dessa pesquisa.

Foi muito gratificante a realização dessa pesquisa, não só enquanto profissional, pois fizemos leituras importantes, nos inserimos num universo acadêmico de pensadores ilustres, mas, sobretudo, enquanto ser humano, ao investigarmos pessoas que apesar de tanto sofrimento, demonstram fé em Deus, e, isso, também serviu para estreitarmos nossos laços com o Divino.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, Criminalidade Violenta e Justiça Penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. In: **Revista Estudos Históricos**, v.9, nº 18, 1996. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1478&Itemid=96, acesso em 21 jul 2013.

ANDRADE, Péricles; MENESES, Jonatas. **Censo 2010: antigas questões e novos desafios interpretativos à Sociologia da Religião**. 2013.

BARROSO, Marcela Giorgi. **Mulheres, tráfico de drogas e sua maior vulnerabilidade: série mulher e crime**. Artigo publicado em www.ataualidadesdodireito.com.br, acesso em 06 de Junho de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Buenos Aires: FCE, 2000.

_____. Cadernos Zygmunt Bauman ISSN 2236-4099, v 1, n. 1 (2011), p. 34-67. Jan/2011.

BEAVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Difusão Européia do Livro. 1967.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus Editora, 1985.

BIACHINI, Alice; BARROSO, Marcela Giorgi. Mulheres, tráfico de drogas e sua maior vulnerabilidade: série mulher e crime. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/54/docs/artigo_-_mulheres,_trafico_de_drogas_e_sua_maior_vulnerabilidade.pdf, acesso em 15 jul 2013.

BIRMAN, Patrícia. **Mediação Feminina e identidade pentecostal**. Cadernos Pagu. 1996.

_____. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A dessecularização do mundo. Uma visão global**. In: Religião & Sociedade. Rio de Janeiro: ISER, 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (1989).

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. (1990).

_____. “**Gênese e estrutura do campo religioso**”. In **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. (1992)

_____. **Razões práticas - sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papius. (1996).

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP. (1996b).

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio: Zahar, 1990.

CAMPOS, L. S. **Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopetencostal**. 1997. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, São Paulo, UMES.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **Execução da pena privativa de liberdade para mulheres: a urgência de regime especial**. *Justitia*, São Paulo, n. 64, p. 37-45, jul./dez. 2007.

Disponível

em:http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/25947/execucao_pena_privativa_liberdade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 de abril de 2011.

CASTRO, Miriam Mesquita P.de. “**Ciranda do medo – Controle e dominação no cotidiano da prisão**”. In: *Revista USP no. 9-1.*, p. 57-64, 1991c.

CAROZZI, Maria Julia (1994). “**Tendências no estudo dos novos movimentos religiosos na**

“**América: os últimos 20 anos**”. *BIB*. Rio de Janeiro, 37 : 61-78, 1º semestre.

CERNEKA, Heide Ann. “**Mulheres e crime: construindo novos caminhos à liberdade**”. 2008.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª região penitenciária do Rio Grande do Sul**, 2008. Universidade Católica de Pelotas. Trabalho apresentado na 26.ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro (Bahia), Brasil.

DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. Brasil, 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 03 set. 2012.

- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A Igreja como refúgio e a bíblia como esconderijo**. São Paulo: Ed. Humanitas, 2006.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**; [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.
- FALEIROS Júnior, Roberto Galvão; FREITAS, Marisa Helena D'Arbo Alves de. **Elementos de análise da “cifra negra” na delinquência convencional: uma visão vitimológica**, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a prisão. A microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Estratégia, poder-saber** (Ditos e escritos; IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**- São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 19-131.
- GOFFMAN, Erwin. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara. (1988)
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva. (1992a)
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana** . 5ª ed. Petrópolis, Vozes. (1992b).
- GUEDES, Marcela Ataíde. **Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino**. Brasília, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932006000400004&script=sci_arttext, acesso em 15 jul 2013.
- HERVIEU-LEGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a Religião em Movimento**. Lisboa: Gradiva, 2005.
- ITURRA, Raúl. **“Trabalho de campo e observação participante em Antropologia”**. In: SILVA, A. Santos e PINTO, J. Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2º ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987, p. 149-163.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **“Prosperidade” na Década de 1990: Etnografia do Compromisso de Trabalho entre Deus e o Fiel da Igreja Universal do Reino de Deus.** 2007.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional.** Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-24032008-085201/pt-br.php>> Acesso em 27 out. 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar.** São Paulo: Anpocs, Editora Autores Associados, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos; FERNANDES, Silva Regina Alves. **Saúde Feminina, aborto e planejamento familiar na mídia pentecostal.** Disponível em:< www.naya.org.ar/info@naya.org.ar>.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal,** disponível em Estud. av. vol.18 no.52 São Paulo Sept./Dec. 2004

MATOS, Alderi Souza. **O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário.** 2012.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos.** Recife. 2002.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé.** São Paulo: Paulinas, 2003 (Coleção religião e cultura). Petrópolis: Vozes, 1984.

OROZCO, Yuri Del Carmen Puello. **Mulheres, AIDS e Religião: uma análise da experiência religiosa de mulheres portadoras do vírus HIV e AIDS.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Ciências da Religião PUC/SP. São Paulo, 2000.

PELUZO, César. Conselho Nacional de Justiça. **Multirão Carcerário, 2012,** disponível em www.cnj.jus.br, acesso em 20 de Junho de 2013.

RATTON, José Luiz e outros. **Crime e Gênero: Controvérsias Teóricas e Empíricas sobre a Agência Feminina**. Trabalho apresentado no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA de 26 a 29 de Julho de 2011, Curitiba – PR.

RIVERA, Paulo B. **Tradição, transmissão e emoção religiosa**, p. 234, 2012.

ROMEIRO, Paulo. **Decepcionados com a Graça**. Disponível em www.mundocristao.com.br, acesso em 28 de Junho de 2013.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pág. 64.

ROMEIRO, Paulo. **Decepcionados com a graça. Esperanças e Frustrações no Brasil neopentecostal**. São Paulo: Ed. Mundo Cristão, 2005.

SANTOS, Jonaza Glória dos e Maria José Nascimento Soares, Ano 3, Volume 5 , jan-jun de 2009.

SANTOS, Juarez Cirino. **A Criminologia radical**. Curitiba: IPCP: Lumen Juris, 2006.

SOHIET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.

SOUZA, André Ricardo de. **O pluralismo cristão brasileiro**. Disponível em www.seer.ucg.br, acesso em 06 de Junho de 2013.

SOUZA, Luis Antônio Francisco de. **Políticas de Segurança Pública no Estado de São Paulo**. Ed. Cultura Acadêmica. São Paulo, 2009.

_____, Joana D’Arc Teixeira, Isabela Venturoza de Oliveira. **Vulnerabilidade e violência: notas preliminares sobre a situação das mulheres no sistema de Justiça Criminal**. 2007

SYKES, Gresham M. **The society of captives: a study of a maximum security prison**. Princeton - New Jersey: Princeton University Press, 1974.

TOSI, Giuseppe e Marlene Helena Oliveira Silva **Por que punir? Qual punição? Que segurança pública?**, *in*, Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos. 2007.

VITAL, Cristina. Entrevista à Revista Carta Capital. 2013.

VIZEU, Fábio. **A instituição psiquiátrica moderna sob a perspectiva organizacional.** Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.12 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2005.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WALZER, Michael. **Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality,** New Jersey, Basics Books, 1993.

WEBER, Max “**Conceitos sociológicos fundamentais**”. In: *Economia e Sociedade Vol.1.* Brasília: Editora Unb, 2000.

WOODHEAD, Linda. **Mulheres e gênero: uma estrutura teórica.** Trad. Deborah Pereira. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/outronum.htm>.

ANEXOS

FOTO 01: ALGUMAS MULHERES PRESAS



Fonte: www.depen.com.br

FOTO 2 : PRESA TATAUADA COM DIZERES BÍBLICOS



"Esse período ensina diversas coisas erradas", diz Reeducanda

Foto: A Tribuna da Baixada Santista SP.

Fonte: Site "A Tribuna". Disponível em:

<http://www.atribuna.com.br/noticias.asp?idnoticia=121315&idDepartamento=8&idCategoria=0>, acesso em 15 jul 2013.

FOTO 3 : MISSA CATÓLICA



Fonte: arquivo pessoal.

FOTO 4 : RODA DE ORAÇÃO NO PÁTIO DO PRESÍDIO:



Fonte: arquivo pessoal

FOTO 5 : DIA DA SALVAÇÃO REALIZADO PELA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS - FORAM BATIZADAS ALGUMAS DETENTAS:



Fonte: www.arcauniversal.com

FOTO 6: CULTO EVANGÉLICO



Fonte: arquivo pessoal

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **NOME:**
- **IDADE:**
- **ESTADO CIVIL:**
- **FILHOS:**

- **CRIME:**
- **TEMPO DE PRISÃO:**
- **RELIGIÃO:**
- **QUANDO SE DEU ACONVERSÃO?**

“- MOTIVOS QUE LEVARAM A PROCURAR A RELIGIÃO:”

IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO DENTRO DA PRISÃO:

-A SUA IGREJA LHE FORNECE AUXILIO MATERIAL? FAZ DOAÇÕES?

**-EXISTEM CONFLITOS ENTRE AS DETENTAS CONVETIDAS E NÃO
CONVERTIDAS?**

- COM A CONVERSAO O QUE MUDOU EM SUA VIDA? VOCÊ PASSOU A SER A FAVOR OU CONTRA ESSES ATOS:

FUMAR

BEBER ALCOOL

DANÇAR

SEXO EXTRACONJUGAL

IR A FESTAS

PULAR CARNAVAL

FREQUENTAR BOATES

FREQUENTAR BARES

IR AO MOTEL COM O CONJUGE

IR A PRAIA/PISCINA

IR AO CINEMA

VER TV

- O QUE VOCE ESPERA QUE MUDE EM SUA VIDA DEVIDO À CONVERSAO? O QUE VOCÊ ESPERA RECEBER DE DEUS?